



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação Física
Programa de Pós-graduação em Educação Física
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PABLO ROGÉRIO DA SILVA VIEIRA

**ANÁLISE DO ESPORTE NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOB
(2013 – 2019)**

BRASÍLIA

2023

PABLO ROGÉRIO DA SILVA VIEIRA

ANÁLISE DO ESPORTE NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOB (2013 -
2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone Athayde

BRASÍLIA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Pablo Rogério da Silva Vieira

Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB (2013 – 2019)

Esta dissertação de mestrado foi julgada adequada para obtenção do título de “mestre” e aprovada, em sua forma final, pelo Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília – FEF/UnB.

Defendida e aprovada em 27 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde (Orientador – PPGEF/UnB)

Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa (PPGEF/UnB)

Prof. Dr. Romilson Augusto dos Santos (UFBA – Bahia)

Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro (PPGEF/UnB)

Dedico esse trabalho aos meus pais Expedito e Antônia Neide (*in memoriam*), com todo o meu amor e gratidão, pois não mediram esforços em toda a sua vida para que eu nunca parasse de estudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de pós-graduação, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos: ao meu orientador, Pedro Athayde, com o qual aprendi a admirar e respeitar, pela paciência que teve nos momentos mais difíceis, pelo incentivo e, fundamentalmente, por acreditar em minha capacidade. Aos membros do Avante pelo contínuo aprendizado durante todo o mestrado.

Aos professores Marcelo Húngaro e Fernando Mascarenhas por todos os ensinamentos sobre o esporte.

Aos professor Jonatas Maia, pelo aceite de integrar minha banca e por me ensinar tanto sobre a educação física escolar.

Aos colegas da pós-graduação (Paulino, Denise, Aline Andrade, Aline Protta, Bira Menezes, Amanda, Eliane, Eldernan e Thais) pelos momentos de integração e conhecimentos.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia – CBMBA pela liberação e todo apoio para que eu pudesse terminar essa etapa de meus estudos.

À minha família de sangue por entender as minhas ausências e sempre me dar apoio.

À minha família adotiva (Evandro, Normelce, Lucas, Sofia e Tânia) que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

À minha amiga Raissa, por todo o apoio técnico e psicológico, e também pela ajuda da escrita de meu projeto de seleção.

Aos meus tantos amigos que acreditam em mim, mais do que eu mesmo. Obrigado a vocês por tudo.

RESUMO

Este estudo tem por finalidade investigar a política esportiva na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, que utiliza recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com base no estudo de caso da UFOB, este estudo poderá compreender como o esporte é tratado no PNAES. Esse programa possui diversas ações, mas essa pesquisa analisará exclusivamente o esporte, no que se reporta à gestão e ao financiamento. Alguns dos passos galgados foram: descrever a trajetória do esporte universitário no âmbito da política esportiva brasileira, bem como, mensurar a abrangência/atendimento das ações de esporte promovidas pela política de assistência estudantil; caracterizar o modelo de gestão adotado para garantir o acesso ao esporte na política de assistência estudantil; e mapear o financiamento destinado à função do esporte, dentro da política de assistência estudantil. Por esses motivos, utiliza -se como procedimento metodológico para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, bem como entrevistas semiestruturadas. Esses procedimentos metodológicos, nos fizeram perceber a importância da gestão e do financiamento ao esporte na UFOB, é através deles que é possível dar acesso aos esportes aos estudantes. Já a entrevista semiestruturada nos ajudou a analisar os fenômenos sociais deste estudo e explicar como os dirigentes esportivos da UFOB o compreenderam em sua totalidade. Neste estudo, examinou - se a gestão do desenvolvimento institucional e da política esportiva em sua totalidade, bem como as ações esportivas que levaram à formação da referida política. Ainda, buscou-se analisar o financiamento, incluindo suas fontes e direção de aplicação, com foco em sua gestão no período de 2013 a 2019. O cenário da construção de uma universidade recém-criada afetou a alocação orçamentária da UFOB para o esporte e o desenvolvimento de propostas de projetos esportivos. Os dados levantados sobre esportes mostram que a política esportiva da universidade desenvolveu -se concomitantemente com a implantação da universidade, tornando-se ano a ano mais formalizada sob governança *pro tempore*. Graças à colaboração de todos os membros que compõem a universidade, o programa esporte da UFOB teve um potencial de crescimento significativo e se direciona para crescer cada vez mais.

Palavras-chave: Esporte Universitário. Política de Assistência Estudantil. Política Esportiva. Política Pública.

ABSTRACT

This study aims to investigate the sports policy at Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, which uses resources from the National Student Assistance Program (PNAES). Based on the case study of UFOB, this study will be able to understand how sport is treated in the PNAES. This program has several actions, but this research will exclusively analyze sport, as far as management and funding are concerned. Some of the steps taken were: to describe the trajectory of university sport within the scope of the Brazilian sport policy, as well as to measure the scope/support of the sport actions promoted by the student assistance policy; to characterize the management model adopted to ensure access to sport in the student assistance policy; and to map the funding assigned to the sport function within the student assistance policy. For these reasons, we used as methodological procedure for data collection the bibliographical and documental research, as well as semi-structured interviews. These methodological procedures made us realize the importance of management and financing to sports at UFOB, as it is through them that it is possible to give access to sports to students. The semi-structured interviews helped us analyze the social phenomena of this study and explain how the sport managers of the UFOB understood it in its entirety. In this study, we examined the management of institutional development and of the sports policy in its entirety, as well as the sports actions that led to the formation of such policy. Also, we sought to analyze the funding, including its sources and direction of application, focusing on its management in the period from 2013 to 2019. The scenario of building a newly created university affected the UFOB's budget allocation for sports and the development of sports project proposals. The data collected on sports show that the university's sports policy developed concomitantly with the implementation of the university, becoming year by year more formalized under pro tempore governance. Thanks to the collaboration of all the members that make up the university, the UFOB sports program has had significant growth potential and is headed for further growth.

Keywords: University Sport. Student Assistance Policy. Sports Policy. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Sistema esportivo nacional (Lei Zico).....	32
Figura 2 –	Sistema Nacional do Desporto (Lei Pelé).....	35
Figura 3 –	Manifestações desportivas e suas espécies, conforme a Lei nº 9.615/1998 e o Decreto nº 7.984/2013.....	35
Figura 4 –	Etapas de implementação, abrangência e financiamento do PNAES.....	83
Figura 5 –	Evolução do orçamento das universidades federais em valores nominais em milhões.....	84
Figura 6 –	Evolução do número de graduandos em cursos superiores de graduação presencial em IFES.....	86
Figura 7 –	Aplicação de recursos do PNAES (2018).....	87
Figura 8 –	Região oeste da Bahia com localização dos <i>campi</i> da UFOB.....	93
Figura 9 –	Linha do tempo UFOB.....	94
Figura 10 –	Organograma funcional da UFOB.....	100
Figura 11 –	Estrutura do esporte de representação na UFOB.....	115
Figura 12 –	Equipe de basquete feminino UFOB – JUBS 2013.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Sistema esportivo nacional (Lei Zico).....	44
Quadro 2 –	Cursos oferecidos pela UFOB por campus.....	99
Quadro 3 –	Objetivos estratégicos da UFOB para o esporte.....	133

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 –	Despesas PNAES por área – 2015 a 2019.....	140
-------------	--	-----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 –	Quantidade de graduandos em instituições de ensino superior públicas federais por ano e recebimento de apoio social.....	85
------------	--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA	Bahia
CBDU	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CF	Constituição Federal
CBMBA	Corpo de Bombeiros Militares no Estado da Bahia
DF	Distrito Federal
FEF	Faculdade de Educação Física
FUME	Federação Universitária Mineira de Esportes
FEURJ	Federação de Esporte Universitário do Rio de Janeiro
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FISU	Federação Internacional do Esporte Universitário
FUES	Federações Universitárias Estaduais
FUPE	Federação Universitária Paulista de Esportes
IES	Instituição de Ensino Superior
JUBS	Jogos Universitários Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MAC-MED	Mackenzie – Medicina/USP
PPGEF	Programa de Pós-Graduação em Educação Física
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROGRAF	Pró-reitora de Graduação e Ações Afirmativas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
UNB	Universidade de Brasília
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ESTADO, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.1 Estado e políticas públicas.....	22
2.2 Esporte e políticas públicas	27
2.3 Políticas públicas de esporte no Brasil (1988-2016)	29
2.4 O esporte na universidade	41
2.4.1 Aspectos históricos sobre políticas de esporte universitário	42
2.4.2 Papel do esporte na política universitária	47
3 AS POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL	58
3.1 O caso REUNI.....	63
3.1.1 A expansão das universidades federais (2003-2012)	68
3.1.2 As novas perspectivas da expansão universitária e a interiorização da educação superior	70
3.1.3 PNAES: atribuições e características	74
3.2 Caracterização da política de assistência estudantil universitária e o Programa Nacional de Assistência Estudantil.....	76
3.3. A importância das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras	78
3.4 PNAES: abrangência e financiamento	82
4 A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIA NA UFOB	88
4.1 A organização da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.....	88
4.2 O esporte universitário na UFOB	115
4.2.1 A incorporação do esporte universitário na estruturação da UFOB.....	116
4.2.2 Gestão e administração do esporte universitário na UFOB.....	133
4.2.3 Financiamento do esporte universitário na UFOB	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	164
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – APROVADO PELO CEP/FS/UnB	165

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as práticas esportivas universitárias têm se expandido de modo bastante significativo. Nesse mar de desenvolvimento, algumas observações a propósito das universidades públicas são pertinentes. Em primeiro lugar, houve um aumento factual no número de universidades públicas que desenvolvem tais práticas. Em segundo lugar, no âmbito universitário, a gestão do esporte está sendo compartilhada com os discentes. Em terceiro lugar, aumentou a preocupação das universidades públicas federais com a política esportiva.

Diante do exposto, é-nos relevante refletir acerca da universidade, uma vez que esta “[...] tem todas as condições objetivas para configurar-se em uma formuladora, executora e indutora de possíveis ações relacionadas ao esporte e ao lazer” (RIBEIRO, 2012, p. 101). Cabe a essas instituições produzir e disseminar conhecimento de alto nível, em todas as áreas do conhecimento, desempenhando um papel crucial na evolução da sociedade e no caminho do desenvolvimento. Isto é, objetiva contribuir para o desenvolvimento das pessoas, oferecendo muito mais do que o conhecimento técnico, dotando-as de atitude cívica e pensamento crítico, alicerçados em fortes valores éticos e sociais. O conhecimento produzido nessas instituições deve abranger tanto as áreas que tratam de questões sociais urgentes quanto as que tratam de questões científicas e tecnológicas. Por apoiarem a elevação dos padrões educacionais e do conhecimento coletivo da sociedade, o desenvolvimento das universidades e o fortalecimento do ensino superior constituem componentes essenciais do avanço social (MILBRADT *et al.*, 2013).

Toda causa social possui objetivos específicos que devem ser alcançados; ao discutirmos as políticas de lazer e de esporte no ambiente universitário – objeto deste estudo – é fundamental ter em mente que a discussão vem ocorrendo em diversos ambientes acadêmicos, em várias épocas e em diversos projetos de pesquisa.

Com efeito, neste trabalho, ao discutirmos a política universitário, estaremos nos referindo diretamente aos processos de criação da política institucional de esporte, organização universitária e gestão universitária. Entrementes, problematizaremos a relação entre a política esportiva universitária e outras políticas, por exemplo, a política de assistência estudantil, que inclui também a oferta de esportes a alunos em situação de vulnerabilidade social, por meio de uma área de atendimento do PNAES.

O presente estudo tem como propósito ampliar o entendimento acerca do esporte na política de assistência estudantil em uma universidade criada pelo Reuni, na configuração *multicampi*, no interior do estado da Bahia, nomeadamente proporcionando um maior fluxo de

trabalho para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento desta política na realidade dos locais onde serão implantadas novas universidades federais, ao mesmo tempo, em que dilata o horizonte de estudos no campo do esporte a partir das políticas públicas.

Com base nos argumentos e fatos anteriormente mencionados, concebemos a seguinte questão constituidora da problemática deste estudo: Como ocorre a gestão e o financiamento do esporte no interior da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia entre os anos 2013 a 2019?

Consoante ao problema de pesquisa está seu principal objetivo, nomeadamente analisar a gestão e o financiamento do esporte no interior da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) relativos ao período 2013-2019. Mais especificamente, para subsidiar tal finalidade, houve por bem estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a trajetória do esporte universitário no âmbito da política esportiva brasileira;
- Mensurar a abrangência/atendimento das ações de esporte promovidas pela política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- Caracterizar o modelo de gestão adotada para garantir o acesso ao esporte na política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- Mapear, no recorte temporal 2013-2019, o financiamento destinado à função do esporte dentro da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Para atingir esses objetivos, a pesquisa é guiada teórica e metodologicamente pela perspectiva materialista histórico-dialético. “A opção por esse método se dá pela compreensão de que esse se constitui numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais” (FRIGOTTO, 1991, p. 77). A ideia é conduzir no esforço de compreender e explorar em profundidade as relações antagônicas e diametralmente opostas decorrentes da formulação das políticas de esporte e de lazer no âmbito do ensino superior (RIBEIRO, 2010). Mais especificamente, “procura-se compreender os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas e inseridos numa perspectiva de totalidade” (PASSOS, 2017, p. 5).

Isso posto, de notar como a estrutura planejada, entendida como um conjunto de relações sociais (políticas, ideológicas, culturais e educacionais) protegidas pelas pessoas, no processo de criação e reprodução do material para sua existência, acaba por determinar como a sociedade se estrutura em todas as suas dimensões (RIBEIRO, 2010).

Ademais, a pesquisa é de natureza qualitativa relativamente às análises teórico-metodológicas necessárias para atender aos objetivos e aos pressupostos teóricos estabelecidos, procurando desse modo “assinalar as causas e consequências do problema, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade” (TRIVIÑOS, 2008, p. 125). Além de seus aspectos qualitativos, ela também possui caráter exploratório, tendo em vista a escassez de produção científica sobre o assunto em questão (GIL, 2019a).

A definição da metodologia, no âmbito técnico-instrumental, recorreu aos seguintes procedimentos: revisão bibliográfica e pesquisa documental. As informações levantadas sobre a Política de Esporte Universitário da UFOB também foram analisadas qualitativamente em conjunto com a discussão teórica. Além disso, foi utilizada como técnica de coleta de dados entrevistas com os gestores do esporte na universidade.

Segundo Gil (2019b), na execução da revisão da literatura utiliza-se uma variedade de recursos de pesquisa, tais como: livros, periódicos científicos, anais de encontros científicos, teses e dissertação. A revisão de literatura promove o levantamento acerca do que já se conhece em relação ao assunto que está sendo pesquisado. “Possibilita, portanto, identificar lacunas no conhecimento existente e, conseqüentemente, orientar a pesquisa com o propósito de preenchê-los” (GIL, 2019b, p. 74).

Notadamente, este trabalho também foi desenvolvido por meio de uma revisão da literatura adquirida através dos entendimentos teóricos assimilados durante a realização das disciplinas do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília - UnB, embora outras referências específicas ao tema do estudo tenham sido incorporadas por sugestão do meu orientador e pelo acompanhamento de publicações relevantes.

A técnica de pesquisa documental nos assegura ter informações válidas sobre o objeto de estudo (UFOB), como também um grau maior de confiabilidade das informações da gestão e do financiamento das políticas esportivas na universidade em questão. Conforme Flick (2009, p. 235), “nas instituições, os documentos são destinados ao registro das rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, ao registro da informação necessária para legitimação da maneira como as coisas são feitas nessa rotina”. Dessa forma, fica evidente a importância de analisar os documentos oficiais da UFOB, para se ter uma visão analítica e avançar numa compressão a propósito da gestão e de como acontece o financiamento na universidade, que garante as práticas esportivas.

Em função da natureza e do conteúdo dos documentos coletados, estes podem ser fontes primárias e secundárias, uma vez que teremos documentos com e sem um tratamento

analítico prévio, quais sejam: a) Estatuto da Universidade Federal do Oeste da Bahia- UFOB b) Relatórios de Gestão UFOB (2014 a 2019); c) Relatórios de Gestão UFBA (2013); d) Regimento Geral da UFOB; e) Proposta de Regimento Interno da Reitoria.

Em relação ao tipo de dados coletados, estes podem ser classificados em primários e secundários. Os dados primários são aqueles em que a fonte do relato ou registro de experiência tem relação física direta com o fato analisado; já os dados secundários têm sua proximidade com o evento com uma maior variação (RICHARDSON, 2017). Conforme o autor, os dados primários e os secundários são distintos:

Como se pode constatar, existem duas diferenças entre as fontes primárias e secundárias. A primeira refere-se à proximidade com o acontecimento: a fonte primária está relacionada diretamente com o evento; a fonte secundária, não. A segunda refere-se aos elementos que intervêm entre a fonte e o acontecimento. Na fonte primária, pelo fato de existir uma relação direta com o evento, não existem elementos interventores. Na fonte secundária existe pelo menos outra pessoa que participa na geração da informação. Assim, surgem novas possibilidades de distorção, devido à percepção e interpretação seletiva dos fatos (RICHARDSON, 2017, p. 291).

Conforme mencionado antes, entrevistas semiestruturadas foram utilizadas como método de coleta de dados. Segundo Marconi e Lakatos (2003), uma entrevista é definida como um encontro de duas pessoas com o objetivo de coletar informações sobre um assunto em uma conversa profissional. A entrevista do tipo semiestruturada pode ser determinada como: “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS , 1987, p. 146).

As entrevistas foram realizadas com 4 sujeitos, selecionados intencionalmente (GAYA, 2008). Particularmente, gestores ligados à promoção e à gestão do esporte na UFOB de 2013 a 2019. Em razão do sigilo sobre a identidade dos adotados, estes foram sistematizados de acordo com uma escala alfabética aleatória a fim de garantir os critérios éticos da pesquisa.

O roteiro de entrevista utilizado é composto com dose (12) questões, todas abertas, com duração aproximada de 30 minutos. Oliveira (2010) defende que esse processo de entrevista deve ser semiestruturado, pois os entrevistados devem seguir o mesmo protocolo para garantir que os resultados sejam legítimos. Para tal, cientes dos riscos e benefícios da pesquisa, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atendendo, assim, aos requisitos da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, no que se refere às normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

É fundamental ressaltar que categorias específicas foram criadas para esse objeto (a UFOB com uma gestão *pro tempore*), dadas as características únicas que as compõem, para

desenvolver as análises. Sua construção foi extraída do próprio processo de desenvolvimento da pesquisa, que partiu do objeto menos complexo (o esporte e as políticas universitárias) para o mais complexo (gestão, financiamento e a política esportiva universitária). Com isso, conseguimos criar categorias de análise relacionadas às convenções e aos fatores que moldaram o desenvolvimento da política esportiva universitária institucionalizada da UFOB, o que nos ajudou a extrair os aspectos mais importantes do conteúdo.

O caminho que utilizamos para apresentar todo esse conteúdo detalhado é mostrado nas 3 seções desta dissertação. Na primeira seção, discutimos o Estado, o esporte e as políticas públicas, além da forma como se deu o desenvolvimento da política de esportes universitários no Brasil. Nesse estudo, especificamente na segunda seção, constam as políticas universitárias brasileiras, especialmente aquelas criadas pelos governos Lula e Dilma, as quais aumentaram o acesso ao ensino superior, aumentaram a disponibilidade de políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil e ampliaram o Reuni para expandir o número de universidades federais. Na seção final, procuramos compreender a estrutura administrativa da UFOB, o processo de implantação, gestão e financiamento do esporte, tanto em termos de recursos de auxílio estudantil quanto de utilização de recursos próprios.

2 ESTADO, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para uma análise mais ampla sobre o esporte no contexto universitário, ancorado numa política de assistência estudantil, importa destacar a relação Estado-sociedade, trazendo indagações e os elementos determinantes para a configuração das políticas públicas esportivas no Brasil. “Compreender o papel do Estado dentre os diversos elementos que envolvem as políticas públicas, é o ponto de partida para que nós possamos mergulhar no universo das políticas públicas esportivas” (NASCIMENTO, 2016, p. 27).

Baseados na concepção teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético, escolhida para desenvolver a presente pesquisa, partimos de um entendimento do Estado à luz dos principais conceitos e pressupostos que sustentam tal arcabouço. Com efeito, ainda que de forma sumária, parece ser útil inserir, nesse espaço temático, a concepção de esporte associada a questões inerentes à política pública, Estado e sociedade civil (REIS, 2015).

A princípio, as origens históricas do Estado e a relação, em pormenor, Estado-povo não serão aqui esclarecidas (os detalhes estão em MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 *apud* REIS, 2015). Todavia, levando em consideração o arcabouço teórico, mencionado antes, destacamos as elaborações de Antônio Gramsci referentes ao Estado da então emergente sociedade capitalista. “Gramsci percebeu que nas sociedades de capitalismo avançado do ocidente, a expressão da ideologia capitalista havia transbordado a dimensão do Estado, adquirindo maior força por estar enraizada no âmbito da cultura e da sociedade” (NÉSPOLI, 2012, p. 67).

Cabe destacar que o arquétipo de Estado interpretado por Gramsci é entendido à luz das chamadas “sociedades ocidentais”, no contexto das quais existe uma relação de equilíbrio entre as sociedades política e civil. Não obstante, a tal luta de classes ali resultante se sobrepõe em razão de aparelhos de hegemonia de natureza privada, que estabelecem não só consenso, mas também direção ideológica política (VIOLIN, 2006).

Com efeito, no entendimento de Passos (2017), a ideia de um “Estado ampliado” é decorrente da superestrutura da sociedade burguesa, tal que os (aparentes) avanços e as mudanças retardaram o crescimento do poder político da classe dominada. Tal superestrutura não está apenas presente nas ditas organizações da sociedade civil, ocupando-as, mas também esclareceria as verdadeiras funções mais ampliadas, por assim dizer, do Estado.

Nesse sentido, o Estado comporta duas esferas que, na expressão de Gramsci, se revela na sociedade política (Estado *stricto sensu* ou Estado-coerção) que porta um conjunto de mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. E a sociedade civil (esfera da disputa da hegemonia e do consenso)

formada pelo conjunto de mecanismos responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias e, portanto, pela direção cultural (REIS, 2015, p. 26).

O Estado não é uma entidade imutável, ele muda em razão das transformações da própria sociedade capitalista, bem como mudanças históricas e na situação política. Às vezes, essas conversões são apenas a adição de novas tarefas sem alterar sua estrutura e função (BELATO, 2018). Ainda sobre o Estado amplo, em Gramsci, pode ser compreendido em duas formas:

a sociedade política, que ele também denomina de Estado-coerção, [...] que é formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc.) (COUTINHO, 2007, p. 127).

Portanto, a sociedade política e a sociedade civil desempenham funções distintas na organização da vida social, na expressão e na reprodução das relações de poder. A união delas forma o Estado: ditadura + hegemonia, ou, hegemonia protegida pela coerção. Dessa forma, ambas ajudam a proteger ou promover uma certa base econômica assentada nos interesses primeiros da classe social fundamental (SPESSOTO; LIMA, 2016).

De fato, a distinção estabelecida entre essas duas dimensões (a civil e a política), feita por Gramsci, nos parece relevante, sobretudo pela ideia restrita de Estado subjacente à sociedade política. Conforme Macciocchi (1980, p. 150-151), “o Estado seria a sociedade política e representaria o momento da força e da coerção, enquanto a sociedade civil conformaria uma rede complexa de funções educativas e ideológicas”. No entanto, ao mesmo tempo que o unifica, Gramsci estende o conceito de Estado, nomeadamente enfatizando o papel a ser desempenhado pela sociedade civil a fim de construir um ambiente digno de vivência (SPESSOTO; LIMA, 2016).

À vista disso, para entendermos o papel do Estado, hodiernamente, utilizamos as contribuições de Mandel (1982), em cujo trabalho é possível encontrar subsídios teóricos para dialogar sobre essa temática, especificamente no que tange a função do Estado no contexto do capitalismo tardio e a consequente integração da classe dominada. O autor percorre a passagem do capitalismo concorrencial, que solapou o imperialismo, e chega ao capitalismo monopolista. Essa última transição teve o poder de modificar, radicalmente, a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, bem como a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais (REIS, 2015).

Mandel (1982) enfatiza que o Estado é o produto da divisão social do trabalho, ou seja, quando certas atividades no nível da superestrutura se tornam cada vez mais autônomas, nomeadamente intermediando a produção material via manutenção da estrutura de classes e as relações de produção. Segundo o autor, as funções atribuídas ao Estado podem ser resumidas em proteção e reprodução da estrutura social, isto é, as relações essencialmente produtivas:

- a) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- b) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário, e;
- c) Integrar as classes dominadas, garantindo que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou seja, “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL, 1982, p. 334-335).

Sobre as três funções exercidas pelo Estado e aduzidas pelo autor, convém ressaltar que as funções repressiva e integradora acontecem de forma combinada. A função repressiva é, como o nome deixa entrever, imposta pela classe dominante através da coerção, o que causaria uma condição insustentável, porém, naturalizada, assemelhando-se a uma guerra civil permanente. Complementarmente, a função integradora é utilizada nos modos de produção e no uso das ideologias (magia e ritual, filosofia e moral, lei e política). Ora, a função criadora das condições mais gerais de produção, ou seja, a condição material, promove o desenvolvimento individual dos capitalistas e a consequente atualização da produção e da reprodução do capital, uma vez que essa condição material não pode ser por si só garantida pelas atividades privadas dos membros da classe dominante (MANDEL, 1982).

Pelas contribuições de Mandel (1982), é possível compreender a concepção atual do Estado no capitalismo tardio. Ao evidenciar as funções estatais, o autor demonstra a forma pela qual fora construído e, sobretudo, com essa estrutura responde, de modo sistemático, às crises a essa fase do capitalismo. Com efeito, tal resposta se revela importante mediante os estudos desenvolvidos por pesquisadores de políticas públicas, os quais deixam enxergar em suas análises o nexo de forças de poder operadas pelos grupos dominantes, ilustrado pelo conjunto das políticas públicas.

2.1 Estado e políticas públicas

Para entender as políticas públicas, é importante salientar seus efeitos no Estado e o modo todo particular como se conectam com a sociedade civil. Por outras palavras, um entendimento do Estado passa pela estrutura política da sociedade civil e o modo como se organiza tendo em vista a criação e execução de políticas públicas. O Estado é um fomentador

de políticas públicas, as quais são responsáveis pela garantia de direitos. Assim, na visão de Gramsci, o Estado é uma sociedade organizada de forma soberana, ou seja, a sociedade é uma organização composta por instituições públicas e privadas complexas, que estão conectadas entre si. O papel histórico do Estado está intimamente relacionado à relação entre grupos de poder em busca de hegemonia (SPESSOTO; LIMA, 2016).

É de suma importância que sejam analisadas as políticas públicas, principalmente a que se destinam e sua abrangência, nomeadamente assimilando ações que visam responder às questões públicas e que estão no cerne da tomada de decisão governamental, embora sejam influenciadas por outros atores da sociedade civil. É nesse sentido que os estudos referentes às políticas públicas se pautam na noção de Estado integral gramsciano a fim de engendrar uma agenda de ações socioeconômicas (JACOMINI, 2020).

Grosso modo, e idealmente falando, cabe ao Estado prover o chamado bem-estar social nas mais diversas áreas da sociedade, tais como saúde, educação, meio ambiente, esporte e lazer. As políticas públicas são utilizadas pelos governos exatamente para este fim. De maneira preliminar, é dito que as políticas públicas constituem não apenas um conjunto de ações e decisões governamentais voltadas à solução de problemas fundamentalmente sociais, mas também são a soma de ações, metas e planos então elaborados pelo governo na esfera nacional, estadual ou municipal para lograr o Estado de bem-estar social característico do interesse público (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Inequivocamente há uma forte interrelação entre as políticas públicas e o Estado, intermediada pela sociedade, geralmente organizada, mas não necessariamente, sendo o Estado entendido – a bem da verdade, ainda que de forma restrita – como uma estrutura ou conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilita o campo de atuação do governo (PEREIRA, 2009a; SMITH, 1983).

O Estado se configura como uma unidade básica social com território definido e com uma nação constituída pela coletividade que habita determinada localidade, ou seja, seu povo (POULANTZAS, 2015), não obstante podendo ser ainda entendido nos termos de Matias-Pereira (2009a, p. 31), ou seja: “(a) como uma relação social de dominação; (b) e um conjunto de organizações com autoridade para tomar decisões que atinjam todos os indivíduos de uma coletividade”.

Com efeito, importa compreender que a composição das regras e das normas formadoras da noção de Estado opera no plano da sociedade, em que os indivíduos são a elas tacitamente submetidos a fim de manter a chamada coesão social. A ideia de um pacto social

como legitimador da ação dos indivíduos é aventada por Bonavides (2000, p. 70), “a ordem jurídica, o corpo normativo, a máquina do poder político, exterior à Sociedade, compreendida esta como esfera mais dilatada, de substrato materialmente econômico, onde os indivíduos dinamizam sua ação e expandem seu trabalho”.

Vários autores e estudiosos almejam – e continuam até hoje – fornecer uma definição explícita daquilo que se entende por “política pública”. Aprece existir uma certa convergência de alguns autores de que não se deve confundir “política pública” com “política estatal” (PEREIRA, 2009a; SCHMIDT, 2018), sobretudo porque, historicamente, as ações nacionais jamais priorizaram a melhoria de vida das pessoas – especialmente da classe trabalhadora –, em contraste, deram primazia a agenda econômica em razão das muitas crises existentes (COSTA, 2006).

De acordo com Pereira (2009b), a política pública deve ser uma estratégia de ação planejada e avaliada. Porém, não significa apenas ação, mas também não ação intencional, pois sua integração envolve a escolha do governo de fazer ou não fazer, o que inevitavelmente leva ao conflito. Daí porque a política pública condensa luta de classes, áreas contraditórias, lutas pelo poder – a disputa entre o público e o privado. A autora ainda faz saber da implicação entre as políticas públicas e a intervenção do Estado, seja por meio de demanda, auxílio ou apoio, seja por meio de diferentes atores (governamentais e não governamentais) que atuam na esfera democrática.

Nessa mesma linha de pensamento, Souza (2006) corrobora com a ideia segundo a qual uma política pública busca “colocar o governo em ação”, e/ou analisar essa ação (variável independente) e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006). Dessa forma, entendendo que a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e suas plataformas eleitorais em programas e ações que, posteriormente, irão produzir resultados significativos no mundo, compreende-se como “Estado em ação; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 33). Em suma, políticas públicas são ações da parte do governo “revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação)” (RODRIGUES, 2010, p. 53).

Claramente, as políticas públicas não são um “instrumento” do Estado, mas devem ser entendidas como um equilíbrio instável, o resultado da rivalidade entre diferentes atores sociais e políticos, que sempre correspondem a um conjunto particular de circunstâncias

(PEREIRA, 2009a; SOUZA, 2006). À vista disso, é razoável visualizar as políticas públicas como uma forma de buscar esse atendimento e cumprimento do dever do Estado. Sendo assim, pode-se deduzir que as políticas públicas são “sistematizações de ações do Estado voltadas para a consecução de determinados fins setoriais ou gerais, baseadas na articulação entre a sociedade, o próprio Estado e o mercado” (NUNES; CUNHA, 2014, p. 7).

Há muitos modelos analíticos que buscam estruturar esquemas de análise e proposição das políticas públicas. Entretanto, algo que não se deve perder de vista, a despeito desses modelos teóricos, é o dever do Estado em garantir os direitos e necessidades sociais. As políticas públicas (sociais) buscam materializar/concretizar este dever estatal (PEREIRA, 2009b).

Neste âmbito, um dos elementos que deve ser compreendido é que a relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais, como acima referidos – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma sociedade (HIRSCH, 2010; WOOD, 2003).

Na visão de Rodrigues (2013, p. 13), a “política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Por isso, mais uma vez, não se deve confundir a esta especificidade da ação do Estado à ideia de políticas públicas, pelo que é importante diferenciá-la de uma política pública/estatal. Desse modo, a política pública/estatal diz respeito à atuação política no interior do Estado, que visa atingir os objetivos estatais por ele assumidos como sua ou como importante para atender às demandas setoriais da sociedade (COSTA; NETO, 2016).

Para uma análise mais pormenorizada da participação do Estado e da sociedade civil na gestão e no controle das políticas públicas, é relevante considerar as contribuições de Veronez (2005), que apresenta a política pública como alternativa para a intervenção estatal garantir os direitos sociais e a proteção do trabalhador, e como campo de atuação do Estado, que por sua vez é um exemplo de intervenção cidadã. Pelo motivo supracitado, tem-se o entendimento segundo o qual:

[...] políticas públicas podem ser entendidas como uma intervenção do Estado no âmbito das relações sociais por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais, sob a justificativa de, por um lado, atender a demandas, necessidades ou interesses heterogêneos não raramente contraditórios e presentes na sociedade e, por outro, manter as condições de estabilidade adequadas a fim de garantir a produção e a reprodução social (VERONEZ, 2005, p. 69-70).

Do ponto de vista de Saraiva (2006), uma política é dita pública quando:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas modificações e reações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos atores que participam do processo decisório (SARAIVA, 2006, p. 28).

O autor ainda aduz que:

Numa perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAIVA, 2006, p. 29).

Segundo Parada (2006), “política” e “políticas públicas” são entidades distintas que se influenciam; ambas estão relacionadas ao poder social. Todavia acredita-se que a política é um conceito mais amplo relacionado ao poder, ao passo que as políticas públicas estão relacionadas a soluções específicas e aos métodos de gerenciamento de conteúdo público.

Com efeito, conforme Lima (2014), na literatura especializada da área sobressai-se a ideia segundo a qual as políticas públicas colocam o Estado como seu formador. Tem-se como cerne o debate sobre o papel do Estado, ignorando enfoques conflitantes e omitindo a participação de outros assuntos. Se aceitarmos essas definições como verdade, negaremos lutas de classes e movimentos sociais históricos; assumiremos que a realidade é estática, sem conflito, e que o Estado está em uma postura passiva e de pseudoneutralidade.

Assim, pode-se inferir que quanto mais uma política de governo se aproxima do conceito de política de Estado, maior será sua legitimidade para reivindicar o envolvimento dos diversos atores e setores sociais à sua consecução, inclusive das universidades públicas (OLIVEIRA; ROCHA, 2010). No entendimento de Athayde (2009), a ideia de algo ser uma coisa pública relacionada às políticas públicas refere-se especificamente à política como campo de ação do Estado (*stricto sensu*) e da sociedade civil, o que enfatiza a importância da participação e do exercício da cidadania para o controle social.

Em suma, as ações tomadas pelo Estado não são racionais nem autoexecutáveis, mas estão sujeitas a mudanças, são contraditórias e os resultados produzidos estão longe dos resultados anunciados. Por estarem atentos a grupos diversificados, na lógica do capitalismo e do neoliberalismo, a influência das políticas públicas e sociais implementadas pelo Estado se deixa afetar por interesses diversos refletidos nas relações sociais de poder (ATHAYDE, 2009). Por esse motivo, as políticas públicas devem ser originadas nos movimentos sociais “privilegiando os sujeitos historicamente constituídos e não somente seus aspectos pertinentes

ao poder ou de Estado, no que diz respeito ao esporte enquanto prática social pertinente à política social [...]” (PIRES, 2008, p. 175). Logo, o Estado deve ouvir a sociedade civil organizada, de forma atenta e respeitosa, para planejar as políticas públicas de esporte (JUNIOR; BORIN, 2017).

2.2 Esporte e políticas públicas

De acordo com Montañó e Duriguetto (2011), em suas estruturas e por meio de políticas públicas, o Estado “condensa materialmente” as contradições da sociedade, molda-os para que se tornem viáveis e é uma tentativa permanente de prevenir a ruptura da coesão social. Para realizar qualquer projeto emancipatório, deve considerar que a estrutura do Estado é uma relação de poder, mas também uma série de aparelhos cuja transformação é necessária.

Tal fato significa que é necessário entender o Estado para ser capaz de mudá-lo profundamente e reorganizar as relações de poder, ou ainda, relações de forças, discursos e práticas, por meio de lutas e processos democráticos e de aprendizagem (HIRSCH, 2010; POULANTZAS, 2015).

O Estado passa a ser entendido como composto pela heterogeneia dentre o ordenamento jurídico e suas normas, bem como o conjunto de regras que visa proteger e atender à vontade geral. O Estado legitima políticas públicas regulatórias relativas a áreas específicas, determinando o desenvolvimento do esporte. Daí, infere-se que “o Estado possui um papel importante no desenvolvimento do esporte” (MATIAS, 2013, p.20).

As discussões acerca das políticas públicas do esporte no Brasil têm sido pouco visualizadas na mídia e nos debates acadêmicos atualmente. Entretanto, trata-se de uma relação (Estado e esporte) histórica de longa data com períodos de maior evidência, como por exemplo, durante a Ditadura Militar e, especialmente, a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, uma vez que o esporte passa a ser considerado direito individual, a ser incentivado pelo Estado, o que influenciou a produção científica e teórica sobre o assunto.

Seguindo essa compreensão, houve a necessidade de conceituar e compreender o esporte. Em suas diversas e variáveis manifestações, o esporte pode ser compreendido com uma instituição multifuncional, posto que sua versatilidade consiste no atendimento de interesses e de finalidades inerentes à saúde, à educação, à sociabilidade e à cultura, além de desencadear uma circulação extremamente significativa de valores e riquezas de forma global.

Segundo Proni (2014), a política pública do esporte consiste em uma estrutura administrativa rica e de longo prazo, com ordenamento jurídico, planejamento profissional e estratégico de médio e longo prazo, mecanismos jurídicos e de financiamento, avaliação de

planos e projetos e cooperação com os participantes no campo esportivo (atletas, clubes, federações, secretarias estaduais e municipais, associações, organizações não governamentais, sindicatos, etc.) formularam conjuntamente diretrizes e códigos públicos.

Proni (2014) também ressalta que as políticas públicas precisam criar, construir e administrar democraticamente sistemas desportivos complexos, orientar o funcionamento das entidades esportivas, agregar e articular os eventos esportivos (educação, lazer e alto rendimento) e promover a prática esportiva por meio da estruturação e manutenção dos espaços. Pela legislação brasileira e pela compreensão dos conceitos de políticas públicas, a aquisição e a proteção de equipamentos e o desenvolvimento e implementação de esportes para todos visam salvaguardar os direitos dos cidadãos e atender às necessidades do povo brasileiro.

Contudo, para uma abordagem mais crítica sobre o esporte, recorreremos a Castellani Filho (2008, p. 132), para quem: “[...] parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível – por direito – de ser por ela apreendido”. O esporte, como construção humana, é resultado das atividades realizadas pelo ser humano para suprir as necessidades sociais geradas pelo progresso da civilização (ATHAYDE, 2014). Neste estudo, entende-se que a responsabilidade do Estado não se limita a garantir o direito à participação no esporte, mas também deve se pautar pelos princípios da construção cidadã e do desenvolvimento humano para promover ações no esporte (BELATO, 2018). Portanto, no que se refere à compreensão do esporte, ele deve ser assimilado como parte da cultura corporal historicamente construída e socialmente desenvolvida (REIS, 2015).

Marchi Jr. (2004, p. 24) entende ser o esporte uma “atividade física, construída e determinada a partir de contextos socioculturais, em constante desenvolvimento, e em franco processo de mercantilização, profissionalização e espetacularização”. Castro (2014, p.8) traz um enfoque acerca da conceituação de esporte, enfatizando que “somente a atividade física praticada de forma isolada não define a atividade como esporte; se assim o fosse construir uma casa ou subir uma escada poderia ser considerado esporte, e em contrapartida o xadrez poderia ser considerado esporte”.

Com base nessa questão conceitual e considerando os fatos históricos, alcançamos a Constituição de 1988, que implementou a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. As discussões prévias, a este marco jurídico, influenciadas por documentos internacionais que abordavam o esporte, caracterizaram-se por discussões acerca da defesa pela valorização do esporte como direito de todos em contraposição a uma excessiva mercantilização do setor.

Para tanto, o desporto caracterizado como forma de lazer, atividade educativa ou ainda, em seu caráter profissional, segundo Araújo e Nunes Júnior (2009), incorporou-se ao

sistema jurídico no âmbito de norma constitucional. Assim, o esporte é lembrado no Capítulo da “Ordem Social” (resgate da dignidade humana), dedicado à questão do desenvolvimento integral humano como “agente da sociedade, das relações de trabalho, construtor do mundo moderno, que deve integrar a sua vida com o lazer, o convívio social e a prática desportiva” (ARAÚJO; NUNES JÚNIOR, 2009, p. 499).

Entretanto, ainda que o esporte estimule o fascínio do público pela possibilidade de igualdade e de exercer escolhas, ou seja, exercitar a liberdade, se finda como a própria sociedade manifestando-se por meio de regras e relações políticas. É importante ressaltar que o esporte sempre esteve associado a uma gama de interesses que permeiam a esfera política, visto que é uma manifestação sócio-histórica (COSTA, 2016). Assim, a partir de sua relevância para os indivíduos, o esporte não pode ter sua vivência restrita à experiência competitiva formal, mas sim na diversidade de práticas esportivas presentes em suas diversas manifestações.

Com efeito, é dever do Estado estimular, facilitar e desenvolver as práticas esportivas como um todo e de forma universal. O Estado tenta cumprir esse dever por meio das políticas públicas de esporte e lazer, ainda que, em última análise, a política esportiva brasileira histórica e tendencialmente privilegie a dimensão do esporte de alto rendimento.

Em suma, a compreensão das políticas públicas de esporte requer mapear o espaço social onde é produzida; avançar no entendimento das relações entre os agentes; até, finalmente, compreender quais políticas foram efetivadas, quais foram preteridas, as que obtiveram êxito e as que não passaram de propostas (STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2015).

2.3 Políticas públicas de esporte no Brasil (1988-2016)

Um marco significativo na história do esporte brasileiro foi a promulgação da nova Constituição Federal (1988), que introduziu o esporte de forma mais ampla, assumindo garantias de direitos sociais que ainda não se concretizavam na época. Isso graças ao processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980, em que um novo pacto pode ser estabelecido entre a sociedade e o Estado, consubstanciado na Constituição Federal de 1988, que restabeleceu direitos civis e políticos, aumentado o entendimento da cidadania e dos direitos sociais (DINIZ, 2016).

Nessa nova Constituição Federal, o esporte e o lazer passam a ser direitos, conforme estabelecido nos artigos 6º e 217. O art. 6º define o lazer como um dos direitos sociais ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, previdência social, proteção materno-infantil e assistência aos pobres. O art. 217, no que lhe concerne, torna a promoção da atividade física formal e informal uma obrigação do Estado e um direito de todos (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, Godoy (2013, p. 95-96) elucida que:

O esporte não foi tratado como tema constitucional antes de promulgada a Constituição Federal Brasileira, de 1988. As Constituições Federais anteriores a esta, como a de 1967, não versavam sobre o esporte, apenas trazia normatizado no seu art. 8º, XVII, “q”, que a particular competência para legislar sobre o esporte estava restrita à União – Estado como tutor do esporte.

A inclusão do esporte no plano constitucional reflete a importância que a sociedade brasileira atribui a ele. A Lei Maior reconhece o esporte para atender as demandas da sociedade, já que não se obteve apenas no momento da constituinte, mas sim em um processo histórico longo, pelo motivo de que a norma constitucional não finda em si mesma (MELO FILHO, 1995).

Bezerra (2010) salienta que por momento a legislação esportiva tinha como finalidade realizar alterações a fim de assentar a instituição esportiva do Brasil, regulando-a pelas necessidades e condições peculiares do país. Partindo deste prisma, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 217, passa a considerar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um e dever do Estado, valorizando, por sua vez, a livre iniciativa, realçando a autonomia das entidades desportivas além de conferir à União competência legislativa restrita a normas gerais em matéria desportiva.

Em conformidade com Melo Filho (1995, p. 46), o artigo “contempla 4 (quatro) incisos e 3 parágrafos, todos voltados para que o desporto seja visto como direito do cidadão, converta-se em dever do Estado e se transforme em responsabilidade social de todos”. Posto isso, Melo Filho discorre que:

A constitucionalização do desporto através do art. 217 da Carta Magna de 1988 teve, primacialmente, a virtude de ressaltar que as decantadas potencialidades do desporto Brasileiro ganham mais consistência e força expressiva, quando é a própria Constituição que aponta diretrizes para que as atividades desportivas desenvolvam-se em clima de harmonia, de liberdade e de justiça com sentido de responsabilidade social, além de dotar o desporto nacional de instrumentos legais para, se não reduzir, pelo menos resolver desportivamente grande parte das demandas entre os atores desportivos. [...] Saliente-se preliminarmente, que o poder da nova Constituição não deve ser superestimado e exacerbado: embora ela influa na realidade, modificando-a, modelando-a, aperfeiçoando-a, elevando-a no sentido de aproximar bens e valores tidos como bons em relação ao homem e à sociedade, não como uma força todopoderosa e, menos ainda, uma vareta mágica capaz de transformar o real daquilo que é, naquilo que pretende que ele seja. [...] Se por um lado não há por que excluir-se o novo só para contentar os passadistas, por outro lado, não se pode dar ao luxo de colocar na Constituição o que a vida desprezará. [...] Por isso, tendo a nova Carta magna contemplando o desporto, afigura-se oportuno dissecar as normas desportivas elevadas ao patamar constitucional e sua ressonância na práxis jurídica (MELO FILHO, 1995, p. 34-38).

O cenário do esporte passa a ser não só liberado (liberalizado), mas também constitucionalizado, estabelecido como direito e dever do Estado. O artigo também descreve as

prioridades na alocação de recursos, principalmente para o esporte educacional e, em casos específicos, para esportes de alto rendimento, de modo que a participação esportiva não está envolvida (FLAUSINO, 2013).

No âmbito esportivo, a CF de 1988, ao passo que estabelece o esporte como um direito do cidadão e dever do Estado, concede autonomia para as entidades esportivas, cedendo à pressão destas e do mercado por mais liberdade de atuação, tendo em vista que, à época, o Conselho Nacional de Desportos (CND) ainda detinha plenos poderes de intervenção. O Estado, assim, deixa de ser o protagonista, abandonando o “intervencionismo” político característico das legislações anteriores. A administração pública continuou a financiar o esporte de alto rendimento, mas a gestão e o estabelecimento de critérios de distribuição dos recursos ficavam a cargo das Federações, Confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) (MATIAS *et al.*, 2015, p.20).

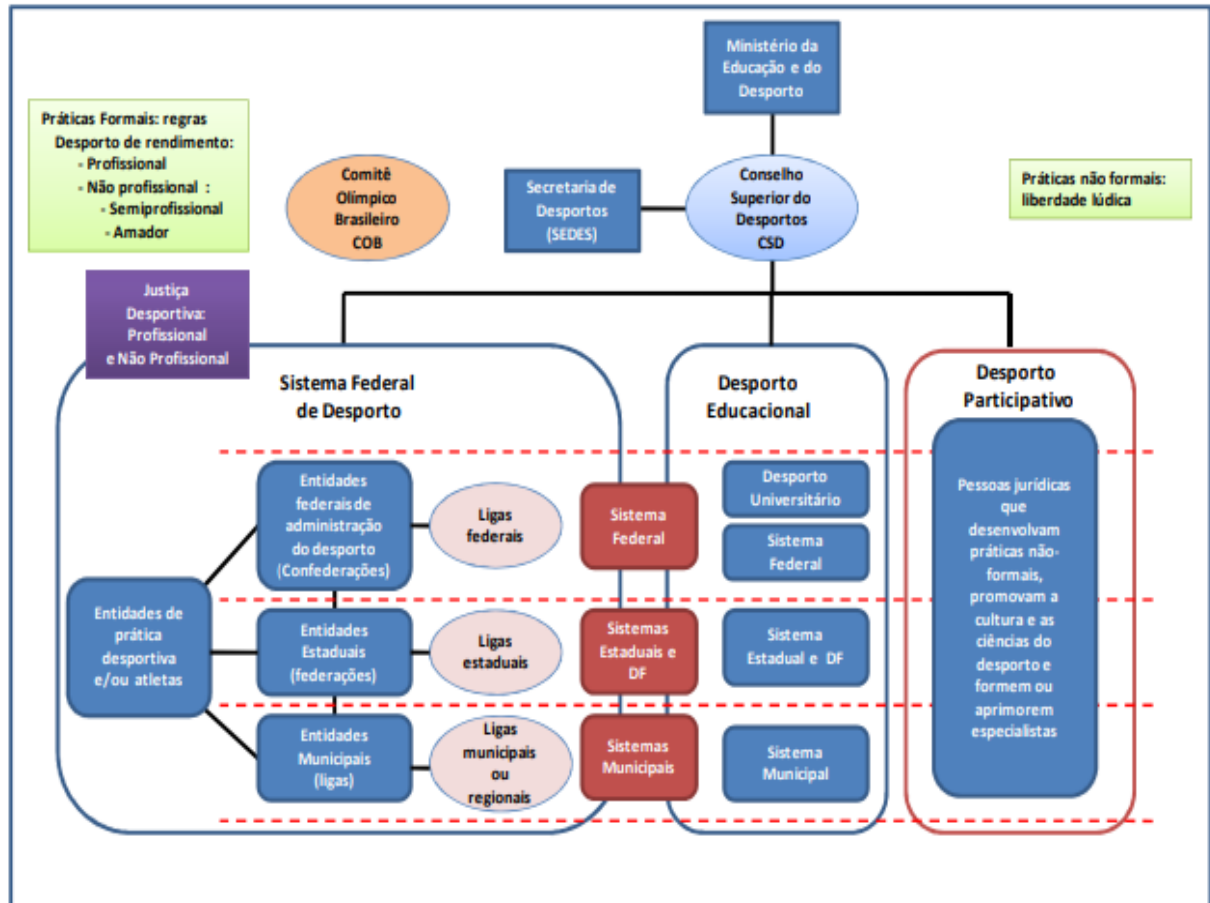
Posteriormente a este cenário de constitucionalização, o início da década de 1990 deu ensejo a vários debates acerca da regulamentação infraconstitucional do esporte segundo tendência econômica de liberalização de mercados, que repercutiu igualmente no setor esportivo, especialmente no setor futebolístico. Assim, cria-se a Secretaria dos Desportos da Presidência da República – SEDES/PR, no governo Collor de Melo (BRASIL, 1990).

Teoricamente, a legislação propunha uma modernização das entidades esportivas, buscando implantar, nessas entidades, uma administração profissional regida pela legislação civil, obrigando as entidades esportivas a uma gestão transparente e responsável, incluindo a responsabilização dos dirigentes em casos de desvio e de má administração. O projeto, inicialmente apresentado por Zico, foi bloqueado de todas as formas durante o governo Collor pelos parlamentares ligados a presidentes de federações do futebol. Entretanto, no governo Itamar:

com o trabalho incessante do secretário Márcio Braga, a proposta inicial recebeu como relator o deputado Artur da Távola, o mesmo a quem na Constituição de 1988 coube incluir as questões do esporte no seu relatório [...] Artur da Távola reuniu um grupo de esportistas, do qual tive a honra de participar, e com muita lucidez e compromisso conseguiu apresentar um substitutivo ao projeto Zico [...] (TUBINO, 2008, p. 93-94).

A Lei trata de um novo Sistema Federal de Desporto que tem por finalidade promover e aprimorar as práticas esportivas de rendimento. O sistema, conforme disposto na Figura 1, passou a congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, da administração, da normatização, do apoio e da prática do desporto, bem como às incumbências da Justiça Desportiva (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015, p. 11).

Figura 1 – Sistema esportivo nacional (Lei Zico)



Fonte: Brasil (2009).

Cabe, porém, reiterar que essa Lei tentou romper com os anacronismos autoritários que caracterizavam o espaço esportivo e vai conectar o esporte à nova situação do país em direção à democracia e aos novos interesses do livre mercado (REIS, 2015).

No âmbito conceitual, segundo Manhães (2002), a Lei Zico fortaleceu o direito do cidadão de se engajar nas atividades desportivas, principalmente ao reconhecer que o esporte de participação é uma forma legítima de manifestação esportiva. No entanto, como alegavam setores conservadores, a Lei nº 8.72 não acabou com o corporativismo setorial, transformando (inclusive) as confederações em “entidades federais de administração do esporte”. No que diz respeito à organização, a inovação esteve sobretudo na flexibilidade da ordem desportiva, o que levou ao desenvolvimento de sistemas desportivos concorrentes ao nível nacional e federativo.

A Lei nº 8.672/1993, também conhecida como Lei Zico, marca uma nova era para a indústria esportiva. Do ponto de vista jurídico, foi a primeira ferramenta para distinguir as ideias e os princípios elencados na Constituição, reconhecendo as manifestações esportivas (Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte-performance). Depois, coube avançar no

quadro legislativo para a profissionalização da gestão desportiva. Por meio da lei, as organizações atléticas poderiam estabelecer uma gestão profissional em seus departamentos esportivos e até se tornarem empresas (NASCIMENTO, 2016).

Ainda nessa perspectiva, Tubino (2010) também afirma que a Lei Zico (Lei n.º 8.672/1993) estabelece os conceitos e princípios norteadores do esporte brasileiro, considerando as manifestações esportivas (Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte-performance). Veronez (2005, p. 354) alega que:

Ao referendar a autonomia do setor esportivo sem definir o que exatamente isso significava, a Lei Zico apenas fortaleceu o poder das oligarquias que controlavam o esporte até então, isto é, não só não conseguiu destituir esses grupos conforme era alardeado quando de seu encaminhamento como proposta ao Congresso Nacional, como possibilitou o incremento das possibilidades de defesa de seus interesses. Concretamente, essa lei garantiu-lhes a total liberdade para atuarem como bem entendessem no âmbito de “suas” entidades, agora com o estatuto de “privadas” assinalado na lei. Nesse sentido, não é forçoso dizer que as propostas de mudanças para o setor esportivo trazidas pela lei foram elaboradas para que tudo permanecesse como estava, ou melhor, para fortalecer o que de mais arcaico e conservador já estava presente no setor. Se, por um lado, o esporte foi desatrelado do Estado, por outro lado foi subjugado aos interesses mais particularistas e privatistas presentes nas entidades federais de administração do esporte. O mesmo viria a acontecer com a lei Pelé.

Seguindo o caminho trilhado pelos demais projetos de modernização realizados no país, a Lei n.º 8.672/1993 tentou modernizar a indústria esportiva brasileira. Da mesma forma que estes, a modernização proposta pela nova elite esportiva, que ocupava a burocracia estatal, nunca se concretizou. Ainda que inconclusiva, para se libertar de seu controle, essa elite foi obrigada a fazer acordos com os grupos que queria ver derrotados por meio da implementação do projeto de modernização. Essa elite teve que fazer as pazes com aqueles cujos interesses representavam o conservadorismo e o atraso. Como resultado, a modernização que se esperava que ocorresse era conservadora e não destruiu as velhas estruturas “feudais”, “cartelizadas”. Também manteve intactos os principais interesses especiais desse setor da indústria esportiva nacional. Em vez disso, a forma como terminou apenas fortaleceu a hegemonia de tais frações (VERONEZ, 2005).

A proposta da “Lei Zico” para derrubar a ação protetiva do Estado ao sistema esportivo, incluindo a abolição do CND anterior, foi bem-sucedida. No entanto, a discussão do esporte, como direito social, e as obrigações que tal escolha implicaria para um Estado democrático, acabou. As opções no documento debatido deixam claro que seu objetivo é atender aos interesses do mercado e dirimir disputas, distanciando-se das demandas do povo, ignoradas em seu texto. Mesmo a bem divulgada autonomia defendida pelos proponentes da nova legislação tem alcance limitado. Em essência, qualquer tentativa de estabelecer o esporte

como um direito legal foi contestada pela autonomia da indústria do esporte (ATHAYDE, 2014).

Partindo deste prisma, a Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998 (BRASIL, 1998), também conhecida como “Lei Pelé” foi sancionada. Desde então, a estrutura jurídica do esporte no Brasil se encontra alicerçada nela, embora ela tenha sofrido inúmeras alterações. Seu texto contempla princípios acerca do desporto nacional, de forma a regulamentar a estrutura esportiva e a atividade profissional como um todo.

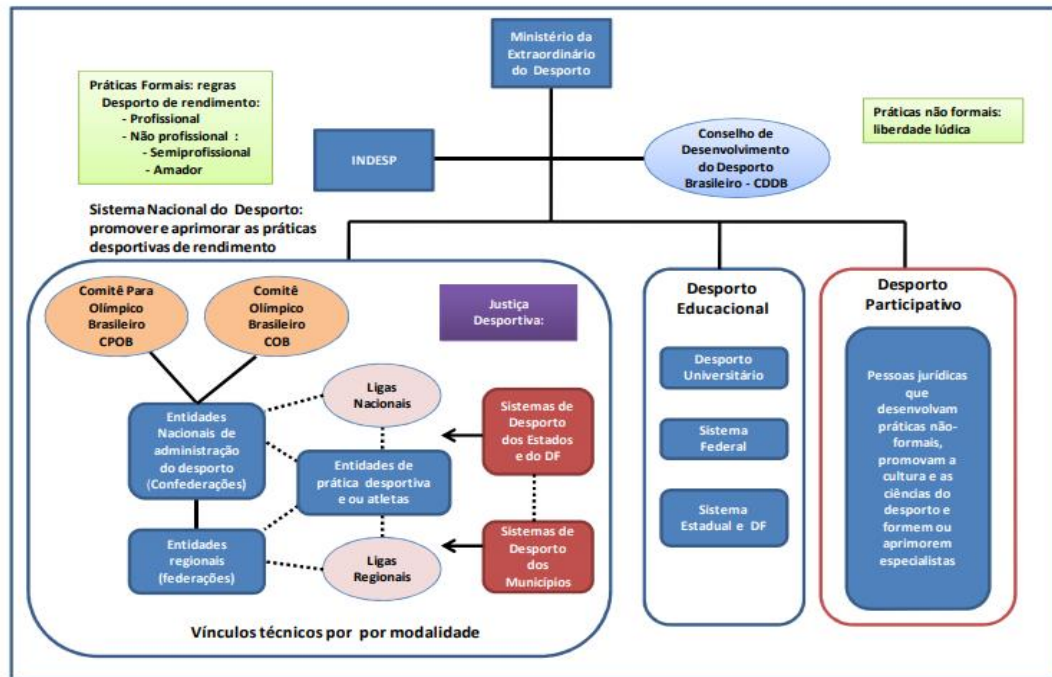
Especificamente, uma das principais mudanças trazidas pela Lei Pelé é o fim da “Lei de Passe do Jogador de Futebol”, que foi promulgada pela lei anterior. Após a “Lei Pelé”, foi promulgado o “Estatuto do Torcedor” (Lei 10.671/2003), um marco importante na regulamentação do consumo de programas esportivos (principalmente o consumo de programas de futebol no país). Com o fim da Lei do Passe, a dependência contratual com os clubes também terminou, pois, ao término do contrato, ou seis meses antes da rescisão, um atleta pode celebrar um novo contrato com qualquer clube, desde que o clube contratante se torne uma reserva dos direitos do atleta à aliança. Mas a condição era que a multa fosse paga antes da rescisão contratual e aceita pelo atleta (MATIAS, 2018).

A propósito, com base em Almeida (2007, p. 1), temos que:

Em 1998 sancionou-se a Lei nº. 9.615, conhecida como "Lei Pelé". Ela trouxe dois temas polêmicos, o primeiro, a transformação dos clubes em empresas e o segundo, a extinção gradual do passe. Transformou-se a natureza do vínculo desportivo do atleta com o clube em acessória ao respectivo vínculo empregatício. Encerrado o contrato, também se encerra qualquer vínculo entre o jogador e o antigo clube. Haveria um contrato bilateral entre atleta e clube sem requisitos que deixassem o atleta "preso" ao fim da relação obrigacional.

Por fim, Almeida (2007) destacou que a regulamentação esportiva do Brasil ainda precisa ser aprimorada, mas é importante ressaltar a propósito da Lei Pelé, que ela trouxe diversas alterações, desenvolveu-se melhor do que as leis anteriores, principalmente no que se refere aos atletas que não permaneciam mais presos aos clubes, mesmo após o término do contrato. Portanto, a relação de trabalho deixa de ser permanente (passe), terminando com a rescisão do contrato, independentemente do pagamento de qualquer valor ou taxa. O contrato pode ser rescindido unilateral e antecipadamente por meio de compensação financeira conhecida como cláusula penal. Com isso, tanto o clube quanto o atleta têm a opção de rescindir o contrato pagando uma taxa de indenização. Observa-se na figura o Sistema Nacional do Desporto, conforme disposto na Lei Pelé.

Figura 2 – Sistema Nacional do Desporto (Lei Pelé)



Fonte: Brasil (2009).

Ainda assim, no campo educacional (escolar), o art. 3º, §1º, do Decreto nº 7.984/2013 (Figura 3), que regulamenta a Lei Pelé, estabelece que o desporto educacional pode constituir-se em:

- I – esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade; e
- II – esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde.

Figura 3 – Manifestações desportivas e suas espécies – Lei nº 9.615/1998 e Decreto nº 7.984/2013

Manifestações esportivas	Espécies
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Desporto educacional ✦ Desporto de formação 	<ul style="list-style-type: none"> { esporte educacional ou esporte formação { esporte escolar
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Desporto de rendimento ✦ Desporto de participação 	<ul style="list-style-type: none"> { profissional { não profissional

Fonte: Adaptado de Castellani Filho (2019).

Para além da regulamentação das leis quanto ao desporto educacional, é importante compreender criticamente a construção a propósito da regulamentação. Para tal a discussão dessa pauta se inicia após o fracasso brasileiro nas olimpíadas de Sidney. Segundo Bracht e Almeida (2003), foi neste momento que surgiram questionamentos em diversas esferas da

sociedade sobre o insucesso da participação brasileira naquelas olimpíadas. Isso acarretou um movimento a favor da educação física após os jogos, o qual pleiteava o retorno da obrigatoriedade dessa disciplina aos currículos escolares.

Os autores ainda alegam que o poder público tem se mostrado sensível aos “desejos populares” e continua responsável pelas ações políticas relacionadas ao setor esportivo. Esta é uma razão muito útil para que ambas as classes de nossa sociedade apareçam e assumam alguma responsabilidade no processo: é do interesse do sistema esportivo e corporativo da educação física, resultando na criação do Programa Esporte na Escola e na revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRACHT; ALMEIDA, 2003).

De acordo com Athayde (2009, p. 41), “em 2001, a Câmara Setorial de Esporte, composta por representantes da sociedade esportiva brasileira, definiu os pontos fundamentais para revitalização do esporte escolar a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)”. Essa câmara criou o Esporte na Escola, um programa empreendido em 2001 no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, mas teve seu primeiro ano de execução em 2002. O programa foi promovido e gerenciado pela extinta Secretaria Nacional de Esporte (SNE), sob a gerência do senhor Ricardo Avellar (ATHAYDE, 2009).

O autor ainda comenta que o esporte na escola, inicialmente, sublinhou em seu Plano Plurianual um aumento significativo de atendimento entre 2000 e 2003, entretanto o relatório mostrou também a vinculação do esporte escolar ao modelo de alto rendimento, ou seja, o esporte praticado na escola visava alcançar resultados auspiciosos nas competições nacionais e internacionais, assim como usar as práticas esportivas na escola como um celeiro de futuros atletas. Ademais, simultaneamente, o relatório põe de forma preconceituosa as práticas esportivas realizadas nas ruas, enfatizando o discurso da regulamentação profissional, esquecendo que as práticas realizadas nas ruas expressam os aspectos culturais e estimulam o espírito comunitário.

Por fim, de notar as práticas esportivas como combate à desigualdade e problemas sociais, demonstrando uma forma de encobrir a escola como base esportiva para o esporte de rendimento (ATHAYDE, 2009). Em virtude da hegemonia conquistada pelo “esporte de alto rendimento”, este vem sendo – ao longo da história brasileira – o padrão balizador das políticas públicas para o setor, gerando políticas baseadas na focalização e na setorialidade, tendo como escopo interesses antagônicos a uma perspectiva inclusiva e de combate às desigualdades (ATHAYDE, 2011).

O cenário acima demonstra, se não desrespeito aos códigos e valores próprios do ambiente escolar, ao menos desconhecimento desses códigos e valores, os quais devem ser

preservados e considerados nas aulas de Educação Física pelo esporte escolar (ATHAYDE, 2009). Em Bracht e Almeida (2003, p. 97), encontra-se o seguinte esclarecimento sobre o Programa Esporte na Escola:

Com o que vem sendo propalado pelo programa, há a possibilidade de a EF ser confundida com o esporte ou, em última instância, a EF ser o próprio esporte, limitando as suas possibilidades quando restringida ao ensino das destrezas esportivas ou em função da primazia desse conteúdo nas aulas, privando os alunos de outras práticas corporais.

Deve-se, ainda, considerar outras possibilidades de utilização do esporte na escola, Bracht e Almeida (2003, p. 97-98) apontam:

Promover a alfabetização esportiva vai muito além da aprendizagem de destrezas; o exercício da plena cidadania no plano da cultura corporal de movimentos e especificamente no plano do esporte exige o desenvolvimento de competências que vão além dessas habilidades e que abrangem também a capacidade de situar histórica e socialmente essa prática humana, de perceber e analisar os valores que a orientam, os benefícios e os prejuízos de uma ou outra forma da prática esportiva.

Portanto, o esporte escolar só faz sentido se for pedagogizado, ou seja, submetido aos códigos da escola. Em termos mais concretos, isso significa que não basta, para a realização da função da escola, que o esporte seja aprendido e praticado nos seus espaços, é preciso também que o esporte escolar instrumentalize o indivíduo a compreender o fenômeno esportivo.

Nessa perspectiva, Moreno e Machado (2006, p. 146) complementam que:

O esporte precisa ser encarado apenas como um importante recurso didático, não mais importante que os outros, que pode ter significância pedagógica, porém o esporte escolar não poderia reproduzir os valores do esporte-espetáculo ou do esporte adulto; na escola o esporte assumirá outros valores: buscar a inclusão de todos na sua prática, favorecer ao ensinamento dos valores morais e sociais preparando-os para a vida, possibilitar situações prazerosas e marcantes, contribuir para aquisição do gosto pelo esporte e pela atividade física e manter a aderência dos alunos por mais tempo.

Dessa maneira, para entender a singularidade do esporte na escola, insta esclarecer de forma clara e objetiva a existência de diversas discussões e análises não consensuais acerca dessa temática. Grosso modo, a prática do esporte na escola é significativa para a sociedade, mesmo existindo algumas particularidades nas escolas públicas, que por muitas vezes tentou mascarar atribuições não compatíveis e de não competência dessa dimensão, todavia podem ser vistos alguns benefícios nessa política.

Na visão de Bracht e Almeida (2003, p. 96), “criticar o esporte não significa ser contrário à sua aprendizagem”. Pode-se dizer pelas contribuições dos autores, que as críticas não se deram no sentido de negação ou na contrariedade dessa política pública, mas sim no sentido de evidenciar um desvio de finalidade que não deve ser atribuído a uma dimensão do esporte na escola. Tratá-lo criticamente nas aulas, e aqui reside outro equívoco, não quer dizer ser contra as técnicas desportivas ou negá-las; da mesma forma, grassou o entendimento

segundo o qual ao lhe darmos um tom crítico estaríamos prescindindo do movimento em favor da reflexão (o importante é fazer este acompanhar aquele) (BRACHT; ALMEIDA, 2003).

Com base neste raciocínio, as críticas elencadas são direcionadas ao esporte de rendimento ou performance que, não sendo ressignificado ou pedagogizado, quando chega à escola, mantém seus objetivos de aprimoramento técnico, de aperfeiçoamento da prática e de maximização de rendimento no aluno, o que acabará por afastar aqueles que não conseguem alcançar tais objetivos. Como consequência deste modelo, utiliza-se de modo equivocado a obtenção de resultados nas competições de esporte escolar como critério para avaliação do trabalho pedagógico (ATHAYDE, 2009).

Diante do contexto dissertado, é importante retornarmos às discussões trazidas ainda pela Constituição de 1988, na qual é asseverado que o esporte:

Art. 5º. XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas. Trata-se do direito de arena, espécie de direito de personalidade, uma extensão do direito da própria imagem agora aplicado também ao atleta (BRASIL, 1998).

Art. 24º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] IX - educação, cultura, ensino e desporto.” A preferência é da União, a legislação pelos Estados e Distrito Federal é supletiva, devendo completar o vácuo da União (BRASIL, 1998).

De acordo com Bueno (2008), tem sido um longo processo, desde 1978, quando entrou em vigor a Carta da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que reconhece o esporte como um direito. Esse reconhecimento teve início no Brasil com a CF de 1988, que estabeleceu o esporte como direito individual, previsto no artigo 217, interpretando-o como direito de cada pessoa e de responsabilidade do Estado promover as atividades esportivas formais e não-formais.

A organização do esporte brasileiro foi marcada por algumas mudanças estruturais no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). É oportuno mencionar, sobretudo, que no percurso da atuação estatal na área de esporte ocorreram muitas oscilações no processo de definição do órgão gestor dessa política em âmbito nacional, tais como:

- a) 1990 – criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República;
- b) 1992 – criação da Secretaria de Desportos retorna ao Ministério da Educação;
- c) 1995 – criação do Ministério Extraordinário dos Esportes;
- d) 1998 – criação do Ministério do Esporte e Turismo.

Como descrito por Reis (2015), três grandes momentos podem ser usados para organizar iniciativas relacionadas ao esporte, que são: o período pré-constitucional; o

constitucional e o pós-constitucional. O primeiro envolve a formulação, ação e divulgação do relatório da Comissão de Reformulação do Esporte, bem como as ações do Conselho Nacional de Esportes (CND) e da Secretaria de Educação Física e Desporte (SEED). O segundo envolve a montagem dos órgãos representativos do esporte para a redação da Constituição. E o último fala em particular da criação e aprovação da Lei Zico.

Baseado nesse último período, podemos delinear uma síntese cronológica dos acontecimentos ocorridos após a promulgação da Constituição de 1988, especificamente no que tange ao esporte, tendo como um dos primeiros acontecimentos a criação da Lei Zico.

A Lei nº 8.672/1993, conhecida como Lei Zico, estabelece uma nova perspectiva para o setor do esporte, pois foi o primeiro instrumento a estabelecer os conceitos e princípios, colocados pela Constituição de 1988. Esta lei foi responsável pela profissionalização da gestão esportiva, pois realizou o ordenamento jurídico e pode possibilitar as entidades esportivas, que tinham a gestão profissionalizada, se transformarem em empresa.

É bastante significativo lembrar a criação do Ministério do Esporte e Turismo (MET), em 1998, em cujas atribuições consta a anexação da gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), órgão vinculado anteriormente ao Ministério da Educação e do Desporto. Em 2000, o Indesp teve sua extinção por denúncias de má gestão e improbidade administrativa, nesse mesmo ano se cria a Secretaria Nacional de Esporte (SNE), ainda vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo.

Convém destacar que, em 1998, é criada a Lei n.º 9.615/1998, chamada de Lei Pelé, que enfatizou uma maior atenção ao futebol, por meio de iniciativas que buscavam regular tanto a relação entre clubes e atletas quanto outros aspectos financeiros e econômicos da gestão do esporte. Em relação à garantia do esporte como direito, não houve muita diferença em relação à Lei Zico. Subsequentemente, a Lei Pelé teve algumas modificações, dentre elas a Lei n.º 10.264/2001, chamada de Lei Agnelo-Piva, incluindo incisos e parágrafos ao art. 56, promulga normas que regem o esporte, permitindo que 2 % da receita bruta de todas as loterias federais sejam repassadas diretamente ao COB e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Quanto à organização institucional do esporte, em seu primeiro ano de mandato, o Presidente Luís Inácio da Silva (2003 – 2010) cria o Ministério do Esporte (ME), órgão máximo do esporte no território nacional. O ME traz diversos avanços no que se refere à garantia do esporte como direito social e como foco de uma política social.

Ademais, houve a realização das Conferências Nacionais do Esporte, sendo o total de três conferências. A I Conferência Nacional do Esporte acontece em 2004 contribuiu para que no ano seguinte acontecesse a elaboração da Política Nacional de Esporte, onde estabeleceu

os novos rumos da política de desenvolvimento esportivo do país. Já a II Conferência Nacional do Esporte ocorreu em 2006 com a temática “Construindo o Sistema Nacional do Esporte e Lazer. A III Conferência Nacional do Esporte sucedeu em 2010, postulada com o tema de “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.

A iniciativa de realização das Conferências constitui um marco no âmbito das políticas esportivas nacionais. Através delas, especialmente das duas primeiras, houve a oportunidade de se debater o esporte e o lazer, em diversos municípios e estados e com a participação de vários setores da sociedade. O que constituiu um espaço importante de discussão e de participação social em torno da temática do esporte e lazer (NASCIMENTO, 2016, p. 65).

A necessidade de ampliar o diálogo sobre o esporte, principalmente do ponto de vista institucional, era algo que a comunidade esportiva havia antecipado e agora estava se tornando evidente. No entanto, nem as discussões que se seguiram, nem as ações que foram tomadas se concentraram nos setores liberais e progressistas. Contrariamente, alinharam-se aos fortes interesses conservadores e mercantis dos órgãos de administração esportiva nacional (NASCIMENTO, 2016).

Vale destacar ainda que, em 2007 e 2009, o Brasil foi escolhido para ser a sede de dois dos maiores eventos do mundo (Copa do Mundo FIFA, de 2014 e o os Jogos Olímpicos de 2016). Com a escolha, o setor de esporte nacional toma uma nova direção. Posteriormente, no mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), a priorização de investimentos e a realização de grandes eventos esportivos são o que diferencia o setor do esporte. Dentre os eventos realizados em seu governo estão os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo FIFA (2014) e os preparativos para os Jogos Olímpicos Rio (2016).

Paralelamente, em meio a realização desses grandes eventos esportivos, houve a promulgação do Decreto nº 7.984 /2013¹, que regulou a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que estabeleceu as regras gerais do esporte no âmbito nacional. Além de outras medidas, que apontam para garantir o planejamento e a execução dos eventos, colocando em prática o Plano Decenal proposto na III Conferência Nacional do Esporte.

Ainda no governo do Presidente Lula (2003-2011) e da Presidente Dilma (2011-2016), o esporte obteve o caráter e a importância como direito para a sociedade mediante realçado no texto Constitucional de 1988, reconhecendo-o como fator de desenvolvimento humano e objeto de política pública (CASTELLANI FILHO, 2019) .

¹ Parcialmente alterado pelo Decreto nº 11.010, de 28 de março de 2022.

o Ministério do Esporte quer consolidar o esporte e o lazer como políticas de estado que, além de fomentar a cadeia produtiva do esporte, possibilitarão novas oportunidades de trabalho e renda, e aumentarão a capacidade administrativa e tecnológica do país para realizar grandes eventos esportivos. Esse conjunto de fatores torna a política do esporte estratégica para o desenvolvimento do país que pretende ser a quinta potência econômica em 2016 e, figurar entre as dez maiores potências olímpicas do mundo (BRASIL, 2009, p. 7).

No meio desportivo, o Ministério do Esporte é o representante governamental na esfera nacional, órgão responsável por construir e instituir a Política Nacional de Esporte no Brasil. Segundo o Ministério do Esporte (2009), a Política Nacional do Esporte é dividida em três partes: Esporte de Alto Rendimento, uma importante vitrine do desenvolvimento político-econômico de uma nação; Esporte Educacional como parte do processo educacional do povo; Esporte Recreativo e de Lazer da população; e, para tanto, desenvolveram-se políticas setoriais que visavam ações a serem implementadas (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, para que o esporte se efetive como política de Estado, é necessário que se estabeleça uma rede de intervenção entre Ministérios, União, estados e municípios, entes não governamentais e a iniciativa privada, compreendendo que a interligação destas instituições poderá resultar na continuidade do processo como um todo.

2.4 O esporte na universidade

É importante elucidar que o esporte universitário também se configura como uma prática historicamente tradicional na cultura brasileira. Por sua importância historicamente construída, o esporte na universidade denotou uma cultura expressiva e de grande relevância no meio universitário. Para tanto, faz-se necessário retomarmos a definição de Castelani Filho (2008, p. 132), dado que o esporte é “parte integrante do patrimônio cultural da humanidade”, comprovando que o esporte, de modo mais amplo, se mostra como uma apropriação cultural. Além disso, deve-se considerar que o esporte é uma construção humana e resultante da atividade empreendida para as necessidades sociais da sociedade (ATHAYDE, 2014).

Ainda nesse contexto, é notável lembrar que, em 1978, a UNESCO difundia a Carta Internacional de Educação Física e Esporte e proclamou que a prática da educação física, e do esporte, é um direito fundamental de todos, passando a considerar a educação física e o esporte como partes constituintes da educação e da cultura, devendo ajudar no desenvolvimento humano e favorecer a plena integração social. Através dessa carta, houve um maior subsídio para dialogar e ampliar o debate sobre o esporte, que era simplesmente dominado pelo esporte de alto rendimento, passando a ser ressignificado com novas dimensões e a ser pensado como direito de todos.

Quando se fala em esporte educacional, não se pode deixar de enxergar a Educação como um bem cultural, sendo muito mais que simples deslocamentos pelo espaço, saltando, nadando e batendo recordes. É produção de cultura em seu sentido mais amplo. É processo de produção de consciência saudável, onde os jovens competem, sim, mas aprendem a jogar com os outros, e não contra os outros. Essa lição é incorporada a seus valores, contrariando máximas sobre as quais temos sido educados, do tipo “cada um por si e Deus por todos” (BORGES; BOUNICORE, 2007, p. 13).

Desta forma, o esporte universitário está também entrelaçado com o esporte estudantil, pois foi subdividido em 1975 – pela Lei nº 6.6.251 e o Decreto nº 80.228 de 1977 – em escolar e universitário. Por esse motivo, é indispensável conhecermos como o esporte universitário se desenhou no âmbito do esporte brasileiro. À vista disso, na próxima seção será esclarecido como essa manifestação esportiva no meio universitário se postulou no cenário mundial até chegar no Brasil.

2.4.1 Aspectos históricos sobre políticas de esporte universitário

O desenvolvimento histórico do esporte universitário no mundo guarda certas peculiaridades. De acordo com Barbosa (2017), o esporte universitário mostra suas primeiras manifestações através de jogos nas antigas universidades da Itália. Mundialmente, para além das instituições de ensino italianas, esse segmento esportivo teve suas primeiras manifestações no século XVIII, na Grã-Bretanha, berço da gênese do esporte moderno, com a execução de ações esportivas próprias e autônomas pelos universitários.

A história do esporte universitário se desenvolveu basicamente em três etapas, entre os séculos XVIII ao XX: inicialmente, ainda pelos idos do século XVIII, nas universidades italianas através de práticas de jogos; a segunda etapa acontece no século XIX, com destaque para as primeiras competições na Inglaterra nas universidades de Cambridge e Oxford; a terceira etapa é registrada no século XX através da internacionalização das competições pelo mundo e criação de órgão representativo como as federações universitárias (BARBOSA, 2017).

Conforme Elias (1992, *apud* Barbosa, 2014), nas escolas públicas inglesas, no século XIX, surgiu o esporte universitário, uma vez que a prática de esportes populares na época era utilizada para o melhor gerenciamento do tempo livre dos adolescentes de classes dominantes. No final do século XIX, no Brasil, surgem nas instituições de ensino superior as primeiras manifestações do esporte universitário, caracterizando a fase de desenvolvimento inicial desse segmento. Neste momento, são realizadas as primeiras competições nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, especificamente no College Mackenzie, em São Paulo; na

Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro) e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já em 1916, as disputas passam a ser entre os estados, tendo sido São Paulo e Rio de Janeiro pioneiros a se confrontarem (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

O esporte universitário brasileiro, de acordo com Starepravo (2006, p. 43):

[...] teve sua gênese dentro das Instituições, sem uma interferência mais efetiva do Estado. Ou seja, era realizado de forma independente pela sociedade. Não há como precisar, porém, qual era a participação do Estado na organização do esporte. [...] Porém é importante ressaltar que, provavelmente, a relação entre o esporte e o Estado começou a se delinear já nas primeiras décadas do século XX.

Sem o apoio governamental, no início os estudantes, por meio do associativismo, desempenharam o protagonismo da gestão do esporte universitário brasileiro. Ao mesmo tempo, tiveram à frente do processo de agenciamento do esporte universitário junto ao Estado. Essa versão não é a única pela qual cabe dizer que os estudantes tiveram papel importante para o desenvolvimento do esporte universitário, para que este fosse reconhecido pelo governo e inserido em sua agenda esportiva. Com efeito, não cabe circunscrever a história do esporte universitário à esfera estatal e, dessa forma, cometer o erro de esquecer os fatos e agentes reais que desenvolveram esse segmento esportivo de grande relevância para o Brasil (PESSOA; DIAS, 2019).

Conforme Starepravo e Mezzadri (2005, p. 2):

A história da participação do Estado na organização do esporte no Brasil teve sua gênese no início da década de 1940, quando foi aprovada a Lei nº 3.199/41, em um período de Ditadura do presidente Getúlio Vargas conhecida como Estado Novo. Este é um marco importante no desenvolvimento do esporte no Brasil, já que há uma transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 1920, para o modelo centralizador, interferindo diretamente na vida dos indivíduos. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário, fundada em 9 de agosto de 1939, só foi oficializada dois anos depois pelo Decreto nº 3.617, de 15 de setembro de 1941. Com a criação da Lei que regulamentou a organização e funcionamento do Esporte Universitário, as Federações Estaduais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro se consolidaram.

O recorte histórico do esporte universitário no Brasil é descrito por Barbosa (2017). O autor realiza uma revisão de literatura baseada em diversos trabalhos como Toledo (2006), Starepravo *et al.*, (2010). Ávila (2012), Gomes (2013), Barbosa (2014), que percorrem a história do esporte universitário da sua constituição até o momento da publicação de seu estudo, sistematizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Histórico do esporte universitário no Brasil

Final do século XIX – As primeiras referências de competições universitárias foram realizadas e organizadas pelos próprios estudantes no College Mackenzie em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sem a participação dos estados e do governo, ou seja, de forma autônoma e voluntária. Estas competições eram realizadas dentro dos próprios estados.
1916 – São realizadas as primeiras competições interestaduais entre São Paulo e Rio de Janeiro ainda sem a participação de do estado e de federações.
1924 – Realização da primeira manifestação de evento esportivo universitário de caráter internacional: Os Jogos Universitários Mundiais em Varsóvia.
1933 e 1934 – Surgimento das primeiras Federações Universitárias Estaduais (FUE's). Os estados pioneiros foram Rio de Janeiro (Federação de Esporte Universitário do Rio de Janeiro-FEURJ), São Paulo (Federação Universitária Paulista de Esportes-FUPE) e Minas Gerais (Federação Universitária Mineira de Esportes-FUME).
1935 – Realização em São Paulo da primeira edição dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), chamada inicialmente de I Olimpíada Universitária do Brasil. A segunda edição foi realizada em 1938, chamada de Jogos Universitários de Minas Gerais e a terceira edição foi realizada em 1940, chamada como II Olimpíada Universitária Brasileira.
1939 – Fundação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).
1941 – A centralização da Política Nacional de Esporte durante o governo Getúlio Vargas por meio da Lei nº 3.199/41, definiu as diversas formas de prática do esporte no Brasil, proporcionou a oficialização da CBDU e o incentivo ao associativismo estudantil por meio do esporte criando as primeiras Associações Atléticas Acadêmicas, responsáveis neste momento pelo planejamento do esporte nas universidades.
1959 – Realização da primeira Universíade (Olimpíada Universitária Mundial), em Turim na Itália. A Universíade atualmente é a principal competição universitária a nível internacional.
1970 – Durante a ditadura, por meio da promulgação da Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto-Lei nº 80.228/77, instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto e a consolidação do papel do estado como regulamentador do esporte. Com isso, o esporte universitário foi definitivamente enquadrado dentro do sistema de esporte estudantil.
1980 – Ao final da ditadura e com o início de políticas mais liberais o estado perdeu a mobilização e o controle de agentes responsáveis pela organização do esporte universitário. Foi nesta década que o esporte universitário iniciou sua primeira fase de decadência pela falta de profissionalismo de seus gestores nas instituições.
1998 – Reafirmação por meio da Lei Pelé (Lei nº 9615/98) da CBDU como entidade administrativa do esporte universitário no Brasil.
2003 – Criação do Ministério do Esporte e reorganização da CBDU com a parceria do COB aumentando assim seus recursos, por meio da Lei Agnelo Piva (Lei Nº 10.264/01), e também sua visibilidade na mídia com o apoio da TV Globo.
2008 – Realização da primeira Liga do Desporto Universitário, competição organizada pela CBDU que contempla diversas modalidades em diferentes períodos do ano em etapas estadual, regional e nacional.

Fonte: Barbosa (2017).

Não menos importante que tais considerações, é necessário lembrar que o esporte universitário brasileiro passou por diversos momentos de estruturação e reformulação, do qual veio sofrendo transformações ao longo do tempo como mostrado no quadro histórico acima. “O esporte sempre fez parte da vida universitária, seja organizado pelos estudantes ou incentivado pelas instituições” (GONÇALVES, 2017, p. 37).

Embora o esporte universitário brasileiro, como no mundo, tenha se originado pelas mãos dos discentes dentro das universidades, conforme disposto por Barbosa (2017), esse segmento esportivo se consolidou por uma intervenção e centralização de normas por intermédio do Estado. Temos como conclusão de que o Estado está diretamente relacionado com o desenvolvimento do esporte universitário no país, principalmente por manter com este

uma relação de interdependência via financiamento público do esporte (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

Com efeito, com as criações das leis regulamentadoras e com o surgimento das entidades de representação do esporte universitário, espera-se que haja um maior investimento, fortalecimento e consolidação desse segmento esportivo. Aliás, o esporte universitário, após seu robustecimento, pode ter uma maior popularidade e visibilidade nas mídias. A maioria dos envolvidos nesse meio o definem como uma área com potencial de crescimento, vislumbram uma série de oportunidades e melhorias que poderiam acontecer em caso de maior investimento. “Enxergam possuir um público segmentado de altíssimo interesse por parte de diversas empresas eventuais patrocinadoras, tem um grande apelo para a mídia” (MAZZEI; BASTOS, 2012, p. 139).

O esporte universitário, ao longo do tempo, passou por transformação através do processo de evolução histórico e político, registrando sua primeira competição no Brasil em 1934. Mais especificamente, segundo Toledo (2006), a primeira competição realizada pela Federação Universitária Paulista de Esportes (FUPE) foi realizada no início de 1930. No entendimento de Toledo (2006, p.41), “em 1935, iniciou-se umas das tradicionais competições entre universidades, MAC-MED, bem como foram realizados os primeiros Jogos Universitários Brasileiro – JUBS, na cidade São Paulo”. Esses órgãos criados em nível estadual conseguiram efetivamente estimular a criação de uma entidade com alcance nacional. De acordo com Toledo (2006, p. 42 - 43):

Em 1939, foi fundada a primeira entidade acadêmica esportiva universitária com abrangência nacional, a CUBE (Confederação Universitária Brasileira de Esportes), mas somente em 1941 ocorreu a primeira regulamentação do desporto universitário nacional. Com o Decreto-lei nº 3.617 (por iniciativa do presidente Getúlio Vargas) que, além de instituir oficialmente a CBDU, criou as associações atléticas acadêmicas, ligadas aos centros aos centros acadêmicos, e obrigava as universidades e instituições de ensino superior a construir e montar praças desportivas, constituído tal exigência uma das condições para obterem autorização de funcionamento e reconhecimento federal, além de instituir oficialmente os JUBs (Jogos Universitário Brasileiros).

Denota-se através dos eventos oficiais, leis e atos do executivo federal que o esporte universitário no Brasil passa a ser oficializado e formalizado pela sua relação oficial de interdependência com o Estado, constata-se um maior registro estabelecido por leis que foram construídas e reformuladas ao longo do tempo.

Assim, tem-se em conta que o marco regulador do desenvolvimento institucional do esporte universitário foi a criação da CBDU, em 9 de agosto de 1939, por acadêmicos, representantes das Federações Universitárias Estaduais e agremiações que se reuniram no Rio de Janeiro. No entanto, vale ressaltar que a CBDU foi oficializada dois anos depois pelo Decreto

nº 3.617, de 15 de novembro de 1941, assinado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas. Esse Decreto-lei nº 3.617 organizou as atividades desportivas do Brasil, incluindo a oficialização do desporto acadêmico e o reconhecimento da CBDU como gestora. Entre suas competências localizam-se a gestão e a organização das competições e eventos esportivos oficiais entre universitários de todo o país (CBDU, 2022).

No início da criação da CBDU, a articulação com o movimento estudantil brasileiro era defendida pelas Atléticas Acadêmicas e da União Nacional dos Estudantes. Atualmente, não há correlação com a CBDU, relação que foi muito forte no passado. Ao longo dos anos, percebe-se que, na esteira do golpe de 1964 e do regime gerado pelos militares, esforços foram feitos para separar a CBDU da UNE e dos Jogos de qualquer conotação política relacionada às lutas estudantis (BORGES; BOUCARE, 2007).

Borges e Boucare (2007, p.127) alegam que:

Isso não nos impede de perceber que o sistema federativo ligado à CBDU e à CBDE nasce estreitamente conectado com as entidades do movimento estudantil. Quer isso dizer, dentre outras coisas, que seu papel não é meramente o de exercer a organização do esporte educacional universitário brasileiro, mas, para além disso, o de materializar uma estreita ligação entre as demandas da sociedade civil e as políticas de Estado para essa área. Em nossa visão, o papel das Confederações Universitária e Escolar é fundamental no debate de concepções sobre o nexo esporte/educação, bem como na proposição de políticas visando à melhoria do esporte educacional e à democratização do acesso ao esporte para as amplas parcelas da juventude brasileira. Nessa perspectiva, surge-nos claro o vínculo potencial entre as atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil e o papel da CBDU e da CBDE.

Faz-se imprescindível destacar, que a CBDU nasceu das lutas dos movimentos sociais liderados pelos estudantes e a UNE. Isso pode ser visto simplesmente porque o esporte universitário foi criado e desenvolvido pelos estudantes desde sua fundação até sua consolidação, por meio de regulamentações legais. Todavia, passada a regulamentação legal, com o passar dos anos houve o afastamento dos estudantes das tomadas de decisões sobre o esporte universitário.

A CBDU passa a representar e regular o esporte universitário, desvincula os estudantes das tomadas de decisões, não abrindo mais espaço para o diálogo com a representação discente. Um dos efeitos desse afastamento dos estudantes foi a predominância das práticas esportivas vinculadas ao alto rendimento através das competições organizada pela CBDU, negligenciando as outras dimensões do esporte.

Portanto, torna-se evidente que uma prática de esporte dentro da universidade, utilizada inicialmente para os fins de ocupação de tempo e lazer das classes dominantes, pode evoluir de tal forma que trouxe uma visibilidade para os investimentos estatais ao longo de seu processo histórico. Vê-se, pois, que esse processo evolutivo histórico, advindo dos modelos

européus, pode chegar no Brasil apenas em alguns estados de forma amadora, que através de ações coordenadas conseguem consolidar, ao longo dos anos, uma forte parceria com o governo. Logo, é indiscutível o fato segundo o qual o esporte universitário posto e oferecido nas universidades, atualmente, provir de lutas de direitos e acesso ao esporte e lazer para que todos os discentes das instituições públicas de ensino superior tenham sem distinção o acesso ao esporte que é garantido por lei.

2.4.2 Papel do esporte na política universitária

Para uma melhor compreensão do esporte nas universidades públicas federais é necessário compreender como foi inserido e estruturado, bem como quais políticas públicas trouxeram sua manifestação para o meio universitário. Assim, para uma possível análise e delineamento da compreensão do esporte nas universidades, na realidade brasileira, é imprescindível entendermos a estrutura dessa categoria esportiva.

Buscando um melhor entendimento sobre a estrutura dessa dimensão esportiva, retornamos à discussão sobre as dimensões esportivas estabelecidas pela Lei nº. 9.615/1998 (Lei Pelé). Essa Lei adotou as seguintes dimensões: a) desporto educacional; b) desporto de participação; c) desporto de rendimento; e, mais recentemente, d) desporto de formação. Esta classificação afeta a forma como o financiamento público e a gestão do esporte no contexto federal é organizado e estruturado (PEREIRA; ATHAYDE, 2019).

Legalmente as manifestações que ocorrem nas universidades brasileiras são classificadas como “Esporte Educacional” - praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (Artigo 3-I da Lei 9.615) (COSTA, 2016, p. 7).

No âmbito universitário é possível identificar a presença das três perspectivas do esporte estabelecida pela legislação. A título de ilustração e melhor distinção, o esporte do qual os alunos e atletas participam é denominado “esporte representativo”, equivale a “esporte de rendimento”, enquanto os alunos envolvidos na organização dos jogos internos e participantes em projetos de extensão são mais próximo ao “esporte educativo”, e os funcionários e os membros da comunidade universitária geralmente praticam o “esporte de participação”, que incluem modalidades de esportes em oficinas, reuniões, eventos e projetos de recreação (BELATO, 2018).

Paralelamente, Souza, Silva e Silva (2019) e Barbanti (1994) colocam que nas universidades o esporte pode ser observado por três perspectivas diferentes e possuem características distintas. Os autores sinalizam as seguintes perspectivas: Prática de Educação Física, Política de Esporte voltada ao lazer universitário e Competições Esportivas/Jogos

Universitários. Este último realizado por competições amistosas e competições estaduais (realizado pelas federações universitárias estaduais) e nacionais promovidas pela CBDU.

A Lei Pelé também determina o Sistema Brasileiro do Desporto (SBD). O SBD é responsável pela qualidade e desenvolvimento da prática esportiva, sendo composto pelos seguintes órgãos: Ministério do Esporte (atual Secretaria Especial do Esporte), Conselho Nacional do Esporte, Sistema Nacional do Desporto e os Sistemas de Desportos dos Estados, do Distrito Federal e Municípios. Cada um dos entes que compõem a estrutura do esporte universitário no Brasil, tem sua importância dentro do sistema exposto acima (PEREIRA; ATHAYDE, 2019, p. 82).

De acordo com Belato (2018), o esporte universitário está inserido no Sistema Nacional de Desporto (SND). O SND é responsável pela qualidade e pelo desenvolvimento da prática esportiva de rendimento, cujas instituições integradas são: Comitê Olímpico Brasileiro atual, Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Clubes (CBC), Confederações, Federações, Ligas Nacionais e Regionais e Entidades de práticas desportivas. Tomando como base o SND, percebe-se a organização estrutural do esporte universitário, que basicamente hoje possui os níveis nacional, estadual e local, existindo ainda fora do SND o internacional.

No âmbito Internacional existe a Federação Internacional de Esporte Universitário (FISU), criada em 1920 por Jean Petit-Jean, que funcionava como um Comitê Olímpico Universitário (SANTIAGO, 2009). Após três anos, o francês Jean Petit-Jean, conhecido como líder esportivo universitário, lançou os primeiros Jogos Universitários Mundiais em Paris.

Jean Petit-Jean sonhava em trazer os Jogos Universitários Mundiais de volta à vida desde o armistício. Para o visionário líder esportivo parisiense, a União Internacional de Estudantes (IUS) assumiu a liderança do movimento estudantil e tentou tornar esse sonho realidade. Essa organização de orientação comunista organizou os Jogos Mundiais Universitários de Inverno e Verão em Davos e Paris em 1947. No entanto, o IUS também tentou assumir a governança do movimento esportivo universitário internacional para usá-lo para fins de propaganda. Essa situação provocou desacordo entre alguns líderes esportivos estudantis europeus, que desejavam limitar a politização do esporte. O matemático e professor de Luxemburgo, Paul Schleimer, liderou o emergente grupo ocidental e, após longas discussões iniciadas em 1948, a Federação Internacional de Esportes Universitários- ou Fédération Internationale du Sport Universitaire em francês (FISU) – nasceu. A organização realizou sua Assembléia Geral constitutiva em 1º de junho de 1949 (FISU, 2022, p. 1).

Posteriormente, desde as primeiras manifestações para sua criação pelos líderes esportivos universitários no mundo, a FISU veio acoplando lideranças de estudantes através da IUS, que possuía lideranças por todo mundo e tinha como intuito a democratização das práticas esportivas, acesso do esporte aos estudantes universitários e organização de eventos. Logo após a criação da FISU, houve um maior desenvolvimento do esporte universitário por todo o mundo, pois foi realizado o fomento da prática dos esportes nas universidades países afora. Cada vez mais sucedeu o aumento no número de praticantes de esporte nas universidades, como também o aumento e a expansão dos eventos esportivos estudantis universitários.

No Brasil, como contextualizado anteriormente, o esporte universitário também seguiu o delineamento das lutas dos movimentos estudantis, especialmente liderado pela UNE e as atléticas, que participaram de todo o processo de legalização do esporte universitário brasileiro, que acarretou, em 1941, na criação da CBDU. A própria CBDU é uma instituição filiada à FISU e participa dos eventos internacionais universitários, representando o Brasil nas competições universitárias a nível mundial. Contudo, realiza os eventos nacionais com o apoio das Federações Universitárias Estaduais (FUEs) para escolher as melhores equipes e os melhores atletas para representar o Brasil.

Na atualidade a CBDU se organiza de uma forma totalmente dependente das contribuições das federações universitárias estaduais, parcerias com empresas privadas e do Governo Federal pelo recebimento de recursos. Hoje, é composto principalmente pelas Federações Universitárias Estaduais (FUE) e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), que contam com incentivo financeiro do Governo Federal, por meio da Lei n., 10.264 de 2001 (Lei Agnelo Piva), para organização de competições de Esporte Universitário voltadas para o rendimento, que são oferecidas aos atletas e às Instituições de Ensino Superior (IES) (XAVIER *et al.*, 2019, p. 2).

A CBDU, juntamente com as 27 Federações Universitárias Estaduais (FUEs) filiadas, desenvolve o calendário anual das competições. As FUEs têm um papel fundamental no desenvolvimento dos eventos a nível nacional, por exemplo, dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), maior evento realizado pela CBDU e na atualidade é a maior competição universitária da América Latina. Essas instituições contribuem de uma forma primordial, enviando as equipes representantes estaduais. Nesse caso, as Instituições de Ensino Superior (IES) campeãs das modalidades esportivas em cada estado representam seus estados nos JUBs (HATZIDAKIS, 2006).

É importante ressaltar que não é apenas a CBDU que realiza jogos no âmbito universitário. As Associações, Ligas e IES promovem amistosos e competições no cenário estadual e nacional, entre atléticas de cursos, objetivando a interação cultural, esportiva e social entre os estudantes das diversas instituições. Convém evidenciar que essas instituições desenvolvem as outras perspectivas do esporte universitário, além da perspectiva de rendimento.

Assim, vale lembrar que o esporte é um patrimônio cultural (CASTELLANI FILHO, 2008), pois é vivenciado nos diversos ambientes sociais, dentre os quais localiza-se o meio universitário, que “é um segmento esportivo muito particular, que sofre a influência de fatores históricos, sociais, culturais e legais” (MAZZEI; BASTOS, 2012, p. 139). Em sendo o esporte universitário é colocado na legislação como educacional, não se pode esquecer que “quando se fala em esporte educacional, não se pode deixar de enxergar a Educação como um

bem cultural” (BORGES; BOUNICORE, 2007, p. 9). Se o esporte está dentro da educação, ele é um bem cultural que deve ser apropriado pelo indivíduo em sua formação como cidadão ou profissionalmente na universidade.

Nunca é demais lembrar que o esporte, por ser vivenciado em diversos ambientes sociais, assume características diferenciadas do contexto no qual está inserido, não diferentemente passa a se configurar com características específicas no meio educacional, trazendo ao indivíduo especificamente um teor mais educativo/formativo nas séries iniciais. Já no nível superior, contempla as três perspectivas: representativa, educativa e de participação. Essa pluralidade de perspectivas do esporte universitário o configura como um fenômeno cultural, social e histórico elementar na formação do indivíduo na universidade.

Por isso, plausível dizer que a política de esporte universitária começa a melhor se desenvolver nas universidades quando foi regulamentada por lei e presidida por uma entidade máxima (CBDU), responsável pelo esporte universitário brasileiro. Isso porque, após essas prerrogativas, nota-se que começa a existir uma vinculação direta de recíproca dependência com o Estado, seja na universidade pública ou privada. O Estado teve e tem o papel essencial de desenvolver o esporte em conjunto com as universidades e a CBDU. Reafirma-se a ideia de *Starepravo et al.*, (2010, p. 145):

Nesse sentido, e salvo uma compreensão mais profunda, podemos concluir que o Estado esteve e está diretamente relacionado com o desenvolvimento do esporte universitário no Brasil, principalmente por manter com ele uma relação de interdependência, representada principalmente pela questão econômica, por meio do financiamento público.

É demonstrado que as duas partes constituintes do desenvolvimento da política universitária possuem um papel de notoriedade na sua composição, buscando elucidar que o esporte possui nas universidades um status de grande valia para os discentes, a sociedade e o sistema esportivo. Isso é visto através da “particularidade do Esporte Universitário de estar ligado ao esporte educacional e profissional” (XAVIER *et al.*, 2019, p. 34). Dessa forma é possível notar que “o esporte universitário passa a ser caracterizado como uma manifestação esportiva de alto rendimento cada vez mais próximo, inclusive, das práticas esportivas veiculadas de forma profissional” (STAREPRAVO *et al.*, 2010, p.139).

De acordo com Gomes (2014), semelhante ao esporte profissional, o esporte universitário, através da realização de competições regionais e nacionais, incrementa o desenvolvimento sociocultural e aumenta a produtividade da indústria do esporte, o comércio,

a realização de eventos, turismo e a comercialização das empresas de prestação de serviços locais.

A inclusão do esporte profissional no meio universitário postula um novo posicionamento para as universidades, já que não são todas as IES que vão acoplar o esporte profissional em suas diretrizes e gerenciá-lo como uma política de esporte no ambiente universitário. Esse é o caso das universidades públicas, que recebem recursos limitados para o desenvolvimento de todas as políticas universitárias internas, estabelecendo assim suas prioridades. No caso das instituições particulares, pode-se perceber que são mais aderentes ao esporte profissional. Isso fica evidente quando as organizações esportivas de alto desempenho fazem parceria com as IES para expandir as competições e oferecer oportunidades ao desenvolvimento de atletas fora de suas carreiras profissionais e injetar recursos privados na forma de apoio a universidades, atletas e para a própria CBDU (XAVIER *et al.*, 2019).

Dito isso e para além do que é posto por Barbosa (2017), o esporte universitário é reconhecido por sua importância em muitos países diferentes em todo o mundo e é visto como uma atividade extracurricular essencial dentro da comunidade acadêmica, que tem um impacto direto no desenvolvimento geral dos alunos e na formação do ensino superior. É possível mostrar sua importância e crescimento por possuir características peculiar no esporte educacional e no esporte profissional, como se depreende das seguintes colocações de Xavier *et al.*, (2019) em relação aos EUA e ao Brasil:

A particularidade do Esporte Universitário de estar ligado ao esporte educacional e profissional pode ser percebida nos EUA na National Basketball Association - NBA, na qual 83.2% dos jogadores chegaram à liga profissional de basquete por meio das competições universitárias da NCAA. No Brasil, 53% dos atletas do Brasil que estavam nas Olimpíadas Rio 2016 passaram pelas competições da CBDU. Essa realidade representa um avanço nas novas tendências mundiais do esporte, que é a aproximação com o mundo dos negócios (XAVIER *et al.*, 2019, p. 32).

Corroborando com essa ideia, Starepravo *et al.*, (2010) afirmam que houve um avanço na aproximação entre as esferas pública e privada, principalmente no que diz respeito às novas tendências esportivas que enfatizam a proximidade com o mundo dos negócios. Essa aproximação acaba por engendrar direcionamentos distintos na política de esporte universitário, sobretudo quando se considera a natureza pública ou privada das IES. Dessa forma, “constata-se que os assim denominados “desportos universitários” são conduzidos como uma política à parte, seu desenvolvimento é consequência do engajamento e interesse das instituições de ensino superior (IES) sejam públicas ou privadas (BELATO; CARNEIRO; ATHAYDE, 2019, p. 9).

Consequentemente, é perceptivo que diversos autores como Fiochi-Marque, Oliveira e Melo Silva (2018), Brasil (1998), Veloso (2005), Barbosa (2014), Belato (2018), Belato, Carneiro e Athayde (2019), Souza, Silva e Silva (2019) e Fiochi-Marques, Oliveira e Melo (2018) descrevem em conformidade o que concerne ser o esporte universitário e quais são suas manifestações, com base nas contribuições de Tubino (2010), na Lei Pelé e na Carta da Unesco de 1978. Os autores citados definem o esporte universitário como toda e qualquer prática esportiva realizada por estudantes de graduação e pós-graduação em uma IES. Sendo que essas práticas podem ser concentradas nas seguintes manifestações: esporte participação (voltada para o lazer), esporte educação (aprendizado de uma modalidade) ou esporte de desempenho (alto rendimento). Esses autores pormenorizam esse conceito por simplesmente concordarem e reconhecerem o esporte universitário em diversos contextos sociais e em dimensões esportivas diferentes, considerando não só seus objetivos institucionais, mas também sua regulamentação.

Ainda é valoroso afirmar, que o entendimento das manifestações do esporte universitário nos ajuda a intuir como a política universitária esportiva acontece em cada IES, podendo se alinhar de acordo as suas manifestações e direcionar aos objetivos cada IES. Isso é visto quando se analisa as IES públicas e privadas, sendo que nas privadas se busca *marketing* institucional ou o desenvolvimento de um negócio com uma perspectiva lucrativa; já nas públicas se observa a busca pela democratização do acesso ao esporte pelas políticas públicas institucionais e externas aderidas pelas universidades.

Como exemplos de políticas públicas de esporte e lazer presentes no ambiente universitário, é possível citar os programas criados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo extinto Ministério do Esporte (ME) através Secretaria Nacional do Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), tais como: o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) e o Programa de Extensão Universitária (ProExt). Os dois programas levam em conta a responsabilidade atribuída ao governo em garantir o acesso da população ao lazer e ao esporte.

O PSTU tem o propósito de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional e mostra-se como um espaço universal para todos que participam das práticas corporais em caráter educacional, levando em consideração os diversificados ambientes e o desenvolvimento pedagógico direcionado. O programa promove desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, vai atender toda a comunidade acadêmica, mas prioritariamente os discentes que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e estão matriculados na rede pública de ensino superior (BRASIL, 2019).

Já o ProExt, programa criado pelo MEC, também contribui para o esporte de lazer. Através de editais anuais, as universidades realizavam a inserção de projetos de extensão ou programas de esportes, que se enquadram na linha temática de “Educação”, “Promoção da saúde” ou “Esporte e Lazer”. ProExt quer o desenvolvimento e inclusão social dos alunos nas IES municipais, estaduais e federais (SOUZA; SILVA; SILVA, 2019).

Atribui-se ao Estado o sucesso do desenvolvimento do esporte universitário, logo também o seu crescimento, já que após a sua interdependência houve um maior crescimento da política de esporte universitário desenvolvida nas universidades. Nessa perspectiva, Malagutti e Starepravo (2020, p. 53), complementam que “o Estado tem o papel fundamental em tal realização, uma vez que a realização das competições do Esporte/Oficial é dependente das ações do Estado, nos níveis estaduais e também no nacional”. Conforme Starepravo *et al.*, (2010), não apenas a interdependência é o fator aproximação, mas também é o liame entreposto de interesses pessoais e políticos dos agentes e das instituições envolvidas.

Outro detalhe importante relativo ao esporte universitário, ressaltado por Malagutti e Starepravo (2020, p. 113), é que “o esporte universitário se originou e, posteriormente, difundiu-se como uma prática tradicional em todo o mundo”. A sua formação se baseou no esporte moderno; isso o levou a ter sua execução traçada na busca do rendimento, sendo que essa manifestação é utilizada nas competições das entidades oficiais, com o objetivo de procurar atletas para representar a nação (MALAGUTTI; STAREPRAVO, 2020).

É bastante significativo apresentarmos algumas discussões de outras correntes teóricas usadas para analisar os estudos sobre o esporte universitário. Um desses estudos é o de Malagutti e Starepravo (2020). Os autores analisam o esporte em duas manifestações Esporte/Oficial e Esporte/Festa. Baseados em Bourdieu (1983), os autores fundamentam suas análises, situando o esporte universitário enquanto manifestação inserida no campo esportivo.

Dando suporte teórico ao assunto, Malagutti e Starepravo (2020, p. 21) afirmam que “o esporte universitário é categorizado enquanto um subcampo inserido no campo esportivo”. A estrutura do campo é a interrelação entre os agentes e as instituições que compõem o campo, que jogam muitas vezes uns contra os outros em um jogo de interesse (MALAGUTTI; STAREPRAVO, 2020).

Embora inserido no campo esportivo, o subcampo do esporte universitário apresenta suas próprias particularidades, com agentes e relações próprias deste subcampo. Além de ter relação direta com o campo esportivo, o subcampo do esporte universitário é pautado nas lógicas de outros campos, como educacional e político (STAREPRAVO, 2011 *apud* MALAGUTTI, 2020).

Assim, considerando que o esporte na política universitária é permeado pelo campo educacional e político, ele tem um grande potencial educacional, cultural e econômico, em razão de que o esporte é uma ferramenta crucial para atingir diversos objetivos alinhados com os interesses dos grupos sociais (CARDOSO; NETO, 2019). Em relação à política, pode-se observar que o esporte universitário é regulado pela política universitária, que pressupõe desenvolver ou não o esporte dentro da universidade, através do subsídio da política educacional, da política esportiva em geral e pela política de assistência estudantil na universidade. Todavia advém das políticas educacionais que a regulam as manifestações esportivas no meio universitário.

No caso dos esportes nas universidades públicas, pode-se ver que possui uma organização estabelecida pelas próprias IES, feito principalmente por documentos oficiais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI). Esses documentos estabelecem a regulamentação de planejamento e de gestão das ações desenvolvidas pelas universidades.

A universidade, enquanto instituição social, não fica alheia à estrutura social e aos valores perpetuados pela sociedade civil e por seus órgãos reguladores e fomentadores. “Em meio a inúmeros conflitos de interesses, as universidades públicas também elegem prioridades, as quais são expressas na definição de sua missão e na elaboração de suas políticas institucionais e das metas a serem alcançadas” (RIBEIRO; MARIN, 2012, p. 1).

As universidades públicas, principalmente as do sistema federal, são partes integrantes do sistema educacional e do Ministério da Educação, por isso elas estão regidas por ações governamentais e dependem especificamente de recursos públicos para promover o esporte e o lazer. No caso específico do esporte universitário, existe a possibilidade de investimentos de outros ministérios do governo federal, como o extinto ME, além de recursos do setor privado para investir no esporte de alto rendimento.

Por isso é sempre bom nos referenciar que o esporte universitário possui seu pilar na educação, dado que ele é praticado por estudantes de nível superior. Para Starepravo *et al.*, (2010), o esporte brasileiro se caracteriza por um delineamento de pensamento para favorecer o sistema de esporte escolar e universitário, como também investe nas competições esportivas de rendimento, com foco no alto rendimento que se inicia no esporte escolar e no universitário. Contudo, o esporte universitário passa a receber investimento do Estado, com verbas para a realização de disputas universitárias em âmbito regional e nacional.

Na visão de Malagutti e Starepravo (2020), o esporte universitário além de ser um subcampo do esporte possui duas manifestações, que pode ser considerado um subcampo do

esporte universitário, sendo eles: o Esporte/Oficial e o Esporte Festa. Essas manifestações possuem uma distanciação graças à diferença de seus capitais adquiridos. A primeira é baseada no esporte moderno, com busca do rendimento de atletas para a representação nacional. Já a segunda manifestação possui uma ligação direta com o campo econômico com as realizações do esporte seguido das festas, tendo os universitários como consumidores do produto festa, sem nenhuma ligação direta com as entidades promotoras do Esporte/Festa.

O choque de objetivos das duas manifestações pode ser entendido consoante às contribuições de Bourdieu (1983, p. 189):

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo ? de elite ? e esporte popular ? de massa ? etc.; e este campo está ele também inserido no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, lutas que além de oporem entre si, treinadores, dirigentes, professores de ginástica e outros comerciantes de bens e serviços esportivos.

Essas duas manifestações, apresentadas por Malagutti e Starepravo (2020), simbolizam demandas encontradas nas universidades. Esses dois subcampos do esporte são pleitos criados pelos estudantes que incorporaram essas práticas no meio universitário e na sociedade. Isso é visto pelos diversos eventos organizados dentro da universidade e fora dela para essas manifestações.

Desse modo, para honrar seus compromissos com a comunidade, as universidades devem estar atentas à dinâmica social e às suas demandas, incluindo o acesso a atividades do esporte e do lazer. Nesse contexto, importa ressaltar o lazer e o esporte como virtudes culturais historicamente criadas pela humanidade, portanto, passíveis de serem justificadas como direitos universais (CARDOSO; NETO, 2019).

Destarte, o esporte na universidade, ao longo dos anos, vem se reestruturando com o passar do tempo. No que remete ao esporte universitário na manifestação do esporte educação, pode-se perceber ser uma política estratégica de fomento que se inicia na educação básica e se prolonga até a formação superior. Como colocado por Brasil (2015 *apud* Souza, Silva e Silva, 2019 p. 3):

Em específico ao esporte escolar, o qual o universitário se enquadra, a criação de políticas públicas por intermédio de programas que atendam a comunidade universitária se constitui em importante estratégia de democratização do acesso e formação de uma cultura esportiva, pois segundo dados levantados pelo Ministério do Esporte, 48% da população brasileira começa a praticar esportes na escola e/ou na universidade.

Somente sob a ótica da estrutura do esporte universitário nacional, podemos ver o status hegemônico do esporte de rendimento, bem como a lógica de sua organização e atuação.

Essa vantagem por si só não elimina a possibilidade de eventos esportivos coexistirem no ambiente universitário, mas há a necessidade de melhor compreensão desse ambiente ao nível local (PEREIRA; ATHAYDE, 2019).

Dessa forma, é significativo falar do jogo universitário mais relevante no Brasil, o JUBS. O JUBS tem uma grande visibilidade, e, conforme Belato (2018), Xavier *et al.*, (2019) e CBDU (2022), é o maior evento realizado pela CBDU; também é a maior competição universitária da América Latina. Dentro da estrutura do esporte universitário, o JUBS é o evento com maior relevância e estrutura organizacional realizada pela CBDU, que tem o auxílio das FUES na organização.

Posto isso, é importante lembrar que foi nos jogos universitários onde houve a maior manifestação do Esporte/Oficial, que se disseminou por todo o Brasil, demonstrando o seu grande potencial.

Os Jogos Universitários ou Escolares não são invenção recente. Eles apresentam em seu passado uma trajetória extremamente rica e relevante. Na atualidade podemos afirmar que há um vasto campo de possibilidades de aperfeiçoamento dos Jogos, principalmente se as lideranças esportivas e autoridades de governo souberem aproveitar o rico manancial de reflexões que vem brotando do debate nacional – travado em especial a partir de 2003 – sobre a temática das políticas públicas de/com/para juventude (BORGES; BOUCARE, 2007, p.16).

Diante de tantas manifestações, percebe-se que a construção de vertentes culturais, emanadas pela prática esportiva no meio universitário, vão além pela vivência cultural trazida por essa prática. Sob um olhar mais crítico, não podemos esquecer que o esporte universitário teve seu marco de desenvolvimento a partir da criação do seu órgão regulador, a CBDU, que organizou e gerenciou o esporte universitário no Brasil desde que fora criada.

Ao passar dos anos se constatou o afastamento dos movimentos estudantil da CBDU, tendo agora uma maior aproximação dessa entidade com o Estado. Como colocado por Starepravo *et al.*, (2010), houve uma construção de interdependência entre ambos, que resultou numa aceleração do crescimento do esporte universitário que se difundiu cada vez mais pelos estados brasileiros. Na compreensão de Borges e Boucare (2007), os jogos universitários em suas inúmeras edições foram sediados em estados diferentes, possibilitando assim apropriação e absorção de uma cultura local.

No decorrer da história, pode-se observar que a CBDU veio aumentando seu campo de atuação, tanto com gerenciamento das competições como na polarização da busca do capital, buscando um maior foco no marketing no esporte de alto rendimento, que tem como seus principais financiadores e participantes as universidades privadas. A CBDU começa a focar no alto rendimento se esquecendo da dimensão principal do esporte, o educacional, levando sua

maior contribuição no esporte para formação de atletas com intuito da competição e o esporte espetáculo.

O papel do esporte na política universitária se ressignifica com o passar dos anos, tal que em universidades privadas o foco é mais comercial e lucrativo. Já nas universidades públicas constam aspectos mais constitucionais em busca de trazer a garantia do direito ao esporte para todos. Dessa prerrogativa, surge, na política universitária, espaço para as outras manifestações do esporte, que possui também sua importância reconhecida nas universidades e pelas políticas educacionais.

Para tanto, surgem as políticas públicas de assistência estudantil que vão trazer a garantia do direito ao esporte para os estudantes universitários com vulnerabilidade social e dentre outros direitos sociais. Esse programa se configura como Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que dentre outros aspectos é uma política universitária que dentro de outros financiamentos também procura fomentar e garantir as práticas de esporte na universidade em suas diversas manifestações.

3 AS POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL

No ano de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-operário e sindicalista, por meio do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu a Presidência do Brasil, sendo um Presidente que trouxe significativas expectativas com relação aos novos rumos para o desenvolvimento social vigente até então, após oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Porém, o modelo neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso não foi superado de maneira integral ao longo de dois mandatos de Lula (2003-2006; 2007-2010), aplicando uma estratégia conceituada por Sader (2013, p. 138) como um governo pós-neoliberalismo. Entretanto, esta discussão extrapola o objeto de estudo da presente pesquisa, e por essa razão, não será aqui aprofundada.

No entender de Sader (2013), ambos os mandatos de Lula apresentaram como características gerais a priorização de criação de políticas sociais e não o ajuste fiscal; de procedimentos de integração regional e os intercâmbios entre regiões brasileiras e não os tratados de livre-comércio com países liberais; assim como o papel do Estado como fomentador do crescimento econômico e da distribuição de renda, afastando-se de um governo de Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Com a chegada da Frente Popular, no ano de 2003, por meio do governo Lula, havia uma composição política de ministérios que parecia indicar novos setores preferenciais na agenda governamental. No âmbito da política pública de Educação, registra-se a criação de importantes programas tais como: o Programa Universidade para Todos (Prouni) criado em 2005 e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) reformulado em 2010; a Universidade Aberta do Brasil (UAB) no ano de 2006, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no ano de 2007, o qual foi custeado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) neste mesmo ano, bem como pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no ano de 2010 (CARVALHO, 2019).

As políticas educacionais relacionadas à educação superior, no governo Lula, partiam do entendimento de que o ensino superior era fundamental para o desenvolvimento do país, pressuposto que balizou o programa Uma Escola do Tamanho do Brasil. Segundo define o documento Coligação Lula Presidente (2002, p. 4):

A educação superior é reconhecida por seu valor na formação acadêmica e ética de recursos humanos, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e no desenvolvimento cultural, econômico e social. As fortes demandas populares por acesso à educação superior situam-na hoje no horizonte dos direitos sociais básicos. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural – devem ser valorizados e integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando

sua importância na recuperação da capacidade de produção própria de ciência e tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 4).

O documento *Uma Escola do Tamanho do Brasil* (2002) constituiu em uma política pública do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente para a educação, o qual firmou a prioridade no governo Lula com relação à educação brasileira. Esse Programa tinha como principal finalidade o tratamento da educação nos termos constitucionais, entendendo o acesso à educação como um direito do cidadão e um dever do Estado e da família. Sendo assim, o Programa teve como principal objetivo expandir o sistema educacional público e gratuito no país, sendo essa uma prioridade do governo Lula, visando o desenvolvimento social (MACIEL, 2014).

Esse Programa baseia a política de educação do governo Lula em três diretrizes principais: a democratização do acesso à educação bem como a garantia de permanência; a qualidade social da educação e a implantação do regime de colaboração e democratização da gestão pública (MOREIRA, 2016). Nessa conjuntura, as universidades públicas e os institutos de pesquisa passaram a ter mais democratização para serem acessadas. Por esse motivo, pode-se assumir que o primeiro governo Lula iniciou o ano de 2003 estabelecendo uma clara intenção de associação entre a política de educação superior, o desenvolvimento econômico e o social (SANTOS, 2008).

Por meio do referido Programa foi proposta a revisão do sistema de avaliação de educação no Brasil, o que incluiu a reavaliação do Nacional Cursos I de ENC ou Provão, propondo a implantação de um sistema nacional de avaliação institucional com base no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Também se propôs a revisão de carreiras e matrizes salariais dos professores da rede de ensino público e funcionários técnico administrativos dos institutos técnicos federais do país (CARVALHO, 2019).

Também foi proposto, ainda nesta fase, um novo Programa Social de Apoio ao Estudante, programa que pretendeu atender até 396 mil estudantes; criando um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima, visando conceder benefícios a 180 mil estudantes em situação de vulnerabilidade social que estudavam em cursos públicos. Como principal destaque, o *Uma Escola do Tamanho do Brasil* (2002) se consolidou como uma importante iniciativa governamental para promover novas perspectivas de financiamento da educação, sendo esta proposta considerada uma das principais ações prioritárias do governo Lula de 2003 a 2006 (LIMA, 2014).

Diante do exposto, o Uma Escola do Tamanho do Brasil (2002) decorreu em uma quantidade relevante de ações efetivas para a educação superior no curso do primeiro governo Lula (2003-2006), ocasionando, principalmente, a expansão de vagas no ensino superior em universidades federais através do Programa Expandir e das IES privadas, a partir do Programa Universidade para Todos Prouni, o Fundo de Financiamento Estudantil 2.2 Expansão— FIES, dentre outros programas que se fizeram muito importantes no processo de expansão das políticas universitárias brasileiras (LIMA, 2014).

O Programa de Expansão das Universidades Federais foi uma das ações com início no primeiro mandato do governo Lula, sendo um programa importante no processo de expansão bem como interiorização da educação superior federal entre os anos de 2003 a 2006. Esse programa teve por objetivo o aumento do acesso à universidade, bem como a promoção da inclusão social e da redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2003). Para atingir esse objetivo, o Ministério da Educação (MEC) adotou como principal meta a implantação de dez universidades federais e de quarenta e nove novos *campi* universitários (CARVALHO, 2019).

Dados do Ministério da Educação apontam também que a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES) constituíram uma das principais metas do órgão no governo Lula, estando vinculados a uma política macrossocial utilizada pelo governo federal, contribuindo para a superação das desigualdades bem como promovendo a construção de um novo modelo de desenvolvimento social capaz de trazer crescimento econômico, justiça social bem como equilíbrio ambiental ao país (MACIEL, 2014).

A partir deste Programa, ocorreu um processo de reorientação e reorganização da Educação no Brasil consolidado pela ação superior pública federal, possuindo como principal direcionamento a interiorização, atendendo às necessidades e às vocações econômicas de cada região. Dados divulgados pelo MEC informam que doze novas universidades foram estabelecidas nesse período, de maneira que duas destas instituições foram integralmente novas, sendo elas a Universidade Federal do ABC/UFABC e a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (GUIMARÃES, 2013).

Segundo Lima (2007), a metade inicial do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2004) registrou um processo de transformação na educação superior brasileira, sendo criadas diversas medidas educacionais e imperativos políticos, econômicos e culturais. Esse processo significou, de acordo com a autora, uma mudança no sistema de educação superior brasileira.

Com efeito, pode-se apontar que o primeiro ano do novo governo foi influenciado por políticas sociais propostas pelo professor Cristovam Buarque que, à época, se encontrava à

frente do Ministério da Educação (CARVALHO, 2019). Durante o primeiro ano de gestão de Cristovam Buarque, o MEC estabeleceu diversas ações que contemplaram a expansão do ensino superior, focalizando o atendimento na expansão e interiorização da educação no país, sendo essa a principal estratégia utilizada pelo MEC para a coesão e inclusão social (CARVALHO, 2019).

Desde o ano de 2003, o Brasil passou por transformações na oferta do ensino superior por meio de políticas públicas que promoveram o acesso a cursos de graduação no país através de Programas como ProUni – Universidade Para Todos, Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, UAB – Universidade Aberta do Brasil, FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, assim como o Sistema de Cotas para indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tais como a população de negros, índios, pessoas com deficiência física e de classes econômicas pouco favorecidas (GUIMARÃES, 2013). A educação superior brasileira se modificou consideravelmente nas duas últimas décadas (CHAVES, 2008).

A partir desses acontecimentos, foram implementadas, ao longo de 2004 e 2005, diversas políticas públicas criadas no sentido de articular a educação superior com as políticas de natureza econômica e social do governo Lula. Também no ano de 2004, o governo Lula regulamentou parcerias entre as universidades federais e as fundações de pesquisa e de apoio, o que viabilizou a captação de recursos do setor privado para o financiamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, criou o Prouni e instituiu programas de reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas, criando reserva de vagas específicas para negros e indígenas, correspondendo às expectativas e demandas sociais que foram assumidas pelo governo federal por meio de ações focalizadas em políticas educacionais para o alívio da pobreza, visando cumprir com o princípio fundamental da universalização do acesso (LIMA, 2014; CARVALHO, 2019).

A partir da Lei nº 10.973/2004, foram concedidos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; sendo essa uma política de Inovação Tecnológica, a qual tornou possível a realização de parcerias entre as universidades, centros de pesquisa e empresas públicas e privadas, estimulando de forma direta a participação das universidades e centros de pesquisa no âmbito da inovação tecnológica. Através desta importante lei, ficou autorizado o estabelecimento de empresas em instituições de ensino superior públicas e a utilização de IES públicas no que tange à infraestrutura, aos equipamentos e aos recursos humanos pelo setor privado (FRANCISCO, 2016).

No ano de 2005, o governo Lula realizou o lançamento do Programa Expansão das Universidades Federais, que foi denominado de Expansão Interiorização, tendo como principal resultado a criação de dez novas universidades e outros *campi* no interior do país entre os anos de 2005 e 2007. Esse período também foi demarcado pela implantação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Reuni.

Em linhas gerais, o documento referente às diretrizes gerais do Reuni apresentou um diagnóstico do sistema de educação superior, apontando a prevalência de concepções fragmentadas do conhecimento, as quais seriam herdadas de reformas parciais e limitadas das décadas de 1960 e 1970. Nesse entendimento, os modelos de formação acadêmica e profissional deveriam ser superados, o que, conseqüentemente, implica em transformações em todo o sistema de ensino superior no Brasil.

Conforme o documento Reuni, os cursos de graduação se encontram orientados de maneira exclusiva à formação profissional, citando os bacharelados, que possuíam currículos muito fechados a outras áreas do conhecimento senão ao campo de estudo restrito ao curso bacharelado. Inexistiam políticas afirmativas e falta de recursos financeiros que fossem capazes de assegurar a permanência de estudantes no interior de universidades. Ademais, o documento orientou a necessidade de reorganização dos currículos de cursos de graduação para a contemporaneidade, tendo natureza flexível e interdisciplinar, decorrendo na transformação de práticas pedagógicas tradicionais e mudança no sistema tradicional de ensino com aulas expositivas e uso muito incipiente de recursos tecnológicos.

Com base nesse diagnóstico, o documento Reuni apontou que existiam desafios urgentes a serem superados e combatidos na educação superior, implicando em uma ampla reestruturação da educação superior, a qual perpassaria, necessariamente, por colaboração entre o poder público, as instituições de ensino e a sociedade civil. No trecho seguinte, o documento Reuni apontou que a expansão do sistema público federal de educação superior deveria se associar diretamente aos processos de reestruturações acadêmicas e curriculares, os quais promoveriam maior mobilidade estudantil, obtendo-se um processo de formação flexível e, conseqüentemente, reduziria as taxas de evasão da época, considerando o uso adequado de recursos humanos e estruturais disponibilizados, via governo federal, para as universidades federais.

Sendo assim, o documento Reuni vingou como uma proposta de transformação da educação superior no país, visando à consolidação e ao aperfeiçoamento da educação superior federal, tais como a revisão de currículos e projetos, a interdisciplinaridade e a flexibilização da educação como dimensões basilares da educação brasileira à sua época.

Nessa conjuntura, a educação superior foi contemplada com vinte e cinco novas propostas, das quais 40% do total de vagas ofertadas no ensino superior foram definidas como meta para o setor público, incluindo a criação de instituições públicas de ensino, existindo, por parte do governo federal, o esforço e a preocupação em pensar novas formas de acesso e programas de equalização para grupos excluídos desse nível de ensino, especialmente os da escola pública e os negros.

Outro ponto de destaque nesta proposta foi a importância concedida à necessidade de interiorizar a educação no Brasil, propondo-se a expansão da educação a distância no país, associada à implantação de medidas para se construir uma rede universitária nacional de ensino superior na modalidade a distância, criando-se programas de bolsas universitárias para estudantes que comprovassem vulnerabilidade social, tendo como contraponto o trabalho social e comunitário desses estudantes. Tais iniciativas se concretizaram através de políticas, projetos e programas e ciclos de expansão de instituições de ensino superior no país (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

3.1 O caso Reuni

O Reuni foi estabelecido por meio do Decreto nº 6.096/2007, instituído por meio do Decreto nº 6.094, o qual dispôs sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e junto com ele o Plano de Desenvolvimento da Educação integral (PDE), que apresentou a concepção de educação “alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República”, pois, construir essa sociedade exige uma “educação republicana” (BRASIL, 2007a, p. 6).

Vale destacar que o Reuni foi referenciado no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). O Reuni teve duração prevista de cinco anos (2008-2012); entretanto, na prática, permaneceu se desenvolvendo no interior das universidades que participaram deste programa, adotando ações para reestruturação e expansão das universidades federais (CARVALHO, 2019). Nessa perspectiva, as universidades que aderiram a esse Programa se comprometeram com a elaboração de planos para reestruturação e expansão destas instituições de ensino. Esse processo expressava a finalidade do Reuni de promover a reestruturação da educação superior ofertada pelas universidades federais (MOREIRA, 2016).

Medeiros (2012) analisa que o Reuni, nas universidades federais, concretizou a necessidade de se estabelecer uma regulação da política de expansão da educação superior. Por

sua vez, Moreira (2016) identificou que esse Programa promoveu a diversificação do sistema, bem como de fontes de financiamento como maneira de garantir o acesso à educação superior.

O PNE 2001 estabeleceu a meta de atender pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior até o ano de 2010. Esse Programa estabeleceu novas maneiras de acesso ao ensino superior, sendo uma importante iniciativa pública para ingresso de negros e estudantes egressos da escola pública (FRANCISCO, 2016). Além disso, também promoveu a criação de um programa de bolsa universitária, o qual foi criado na esfera do Programa Nacional de Renda Mínima; reformulando também o sistema de crédito educativo através de um novo Programa Social de Apoio ao Estudante, o qual estabeleceu crédito educativo para 396 mil estudantes de acordo com o referido Programa (CARVALHO, 2019).

Foi a partir destas iniciativas que surgiu o Prouni e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), consolidando estas como as principais políticas de expansão para o acesso ao ensino superior através de instituições de ensino privado no primeiro governo Lula (2003-2004).

O Prouni foi criado no ano 2004, sendo, por sua vez, institucionalizado no ano seguinte a partir da Lei nº 11.096/2005, a qual teve por finalidade conceder bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas de ensino superior. Como principais benefícios destas instituições de ensino privado aceitarem estudantes advindos do Prouni e do FIES, citam-se as seguintes ações:

As IES privadas credenciadas junto ao Programa receberam, em contrapartida, isenção dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Segundo Francisco (2016), o Prouni é um dos mais significativos programas educacionais no processo de democratização da educação superior no Brasil. Dados do MEC apontaram que a previsão de renúncia fiscal estimada foi de R\$ 196 milhões por ano. Outrossim, o Tribunal de Contas da União estimou a renúncia fiscal de R\$ 599 milhões e R\$ 666 milhões entre 2010 e 2011. Entre os anos de 2005 e 2006, o Prouni teria atendido 250.943 estudantes, sendo 170.603 bolsas integrais e 80.340 bolsas parciais.

Com relação aos estudantes atendidos, o Prouni destinou-se a alunos egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, que possuíssem renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Esses estudantes eram selecionados por meio do desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Associado ao Prouni, foram instituídas ações integradas para assegurar a permanência dos estudantes nas instituições, citando-se o Bolsa Permanência (FRANCISCO, 2016).

Em termos de interiorização do ensino superior no país, a Região Sudeste contou com 128.449 estudantes atendidos pelo Programa, recebendo o maior número de bolsas; seguida da Região Nordeste que contou com 36.822 estudantes; Centro-Oeste, com 22.814 estudantes; Norte, com 49.864 estudantes e Sul com 12.994 estudantes. Do contingente total, somente 49.095 bolsas foram destinadas para as vinte e seis capitais. Nesse sentido, a expressa maioria das bolsas do Prouni, respectivamente 201.848 bolsas, distribuíram-se entre os demais municípios brasileiros, concretizando para além da interiorização do ensino superior, instituindo uma nova tendência de mercantilização do ensino superior (CARVALHO, 2019).

O segundo ciclo de expansão do ensino superior no Brasil, no qual o Reuni se insere, diz respeito ao período 2007-2012, que teve como principal foco a expansão e a reestruturação da educação no Brasil. Como já mencionado, o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 instituiu o Reuni. Por sua vez, o documento Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, de agosto de 2007, esclareceu as etapas de sua execução (RADAELLI, 2013).

Em se tratando dos principais pontos de destaque do Reuni, de acordo com o art. 1º, do Decreto nº 6.096, o objetivo do programa era fomentar as condições garantidoras da ampliação ao e à permanência na educação superior, no nível de graduação, tendo em vista o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existissem nas universidades públicas federais (BRASIL, 2007).

Através do documento de Diretrizes Gerais, o objetivo do Reuni foi alterado, tal que foram incluídos fatores anteriormente não presentes no Decreto nº 6.096, citando-se a intenção do Programa em promover aumento da qualidade dos cursos no ensino superior bem como criar condições para o respeito à vocação de cada instituição de ensino superior, em respeito ao princípio de autonomia universitária (RADAELLI, 2013). Nessa perspectiva, o Reuni assumiu o objetivo de:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de Ensino Superior (BRASIL, 2007).

Com relação aos seus objetivos específicos, vale ressaltar três pontos, considerando que estes objetivos são capazes de definir o escopo do Programa, situam o Reuni no âmbito da

educação superior brasileira; e sugerem uma nova finalidade para funcionamento de universidades federais (PEREIRA; SILVA, 2010).

No que se refere ao primeiro ponto, as instituições de educação superior, no Brasil, conforme a sua categoria administrativa, podem ser classificadas como pública federal, pública estadual, pública municipal, privada com fins lucrativos e privada sem fins lucrativos. Nesse contexto, de acordo com sua organização acadêmica, são instituições de ensino as faculdades, os centros universitários, as universidades, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os centros federais de educação tecnológica (RADAELLI, 2013).

Por essa razão, quando se menciona o Reuni como um programa específico para as universidades públicas federais, esse programa se restringiu em primeiro momento a 54 instituições e, posteriormente, no ano de 2010, em 59 instituições de ensino superior. No ano de 2012, estas universidades federais somaram 243.500 vagas no ensino superior (BRASIL, 2011a).

O segundo ponto decorreu na ampliação de acesso e a permanência no ensino superior no Brasil, remetendo a uma questão objetiva de expansão do número de vagas para alunos, sendo esse um dos aspectos de democratização do ensino superior, considerando-se a garantia de permanência, compreendida como a oferta de condições acadêmicas, apoio assim como orientação para que os alunos pudessem realizar suas ações de maneira adequada (BRASIL, 2007). O terceiro ponto discutido no objetivo do Reuni sugere uma lógica de funcionamento das universidades federais, visando ao aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes, tal como a “otimização dos recursos existentes na universidade” (BRASIL, 2007, p. 24).

Nessa conjuntura, ocorria o resgate da concepção de se combater a falta de efetividade das instituições de ensino superior, tendo em vista que haja pressuposto de serem a estrutura física e os recursos humanos não aproveitados, sendo essa a principal causa de condições desfavoráveis para se ampliar o acesso e permanência no ensino superior. Segundo o parágrafo 1º, do art. 1º, do Decreto nº 6.096/2007, o Reuni se integrou à política nacional de expansão da educação superior tendo como meta a elevação progressiva da taxa de conclusão média de cursos do ensino superior presenciais para 90% e da relação de estudantes do ensino superior (BRASIL, 2007).

Tem-se ainda o documento Diretrizes Gerais, que complementa a informação, uma vez que a elevação da taxa de conclusão resultaria de uma administração eficiente de vagas que estariam ociosas, sendo facilitada por flexibilidade curricular e o favorecimento da mobilidade acadêmica entre cursos de graduação e instituições de ensino superior (BRASIL, 2007).

Do ponto de vista político, o Reuni consubstanciou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado na mesma data do Decreto, em 24 de abril de 2007, que tinha por objetivo consolidar as propostas do governo federal para uma política de expansão da educação pública. O PDE foi baseado em seis pilares, sendo eles o de visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento social, regime de colaboração, responsabilização e transformação social. Esses pilares estavam diretamente relacionados aos objetivos e aos princípios constitucionais e, por essa razão, tinham como meta a transformação do cenário educacional no ensino superior.

Segundo Fernando Haddad, ministro da educação à época:

[...] expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro. O PDE busca, de uma perspectiva sistêmica, dar consequência, em regime de colaboração, às normas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional (HADDAD, 2008, p. 11-12).

Desta forma, para o MEC, o PDE era a forma de consolidar uma visão holística da educação no Brasil, sobretudo o ensino superior, em face da substituição fragmentada que marcava a história da educação brasileira. Nessa conjuntura, o Reuni tornara-se um dos maiores programas que compunham o PDE, “estando diretamente alinhado às suas razões e princípios, e, nesse entendimento, visando de forma direta o processo de ampliação da oferta de educação superior pública no país. Esta é, por sua vez, a primeira dimensão do Reuni”, assinalada por Haddad (HADDAD, 2008, p. 27). O autor define que este Programa permitiu ao processo de expansão do ensino superior ocorrer de maneira democrática, aumentando, respectivamente, contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública de forma muito expressiva.

Estrategicamente, o Reuni, na visão do MEC, assim como no âmbito do PDE, possuía o papel estratégico das universidades federais como instrumento central para o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2009). Cabe mencionar que o Reuni, em termos de expansão e interiorização das instituições de ensino superior federal, tem caráter estratégico, sendo importante econômica e socialmente, influenciando diretamente em cadeias produtivas locais, assim como contribuindo para a formação de profissionais que estariam, em curto prazo, disponíveis para que os setores públicos e privados tivessem trabalhadores com formação de qualidade (BRASIL, 2011a).

Haddad (2008) considera que o Reuni ofereceu às instituições de ensino superior federal uma gama importante de condições para que estas pudessem ressignificar seus papéis

no desenho histórico e institucional da educação no Brasil, sendo intenção do Reuni promover que essas instituições fossem capazes de se transformar para as novas e atuais demandas da sociedade.

Não apenas do ponto de vista acadêmico, o Reuni volta-se para o discurso de garantia da qualidade do ensino superior, entendido como fundamental, para que os diversos caminhos acadêmicos oferecidos levem à formação de pessoas capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno, onde a aceleração do processo de conhecimento requer profissionais com ampla e sólida formação. Por outro lado, o ensino superior deve preocupar-se não só com a formação de recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também com a formação de cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para a solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública (BRASIL, 2007a).

3.1.1 A expansão das universidades federais (2003-2012)

De acordo com o documento Censo da Educação Superior 2010 – Resumo Técnico foram apresentados dados comparativos do período de 2001 (governo Fernando Henrique Cardoso) a 2010 (governo Luís Inácio Lula da Silva) (BRASIL, 2012). Esse comparativo revelou um avanço muito significativo no processo de expansão de universidades federais brasileiras no período de 2003 a 2010.

Nesse período, o total de instituições de educação superior cresceu 1.391 para 2.378, embora com diminuição do setor público, de 13,2% para 11,7%, ocorrendo aumento do privado de 86,8% para 88,3%. Do total de instituições de educação superior, as universidades públicas e privadas diminuíram de 11,7% para 8%, demonstrando-se a predominância de outros tipos de instituições não universitárias criadas no período; além disso, o número de matrículas no ensino superior público e privado no Brasil passou de 3.036.113 para 6.379.299, contingente total do qual, no ano de 2010, o setor privado foi responsável por 74,2% das matrículas (CAMARGO; ARAÚJO, 2018).

Os dados supracitados indicam que, embora o discurso do governo em Lula tenha enfatizado o investimento no setor público por meio da expansão das instituições de ensino superior federal, cabe destacar que essa política de expansão não foi suficiente para que houvesse declínio do predomínio do setor privado no ensino superior brasileiro (CUNHA, 2003).

Em suma, foram propostas do governo Lula, com receita para a universidade federal, a contribuição para o desenvolvimento econômico da comunidade local; ampliação das vagas, principalmente no período noturno, sem ampliação do quadro docente e técnico-

administrativo, de forma a aumentar a relação aluno/professor; otimizar o uso de instalações físicas e equipamentos, bem como habilidades de ensino; declínio nas falhas e desistências; flexibilidade no ensino, cursos, currículos e programas de estudo, adaptando-os às necessidades do mercado de trabalho; qualificação gerencial, racionalizando o uso de recursos e estimulando a produtividade; busca de financiamento; flexibilizar as políticas de ensino, pessoal, técnicas e administrativas; qualificações e qualificações de professores e funcionários; e integração dos cursos de Graduação e Pós-graduação (CATANI; OLIVEIRA, 2000).

Essas propostas configuraram um processo de remodelação das identidades institucionais das universidades federais no governo de Lula, de maneira que esse processo teve, como uma de suas características, a intenção de otimizar a estrutura que já existia nas universidades federais, de maneira que o programa Reuni se consolidou como uma das consequências desse processo, como se discutirá adiante.

No primeiro ciclo de expansão das universidades no Brasil, definido como o período pré-Reuni entre os anos de 2003 a 2006, constituiu o principal objetivo promover a expansão e a interiorização dos *campi* das universidades federais. Esse processo se traduziu no lançamento do Programa Expandir, o qual foi criado pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) (CAMARGO; ARAÚJO, 2018).

Esse Programa decorreu da estratégia de tornar possível o acesso ao ensino superior em localidades que não fazem parte dos grandes centros urbanos, nos quais as universidades federais já se encontravam historicamente. Existia, com isso, a intenção de reduzir desigualdades sociais e regionais, promovendo, a longo prazo, novas oportunidades de emprego, assim como democratizando o ensino superior e impulsionando o desenvolvimento do país em todas as regiões (BRASIL, 2006). Além de construir e consolidar novos *campi*, o Programa também teve por objetivo aplicar procedimentos de desmembramento de uma universidade federal em outra, transformação de escolas e faculdades federais em universidades, promovendo também a criação de novas universidades (CARVALHO, 2019).

Franco *et al.*, (2010, p. 129) citam alguns exemplos desse processo que ocorreram no ano de 2005:

- a) a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir de desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA); da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a partir da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); b) as transformações, em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM); em Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR); em Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM); em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM), das

Faculdades Federais Integradas de Diamantina; c) e a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Segundo Giareta e Pfeifer (2009), a partir do Programa Expandir, o governo federal investiu cerca de R\$ 592 milhões de reais em universidades federais com a finalidade de expandir e interiorizar o ensino superior no Brasil, criando, até o ano de 2006, dez novas instituições federais de ensino superior e quarenta novos *campi*.

3.1.2 As novas perspectivas da expansão universitária e a interiorização da educação superior

Antes do Reuni, no entanto, o governo federal lançou, em 2005, o Programa de Expansão das Universidades Federais para aumentar a demanda por Ensino Superior por meio dessas instituições. Aumentar as vagas nesse setor equivaleria a criar universidades e novos *campi* em universidades já existentes, principalmente nas áreas rurais (CAMARGO; ARAÚJO, 2018).

As bases legais do Programa são, respectivamente, as Leis nº 9394/1996 (LDB) e 10.172/2001 (PNE 2001-2010). Por sua vez, o MEC estabeleceu critérios, conforme os quais as universidades que desejam participar devem enviar Planos de Expansão ao MEC, os quais, ao serem aprovados, receberiam os recursos correspondentes. Por meio do Programa, o governo federal lançou o slogan “ficar do tamanho do Brasil” (NASCIMENTO; HELAL, 2015, p. 61).

O programa de expansão das universidades federais adotado pelo governo federal, apresentado em conjunto com o modelo de desenvolvimento sustentável, traduzido em crescimento econômico com justiça social, respondeu a pelo menos dois postulados de curto prazo: de um lado, o cumprimento da meta do PNE 2001-2010 de aumentar para 30% a frequência de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior e, por outro lado, atender às demandas das próprias universidades para suprir a escassez de recursos decorrente de imprevistos do setor de governos anteriores (LIMA, 2014).

Entre os anos de 2007 e 2010 ocorreu um aumento muito significativo de 108 instituições de educação superior, de forma que trinta instituições de ensino superior foram criadas na esfera pública e setenta e oito foram criadas como instituições privadas. Nesse período o número total de universidades federais saiu de cinquenta e três instituições para cinquenta e oito instituições, ocorrendo um aumento de cinco novas universidades federais, criação atribuída diretamente à política de interiorização vigente no primeiro mandato de Lula (2003-2006), assim como ao Reuni (MOREIRA, 2016).

No período compreendido entre 2011 e 2014, verifica-se uma incipiente redução no total de novas instituições de ensino superior no Brasil, ocorrendo uma redução da tendência

crescente que se seguia desde o ano de 2003. Nesse período o número de instituições decresceu de 2.378 para 2.368, com dez instituições de ensino superior a menos no país (CARVALHO, 2014).

Por sua vez, o número de instituições de ensino superior em capitais e cidades do interior também se alterou, ocorrendo aumento do número de instituições de ensino superior em capitais – correspondente ao total de dezenove novas instituições criadas –, ocorrendo, por outro lado, redução do número de instituições de ensino superior no interior do Brasil, que sofreu uma redução de vinte e nove instituições a menos entre 2011 e 2014. Dados também apontam uma inversão com relação ao crescimento de instituições de ensino público e privadas, com crescimento de vinte novas instituições na esfera pública e redução de trinta instituições no setor privado (CARVALHO, 2014).

Em se tratando de instituições federais, as universidades federais aumentaram de cinquenta e oito para sessenta e três instituições de ensino superior federal. Tal conjuntura na trajetória crescente das instituições de ensino superior privadas no Brasil relaciona-se diretamente com os efeitos da crise econômica brasileira no setor privado. Cabe destacar que o segundo mandato de Dilma teve curta duração (2014-2016) e, nesse sentido, os dados referem-se a dois anos, com dados de análises finalizados em junho do ano de 2016 (CARVALHO, 2019; CAMARGO; ARAÚJO, 2018).

No período de 2008 a 2013, iniciou-se o terceiro ciclo de Expansão e Integração Regional e Internacional da Educação no país, cuja ênfase foi na integração regional, com o objetivo de lecionar no ensino superior, desenvolvendo pesquisas em diversas áreas do conhecimento e promovendo a expansão universitária. Vale destacar que em 2013 foi mantida a tríade ensino, pesquisa e extensão, garantindo a continuidade da inserção regional por meio da operação dos *multicampi* dos campi recém-criados.

Esse período de expansão e retomada do ensino superior público brasileiro parece claro se comparado ao não investimento no octênio Fernando Henrique Cardoso, como indicado, mas ainda insuficiente para atender a todos aqueles que poderiam e têm interesse em estar neste nível de ensino, como a obrigatoriedade do Estado no campo da educação escolar pública, no caso das universidades federais, só se efetiva ao garantir o acesso aos mais altos níveis de ensino, pesquisa e capacitação para todos (BRASIL, 1996).

A política econômica e de educação superior do governo Dilma Rousseff (2011-2014), como parte do Programa de Governo e do Plano Mais Brasil, correspondente ao PPA de 2012 a 2015, não rompe com a política de seu antecessor, ao contrário, enquadraram-se no mesmo modelo de desenvolvimento, inclusão social e desenvolvimento sustentável, com pequenos

ajustes e alguns aprofundamentos, sem prejuízo das premissas gerais do programa adotadas desde o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, ou seja, a partir de 2003 até 2006 (TRAINA-CHACON; CALDERÓN, 2015).

No que se refere ao ensino superior, além da criação de quatro universidades federais e da abertura de novos campi, na fase do primeiro governo Dilma (2011-2014), a SESU colaborou com outras Secretarias para implementar atividades específicas, como o Programa de Expansão do Ensino Médico, o Programa Viver Sem Limite e o Programa de Apoio ao Ensino Superior na Educação do Campo, voltados à “integração, consolidação e desenvolvimento regional” (BRASIL, 2016, p. 39).

As universidades instaladas nesse período, por seu perfil regionalizado e internalizado, enquadram-se, como vimos anteriormente, no conceito de desenvolvimento e integração regional adotado desde os tempos do primeiro governo Lula. Embora todas tenham sido legalmente constituídas em 2013, essas novas universidades devem ser consideradas parte da política de expansão estabelecida pelo Reuni (TRAINA-CHACON; CALDERON, 2015).

No primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2011-2014) houve a continuidade do processo de expansão defendido contra a interiorização das universidades federais por meio da organização de multicampus. As quatro universidades construídas neste governo estão localizadas no interior dos estados, priorizando as Regiões Norte e Nordeste (AGATIPO, 2016).

De acordo com a literatura, a ampliação do ensino superior por meio do Reuni atenderia às necessidades de formação profissional para o desenvolvimento regional e a criação de novas oportunidades de emprego, buscando reduzir as desigualdades regionais e sociais e aumentar a competitividade do país. O governo Dilma deu continuidade à sua política de integração por meio de programas direcionados a grupos específicos da população, visando ampliar o acesso a esse nível de ensino, mas também ampliando o atendimento em alguns serviços básicos (CAMARGO; ARAÚJO, 2018; CARVALHO, 2019).

Em 2014 foi lançado o Programa de Governo de Dilma Rousseff “Mais Mudanças, Mais Futuro”, após doze anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse programa apresentou, em linhas gerais, uma proposta de novo ciclo histórico do país, visando alavancar o Brasil para a condição de um país desenvolvido e justo, visando garantias para todas as pessoas as mesmas oportunidades e os mesmos direitos, apoiados na Constituição Federal de 1988 (FREITAS MARQUES, 2018).

Um dos pilares deste novo ciclo seria o reforço das políticas macroeconômicas e o combate à inflação de forma a garantir um crescimento econômico e social sustentável,

estimulado pelo aumento do investimento na economia e pelo desenvolvimento de uma economia nacional sólida e dinâmica. Nessa perspectiva, o bem-estar social andaria de mãos dadas com a criação de oportunidades para todos, programas de integração e educação. O segundo fundamento diz respeito ao compromisso com um Brasil produtivo. Com efeito, as políticas industriais, científicas, tecnológicas e agrícolas atuaram na redução dos custos de produção, buscando melhorar o “ambiente de negócios do país”.

O empreendedorismo também ganhou importância com Dilma Rousseff, desburocratizando e simplificando a relação entre o Estado e as empresas. No segundo fundamento, pode-se ilustrar a relação entre a reestruturação produtiva, entendida como esforço para reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade da economia, e a reestruturação das universidades e dos institutos federais, voltados para a produção de conhecimento e sua transformação em produtos e processos inovadores, condição para aumentar a competitividade pela redução de custos. Por sua vez, o desenvolvimento desse processo de inovação seria baseado na interação entre cientistas, instituições de pesquisas e empresas públicas e privadas. Essa conjuntura decorreu na aprovação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Lei nº 113.243/2016 (FREITAS MARQUES, 2018).

Assim, pode-se apontar que uma das principais políticas de ensino superior é a Lei 13.243/2016, o chamado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, aumentando ainda mais a autonomia, a indissociabilidade e as condições de trabalho das instituições federais de ensino. Essa lei aumentou o incentivo ao empreendedorismo em ciência e tecnologia em instituições públicas e privadas, com sérios riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil.

Ao se analisar essa lei, entre outras coisas, permite que professores em tempo integral desenvolvam pesquisas em empresas e laboratórios universitários para serem utilizados pela indústria para desenvolver novas tecnologias (ambos remunerados). Inclusive permite que a União financie, faça encomendas diretas e até participe majoritariamente no capital das empresas para fomentar a inovação no país (CARVALHO, 2019).

Convém esclarecer o contexto dos três ciclos de expansão das universidades federais brasileiras. No primeiro ciclo, de 2003 a 2006, buscou-se a interiorização, com principal foco reduzir as desigualdades regionais. Entre 2007 a 2011, decorreu o período de reestruturação, correspondendo este ciclo ao programa Reuni.

O último ciclo, compreendendo os anos de 2008 a 2012, ocorreu a fase da integração e a internacionalização, na qual foram criadas novas universidades federais com

propostas inovadoras; são diversas as evidências a respeito das políticas de expansão e de reestruturação das instituições de ensino superior público fizeram parte de um processo de reorganização e de diversificação do sistema federal da educação brasileira.

3.1.3 PNAES: atribuições e características

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surgiu em 2007, a partir da Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 39, publicada em 12 de dezembro de 2007. Resumidamente, esse programa é definido como uma iniciativa diretamente relacionada aos feitos do Reuni com a finalidade de fomentar condições para que as universidades federais fossem ampliadas e que o acesso e a permanência no ensino superior se consolidassem no país (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, o PNAES foi criado diante do problema da falta de condições favoráveis aos alunos de baixa renda permanecerem na faculdade no contexto da grande expansão das instituições públicas federais e das políticas afirmativas, que juntas trouxeram maior democratização no acesso ao ensino superior público de qualidade para as camadas economicamente mais vulneráveis da sociedade brasileira (KOWALSKI, 2012).

No ano de 2010, a partir da pressão social de movimentos sociais e estudantis, assim como a partir de iniciativas das frentes dirigentes de instituições públicas federais e do próprio programa Reuni, o qual tinha previsão para a assistência aos alunos de baixa renda, o governo federal publicou o Decreto nº 7.234 (ELOI *et al.*, 2019), que determinou como objetivos do PNAES:

Art. 2º: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O PNAES tem como principal finalidade promover a ampliação das condições de permanência de jovens no ensino superior pública federal, segundo estabelecido pelo art. 1º do Decreto nº 7.234/2010, o qual atribui ao Ministério da Educação a responsabilidade pela sua execução do programa (BRASIL, 2010). Por sua vez, cabe destacar o art. 5º do Decreto nº 7.234, o qual estabeleceu a que público as ações de assistência deveriam ser aplicadas:

Art. 5º serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, o mesmo Decreto estabeleceu previsão sobre o processo de financiamento da assistência estudantil em instituições de ensino público federal:

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

Como se vê, no artigo em destaque, não há indicação o valor do orçamento será alocado para tal programa. Cabe ressaltar, portanto, que a questão do financiamento surge como uma limitação do escopo da política. Isso significa que tal política só é efetiva quando há dotação orçamentária e seu alcance é limitado pelo montante de recursos disponibilizados (CORBUCCI; MARQUES, 2003).

O financiamento específico da Assistência Estudantil no Brasil acontece por meio da transferência de recursos via ação de código 4002 da peça orçamentária anual. Por sua vez, esta ação 4002 denomina-se Assistência ao Educando do Ensino de Graduação. Destarte, além do PNAES, os recursos adquiridos através deste código são responsáveis pelo financiamento dos programas governamentais, o Promisae (Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior) e o Incluir (Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior) (NASCIMENTO, 2014).

A distribuição de recursos entre os três programas se define de acordo com a instituição. O modo de distribuição de recursos para a atenção ao aluno de graduação, denominada Matriz PNAES, define os aspectos e indicadores que possibilitam a valorização do caráter produtivista da universidade pública, diante de um processo democrático e universalizante, que leve em consideração as verdadeiras necessidades de instituições públicas (MACHADO, 2017).

Dentro deste contexto, a criação do PNAES, em 2008, gerou um aumento de cerca de 300% de recursos financeiros destinados à assistência estudantil no ensino público federal brasileiro (WESKA, 2012). A título de exemplo, em 2008 os recursos financeiros alcançaram o montante de 101 milhões e no ano de 2016 esse montante era de 1 bilhão de reais. Esse montante financeiro tem se tornado, ao longo dos últimos anos, muito expressivo nos orçamentos das universidades federais, promovendo o desenvolvimento deste programa nas instituições públicas federais (MACHADO, 2017).

Considerando o volume de recursos públicos que são destinados para o PNAES, assim como tendo em vista a factual importância que as políticas educacionais para o ensino superior têm ganhado na agenda pública do Brasil, em conjunto ao cenário de pressão por uma parte da sociedade por aumento de eficiência nos gastos de recursos públicos federais, a avaliação do PNAES como uma política social é fundamental, visando ampliar a transparência

governamental bem como garantir o acesso e a permanência de estudantes no ensino público federal (CARVALHO, 2014).

3.2 Caracterização da política de assistência estudantil universitária e o Programa Nacional de Assistência Estudantil

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 12 de dezembro de 2007, representou um marco histórico e de caráter essencial para a assistência estudantil no Brasil, sendo uma conquista coletiva de dirigentes, docentes e estudantes que lutaram pelo direito social de igualdade de oportunidades no ensino superior público. Em 28 de dezembro de 2010, através da Portaria Normativa nº 25, o MEC realizou o lançamento do PNAES, com direcionamento à assistência estudantil em universidades e centros universitários públicos e gratuitos, estaduais e municipais, participantes do SISU.

O PNAES, em seu art. 1º, define a finalidade do programa como sendo a de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Por sua vez, no art. 2º, são definidos os objetivos do programa:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

De acordo com o art. 3º do PNAES, o mesmo deveria ser implementado de maneira articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo-se em vista o atendimento de estudantes que estejam matriculados de forma regular em cursos de graduação presencial em instituições de ensino superior federais. O parágrafo 1º do art. 3º define que as ações de assistência estudantil do PNAES devem ser desenvolvidas no âmbito das áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Com relação às ações da assistência estudantil, o art. 4º define que:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

O PNAES foi criado com enfoque em estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando o atendimento de categorias sociais desfavorecidas da sociedade, estando diretamente relacionado à política de ensino superior de inclusão social. As ações implementadas por meio do PNAES atenderam em caráter prioritário aos estudantes advindos de escolas públicas de educação básica ou que possuíssem renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, nas áreas de moradia, transporte, alimentação, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche dentre outros. O contingente de recursos do Programa atingiu progressivamente mais de 700 milhões em 2014 (BRASIL, 2016).

Para ampliar o acesso ao ensino superior, o apoio abrange também a participação e a aprendizagem de alunos com deficiências, deficiências globais de desenvolvimento e altas habilidades e aptidões. Os recursos são repassados por meio de contratos associados a projetos de instituições relacionadas. Nestas condições, 22 projetos foram apoiados no âmbito do programa no período de 2011 a 2013 (BRASIL, 2016).

A questão da interiorização do ensino superior no Brasil é analisada por Morosini (2011) como influência das sociedades tecnologicamente avançadas e está relacionada à política de inclusão social por meio da inclusão no ensino superior. A discussão passaria pela Conferência Mundial do Ensino Superior (1998), II Encontro de Parceiros do Ensino Superior, Paris + 5, organizado pela Unesco em 2003, até 2007, quando elegeu, como prioridade, o acesso ao ensino superior, acrescentando a inclusão dos imigrantes como uma questão de inclusão social.

Nessa conjuntura, nas regiões menos desenvolvidas, a inclusão pelo acesso ao ensino superior diz respeito essencialmente à inclusão de grupos etnicamente desfavorecidos, como, por exemplo, no Brasil, afrodescendentes e povos indígenas. Nesse período, a política de integração, acesso e sustentabilidade no ensino superior contou também com o reforço de diversos programas, alguns deles instituídos pelo governo Lula, outros, porém, como continuidade das políticas dos governos anteriores.

Nesse âmbito, a universidade possui a tarefa de formar e mobilizar condições para consolidar a cidadania em sua práxis. Como disserta Vasconcelos (2010, p. 11):

Por isso há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que representam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Por esse motivo, a assistência estudantil foi concebida como um instrumento de viabilização de direitos sociais, tendo como principal finalidade a promoção de recursos

financeiros necessários para a superação de dificuldades e impedimentos para o bom desempenho acadêmico, possibilitando que estudantes se desenvolvam durante o ensino superior e obtenham bom desempenho curricular, sendo também uma forma de garantir a permanência estudantil.

Logo, a assistência estudantil transita em diversas esferas dos Direitos Humanos, correspondendo a um conjunto de ações que decorrem desde promoção de acesso a recursos materiais até o apoio pedagógico e acompanhamento de demandas educativas específicas, garantindo moradia, alimentação, transporte e demais recursos fundamentais para a vida e bem-estar do estudante. Araújo (2003) complementa apontando que discussões acerca da assistência estudantil no Brasil são de muita importância, haja vista que o país possui historicamente uma das maiores taxas de desigualdade social.

3.3. A importância das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras

Historicamente, a educação brasileira foi construída e fomentada fora para controle social por meio do poder político, bem como para a formação e a permanência de elites (MAYORGA; DE SOUZA, 2012). Nesse interim, os debates acerca das políticas de ação afirmativa se intensificaram em um processo iniciado a partir da década de 1990, na qual foram consolidadas as ações do movimento negro no Brasil (ABITANTE, 2017). Tais ações concentraram, neste período, a maior parte dos acontecimentos e decisões políticas e sociais que nortearam a elaboração e a implementação de políticas específicas em benefício de camadas sociais que se encontravam à margem da sociedade e, de forma semelhante, fora do ensino superior (MACIEL, 2012). Segundo Lima (2010, p. 272),

A discussão de políticas de ações afirmativas no Brasil tomou maior vulto na década de 1990, período em que distintas problemáticas foram evocadas por movimentos sociais, em que vários desvios históricos em nível de academia foram denunciados na bipolaridade opressor-oprimido, inclusive no âmbito educacional, dentre os quais destacamos o acesso “consentido” à universidade brasileira por classes sociais desfavorecidas, incluindo nestas, os grupos étnicos historicamente marginalizados.

No Brasil, as ações afirmativas se caracterizam a partir de dois principais aspectos: políticas sociais como elemento integrante da pauta de movimentos sociais e reivindicações de um conjunto de organizações sociais brasileiras; e o segundo compreende medidas como mecanismo estatal para reparar as desigualdades étnico-raciais e sociais, assim como para contribuir com a transformação de relações étnico-raciais no país (LIMA, 2010).

Logo, as ações afirmativas possuem estas finalidades quando têm o objetivo de garantir a ampliação de debates acerca das condições por meio das quais se encontra a população historicamente marginalizada e, nesse sentido, se propõem a combater os efeitos das

desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero na sociedade, elemento que define não somente as oportunidades, mas o acesso a bens e direitos por populações historicamente desfavorecidas (NEVES; FARO; SCHMITZ, 2016).

Nesse contexto, duas noções são fundamentais na conceituação de ações afirmativas no Brasil, são elas a de racismo e a de ações para garantir o acesso de populações marginais ao ensino superior. A primeira compreende todas as dimensões de manifestações racistas na sociedade, se relacionando, sobretudo, à atuação de instituições do Estado na criação, reprodução, bem como a manutenção de práticas e valores que são capazes de expor a população negra a profundas desigualdades (VANALI; SILVA, 2019).

Para Munanga e Gomes (2006, p. 24), o racismo é definido como:

Uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Importa salientar que o racismo se mantém como um mecanismo histórico de exposição de vítimas a desvantagens na sociedade. As ações afirmativas, por sua vez, se relacionam com a explicitação de efeitos do racismo, assim como de caminhos fundamentais para a sua superação na sociedade brasileira (BASSO-POLETTI; EFROM; BEATRIZ-RODRIGUES, 2020). Para Joaquim Barbosa Gomes (2004, p. 27), ações afirmativas são:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

No ensino superior, as ações afirmativas suscitaram diversos debates, de forma que a modalidade denominada “cotas raciais” tem sido alvo de questionamentos, discursos e práticas no que se refere aos indicadores e às diferentes maneiras de participação da população negra em instituições de ensino público no Brasil (BASSO-POLETTI; EFROM; BEATRIZ-RODRIGUES, 2020).

As ações afirmativas podem ser entendidas, diante do debate acima apresentado, como medidas de natureza social, que têm por objetivo a democratização do acesso aos direitos sociais como emprego e educação para a população em geral. A finalidade das ações afirmativas

compreende a promoção de condições para que todos na sociedade possam viver e acessar oportunidades igualmente através da conquista destes meios (LIMA, 2010).

Especificamente, no Brasil, ações afirmativas foram instrumentalizadas como programas de cotas, que são medidas que promovem priorização para inserção social de grupos sociais minoritários com histórico de exclusão no país, sejam eles étnicos, raciais, de gênero, dentre outros, para reserva de vagas. Nessa perspectiva, o debate com relação a implantação de medidas de ações afirmativas decorre de um processo de abertura democrática na sociedade brasileira (VANALI; SILVA, 2019).

Segundo Fernandes (2004), os conceitos de raça e etnia são definidos em seus distintos significados, de tal maneira que a adoção de ações afirmativas em várias instâncias se justificaria pela existência de uma estrutura social de poder responsável por perpetuar o racismo na sociedade, que geraria as diversas formas de desigualdades sociais nela existentes, as quais não são passíveis de serem amenizadas por meio de medidas que somente proibam atos discriminatórios. Nesse mesmo entendimento, Gomes (2004, p. 29) pontua que:

Em regra geral, justifica-se a adoção das medidas de ação afirmativa com o argumento de que esse tipo de política social seria apta a atingir uma série de objetivos que restariam normalmente inalcançados caso a estratégia de combate à discriminação se limitasse à adoção, no campo normativo, de regras meramente proibitivas de discriminação.

As ações afirmativas possuem validade atestada em função da necessidade de enfrentamento e, principalmente, de superação de uma estrutura imposta e vigente na sociedade brasileira, existindo uma realidade de oportunidades desiguais entre os sujeitos. Entretanto, a formalização jurídica de ações sociais que busquem enfrentar esta realidade, não impossibilita a sua manifestação na sociedade atualmente (LIMA, 2010).

De um modo geral e resumido, os desdobramentos das ações afirmativas no Brasil apontam para a intensificação de movimentos sociais pela pauta antirracista. Esse movimento se intensificou na medida em que debates acerca da importância de políticas de ações afirmativas influenciaram a compreensão do caráter das relações entre negros e brancos no país, recolocando os seus aspectos, em sua maior parte, a partir de dois pontos principais: a abrangência do racismo assim como as possibilidades de identificação dos participantes de programas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro (BASSO-POLETTO; EFROM; BEATRIZ-RODRIGUES, 2020).

No Brasil, a educação é um direito social garantido por meio da Constituição de 1988, direito social entendido como fundamental, universal, inalienável e instrumento de formação, exercício da cidadania e emancipação social, com um compromisso original com a

formação humana integral. No entanto, no contexto sociocultural brasileiro, observamos que, historicamente, a educação, apesar das intenções proclamadas em muitos instrumentos legais, não é um direito usufruído por todos os cidadãos (CARVALHO, 2014).

As políticas afirmativas são aprovadas partindo da compreensão de que a situação de pobreza e/ou desigualdade social em que se encontram determinados grupos sociais, como os negros, os índios e as mulheres, não pode ser atribuída apenas aos indivíduos isoladamente, e tampouco à exploração resultante do modo de produção capitalista (ARROYO, 2015).

Para tanto, as políticas de ações afirmativas são entendidas como aprimoramento jurídico em uma sociedade cujos valores estão pautados pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres, justificando-se a desigualdade de tratamento apenas como forma de restituir tal igualdade. Devem, portanto, ter um caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo restritos (GUIMARÃES, 1999).

Mediante a isto, pode-se trazer em foco a concepção adquirida pelo Eixo III da Conferência Nacional de Educação (Conae), na qual evidencia: “(...) democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos/às estudantes no tocante à diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida” (CONAE, 2010, p. 65).

Seiffert e Hage (2008) apontam sobre as políticas de ação afirmativa para o Ensino Superior no Brasil em termos de políticas de inclusão como forma de minimizar situações de discriminação e desigualdade historicamente estabelecidas para determinados grupos sociais. Para esses autores, dois eventos impulsionaram e deram visibilidade política e social para as ações afirmativas, demarcando um novo momento histórico na consolidação de políticas públicas no país: Seminário Ações Afirmativas: estratégias antidiscriminatórias (BARROS; MENDONÇA, 1996) e a III Conferência Internacional contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001.

Após esses eventos, o Estado brasileiro passou a incorporar políticas de ações afirmativas enquanto medidas especiais e temporárias decididas pelo poder público, com a finalidade de superar as desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras formas de desigualdades existentes na sociedade brasileira, historicamente acumuladas, promovendo maior igualdade de oportunidade às pessoas, com ação compensatória de perdas sociais advindas de discriminação e de marginalização (SEIFFERT; HAJE, 2008, p. 146).

O sistema de cotas raciais como forma de acesso ao ensino superior é uma das ações afirmativas previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos, desde 1996, e sua implantação se justifica pela presença ínfima da população pobre e negra no ensino superior e pela situação de desigualdade ou exclusão desses segmentos. Desde então, essa política foi fortalecida e ampliada por meio de diversas medidas legais, até a publicação, em 2012, da conhecida Lei de Cotas, que estabeleceu uma política afirmativa uniforme aplicável a todas as universidades e a todos os institutos federais, do ponto de vista do acesso, sustentabilidade e democratização do ensino superior.

A Lei nº 12.711/2012 estabeleceu a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes, considerando quatro categorias de beneficiários da política federal de acesso ao ensino superior: 1) negros, pardos e indígenas com no máximo um salário mínimo de meio ano; 2) negros, pardos e indígenas, independentemente da renda; 3) alunos que concluíram o ensino médio completo em escola pública, independentemente da origem racial, com renda familiar de até um salário mínimo e meio; 4) alunos que concluíram todo o ensino médio em escola pública, independente de raça ou renda (BRASIL, 2016).

3.4 PNAES: abrangência e financiamento

Nas universidades federais, os ingressos têm aumentado significativamente como resultado da política de expansão sob responsabilidade do Ministério da Educação, principalmente por meio do Reuni. Paralelamente a esse aumento, também houve aumento do número de alunos em desvantagem socioeconômica, devido à Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso em universidades federais e escolas técnicas federais de ensino médio, inclusive mediante cotas. Nesse cenário, foi implantado o PNAES.

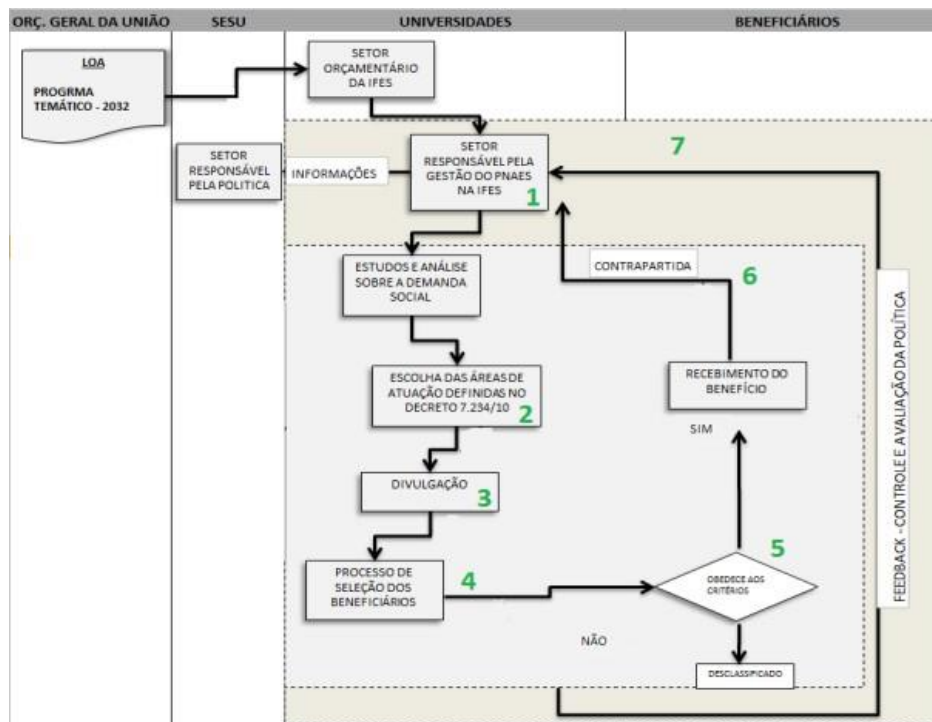
Como dito antes, o PNAES se configura como uma política pública destinada aos estudantes de graduação presencial de IFES socioeconomicamente vulneráveis. Assim, trata-se de um programa orçamentário alocado no Programa 2080 – Educação Superior (a partir do PPA 2016- 2019, sob o código 4002). O objetivo geral do PNAES é proporcionar aos alunos, em situação de vulnerabilidade social condições de permanência na universidade, a conclusão bem-sucedida dos estudos. Portanto, é uma política assistencial que visa, dentre outros aspectos, reduzir os índices de evasão e de retenção.

A legislação que regulamenta o tema permite às universidades certa flexibilidade na gestão orçamentária do PNAES, prevendo objetivos e áreas de atuação, oferecendo benefícios aos alunos. Os atores envolvidos no PNAES são principalmente o Ministério da

Educação, na qualidade de entidade supervisora, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e as universidades federais, na qualidade de instituições executoras da política.

A partir da obtenção dos recursos do PNAES, oriundos do Orçamento Geral da União, as IFES precisam realizar o orçamento de recursos nas áreas definidas pelo § 1º. do art. 3º do Decreto nº 7.234/2010: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. A Figura 4 apresenta as diversas etapas do processo de implementação, de abrangência e de financiamento do PNAES, enumeradas de etapa I a etapa XII.

Figura 4 – Etapas de implementação, abrangência e financiamento do PNAES

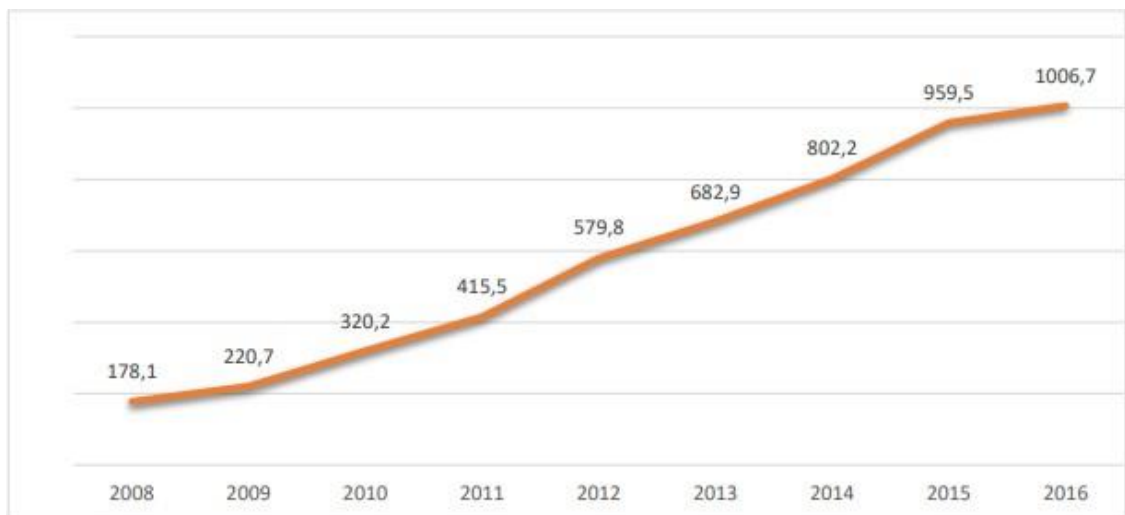


Fonte: Retirado de CGU (2016).

Para selecionar as áreas de atuação onde serão aplicados os recursos do PNAES, o setor de políticas do IFES deve considerar as necessidades identificadas pelos alunos, devendo a partir daí divulgar os benefícios a serem concedidos, bem como os critérios de seleção a serem aplicados, por meio de editais e outros meios eficazes. Após a divulgação, é realizado um processo de seleção do aluno, que inclui a verificação do cumprimento dos critérios definidos pelos candidatos e, por fim, a atribuição de benefícios, como auxílio-moradia e auxílio-alimentação.

Prevê-se a existência de mecanismos administrativos de controle interno em todas as fases, incluindo *feedback* para a avaliação de políticas, em âmbito nacional, pelo MEC, utilizando, dentre outros indicadores/metras, relatórios de gestão. Ressalte-se que a Resolução nº 7.234/2010 define em seu art. 5º que a IFES estabeleça esses mecanismos. A etapa final do processo é o monitoramento e a avaliação de políticas. A avaliação deve considerar as metas definidas em linha com os objetivos de redução das taxas de abandono e de retenção. A fiscalização ministerial desta política é exercida pelo MEC por meio da Secretaria de Educação Superior – SES. A seguir, a Figura 5 apresenta a evolução do PNAES, no período de 2008 a 2015.

Figura 5 – Evolução do orçamento das universidades federais em valores nominais em milhões



Fonte: Siafi gerencial (2016).

Por meio da Figura 5, pode-se observar a evolução crescente no orçamento do PNAES no período analisado, alcançando valores próximos a 1 bilhão de reais em 2015 e um crescimento nominal de mais de 400% no período de 2008 a 2015. Por sua vez, considerando-se as ações vinculadas aos programas temáticos, o PNAES utiliza uma parte importante do orçamento nacional para educação, atrás somente de ações voltadas ao funcionamento de instituições federais e da reestruturação e da expansão de universidades por meio do Reuni (BRASIL, 2016).

A Tabela 1, apresentada a seguir, reúne informações sobre a quantidade de graduandos no ensino superior a cada ano que receberam algum tipo de apoio social, como o Bolsa Permanência, ou algum auxílio do PNAES no período de 2013 a 2019. Por meio desta tabela, pode-se identificar a existência do aumento do número de alunos no ensino superior federal brasileiro nos anos analisados. Vale ressaltar que a proporção de graduandos que

receberam algum auxílio estudantil não evolui de maneira a acompanhar movimento de crescimento constante observado no quantitativo de graduandos nas instituições de ensino federais.

Tabela 1 – Quantidade de graduandos em instituições de ensino superior públicas federais por ano e recebimento de apoio social

Ano	Apoio Social				Total
	Não		Sim		
2013	1.093.798	76,9%	328.715	23,1%	1.422.513
2014	1.248.679	83,0%	255.704	17,0%	1.504.383
2015	1.259.220	82,2%	272.135	17,8%	1.531.355
2016	1.295.768	81,8%	287.691	18,2%	1.583.459
2017	1.368.897	83,2%	276.323	16,8%	1.645.220
2018	1.369.010	81,8%	304.208	18,2%	1.673.218
2019	1.332.521	79,2%	349.634	20,8%	1.682.155

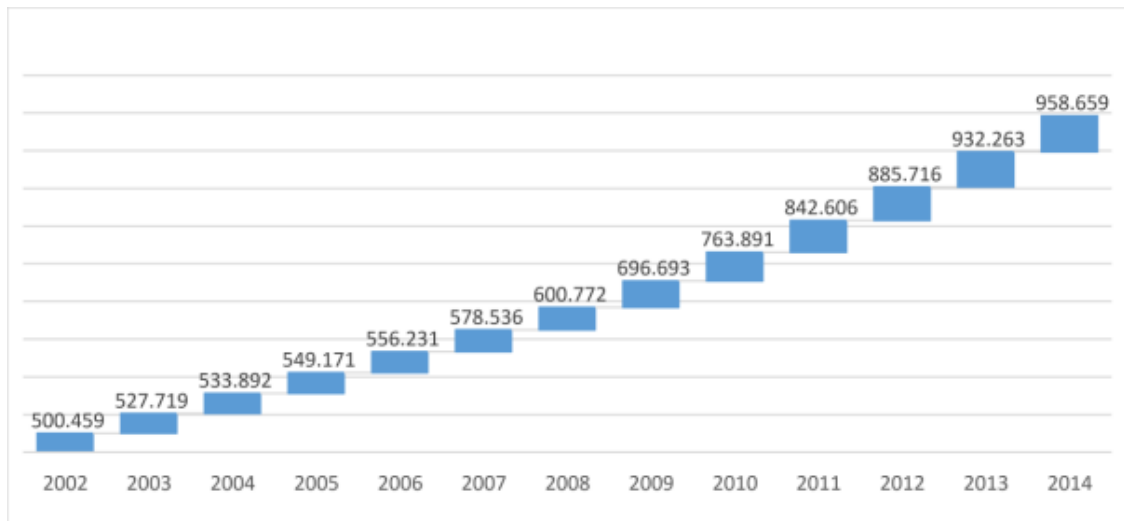
Fonte: ENAP (2021).

Como é possível verificar na Tabela 1, o período inicial compreendido entre os anos 2013 e 2014 demonstra a ocorrência de uma diminuição do volume relativo de graduandos contemplados com apoios sociais. Posteriormente, no período de 2015 a 2017, verificou-se a existência de uma relativa manutenção do volume proporcional de graduandos contemplados por esses auxílios sociais. No período mais recente, entre os anos de 2018 a 2019, observa-se uma expansão da cobertura de estudantes contemplados com benefícios de assistência estudantil, ainda que esse volume relativo não retorne ao pico da série observado no ano de 2013 (ENAP, 2021).

Dados divulgados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2022) sobre o período 2020 e 2021 apontam que, no ano de 2021, R\$ 849 milhões foram alocados para execução de ações do PNAES, atendendo 336.770 estudantes em situação de vulnerabilidade social entre os exercícios de 2016 e 2020.

Conforme dados disponibilizados pelo ENAP (2021), o público-alvo do PNAES é constituído de graduandos, em especial, os socioeconomicamente vulneráveis. Dados disponibilizados pelo Ministério da Educação apontam um importante aumento das matrículas nas IFES e, por essa razão, na quantidade de estudantes. A seguir, na Figura 6, apresenta-se a evolução do número de matrículas em IFES.

Figura 6 – Evolução do número de graduandos em cursos superiores de graduação presencial em IFES



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016)

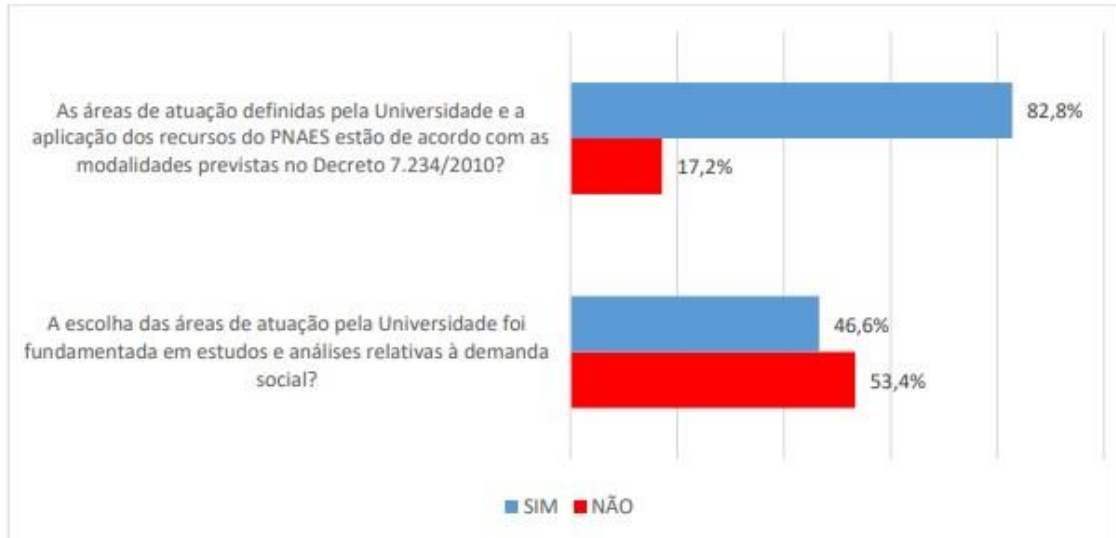
O aumento na matrícula geral leva a um aumento no número de alunos desfavorecidos, o que gera uma maior necessidade de benefícios sociais como os fornecidos pelo PNAES. Consequentemente, esse aumento da demanda exige uma ampliação da estrutura de trabalho para atender aos novos alunos, bem como uma maior eficiência na gestão diante dos recursos limitados. No entanto, essa expansão requer o desenvolvimento e o aprimoramento de mecanismos de controle interno.

Antes da fase de implantação do PNAES, a unidade deve planejar suas atividades, mesmo que não haja normatização interna específica para isso. Este procedimento envolve a seleção das áreas de atividade a serem exercidas de acordo com o Decreto 7234/2010, que define as possíveis áreas de atuação (moradia estudantil, alimentação etc.). No entanto, a IFES deve considerar suas próprias especificidades, áreas estratégicas de ensino, pesquisa e desenvolvimento, e aquelas que atendam às necessidades identificadas por suas organizações estudantis. Desde que a instituição opere de acordo com essas diretrizes gerais, há certa discricão no uso dos fundos. Assim, no que diz respeito às áreas de atuação, nas avaliações individuais, foi analisada a documentação apresentada pela IFES e realizadas consultas sobre os pagamentos efetuados com recursos do PNAES.

Também avaliou se o IFES atendia às necessidades identificadas pelos alunos, atendendo a solicitações feitas pelos respectivos Diretórios Centrais de Estudantes, coletadas por assistentes sociais, apresentadas em orçamentos conjuntos, planos de zoneamento ou dados

obtidos por meio de estudos formais mais direcionados. A Figura 7 apresenta a aplicação de recursos do PNAES.

Figura 7 – Aplicação de recursos do PNAES (2018)



Fonte: CGU (2016).

Em relação à forma como esses recursos são disponibilizados aos alunos, constatou-se que a maioria das IFES disponibiliza os recursos na forma de bolsas de estudo ou auxílio em dinheiro. Essas bolsas, embora não previstas no Decreto nº 7.234/2010, são concedidas por meio de seleção com base em critérios socioeconômicos e atendem aos objetivos previstos na legislação, embora possam se beneficiar de regulamentação mais precisa.

Ressalta-se que o objetivo do PNAES é reduzir as taxas de repetência e evasão dos alunos socioeconomicamente desfavorecidos. Portanto, o justificado índice positivo de uso de recursos nas áreas previstas no Decreto nº 7.234/2010, verificado durante as auditorias, não diminui a importância da participação discente. O espectro de atuação do PNAES definido no Regulamento é amplo e deixa pouco espaço para divergências não intencionais, o que significa alta probabilidade de cumprimento. Por outro lado, essa característica acarreta o risco de sequestro de recursos para fins complacentes, desvirtuando os caminhos necessários para reduzir as taxas de retenção e de evasão diante das realidades locais ou do ambiente universitário nacional.

4 A POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIA NA UFOB

Este capítulo discutirá os acontecimentos fundamentais que deram origem à formação e à reforma das políticas universitárias no âmbito institucional da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Demonstrará como o esporte é incorporado nas políticas universitárias de base institucional, tanto na política institucional, quanto naquela destinada à assistência estudantil. Também vai percorrer a história e a estrutura da UFOB, que se formou sob uma variedade de políticas universitárias, incluindo as de expansão, de democratização e de interiorização do ensino superior, bem como as de auxílio estudantil.

Entre os muitos resultados e as consequências da expansão das universidades federais em anos recentes, podemos situar a criação da UFOB, originada a partir de um campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujo estabelecimento foi um passo fundamental para o desenvolvimento do ensino superior na região oeste do estado, e um passo fundamental para o posterior surgimento da UFOB, conforme demonstra-se adiante.

4.1 A organização da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB

A Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB é uma universidade pública federal brasileira, conforme seu estatuto²,

Art 1º A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), pessoa jurídica de direito público mantida pela União, criada pela Lei Nº 12.825, de 05 de junho de 2013, ³de estrutura *multicampi*, com sede e foro no município de Barreiras, no Estado da Bahia, é uma Autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira [...].

Conforme Relatório de Gestão da UFBA 2013⁴, naquele ano foram criadas duas universidades no Estado da Bahia, tendo a UFBA como tutora. A Universidade Federal do Oeste da Bahia, criada a partir do desmembramento do Campus Reitor Edgard Santos, em Barreiras e a Universidade Federal do Sul da Bahia. Essas duas universidades, a partir de agosto de 2013, passam a ter autonomia em sua gestão, construindo assim uma nova universidade, levando em consideração os aspectos culturais de seus territórios de identidade que compõem

² Estatuto. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/Estatuto_UFOB.pdf. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

³ Lei da Criação da UFOB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112825.htm. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

⁴ Relatório de Gestão 2013 UFBA. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202013%20%20-%20%20Alter%C3%A7%C3%A3o%20TCU.pdf>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

as regiões baianas. Destaca-se, inicialmente, o importante papel da UFBA no processo de expansão da universidade pública brasileira no estado.

Segundo dados da UFBA em Números 2014 (ano base 2013),⁵ a UFBA no campus Reitor Edgard Santos, contava com 2.015 alunos de graduação e 60 alunos de pós-graduação, esse último dado segundo Relatório de Gestão UFOB 2014⁶. A partir de agosto de 2013, os alunos de graduação e de pós-graduação passam a ser alunos da UFOB, bem como toda sua estrutura, corpo docente e técnicos administrativos. Com efeito, para entender com maior clareza o processo de implantação da UFOB, em 2013, é preciso rememorar o processo histórico de interiorização do ensino superior iniciado pela UFBA.

A implantação do campus da UFBA com o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) e criação do Campus Professor Edgard Santos em Barreiras se iniciou no dia 21 de novembro de 2005, com a aprovação da Resolução nº 04/05⁷, pelo plenário do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Posteriormente, ocorreu sua regulamentação pelo Decreto nº 5.773 de 9/5/2006⁸ do Ministério da Educação e Cultura – MEC e publicado no Diário Oficial da União – DOU nº 165, seção 1 em 27 de agosto de 2007.

O campus UFBA-ICADS surge com a missão de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região oeste da Bahia. A sua implantação foi o resultado de uma articulação entre diferentes níveis de governo e parcerias institucionais, visando, além da própria implantação, garantir as condições ideais para a sua manutenção (UFOB, 2022; TOUTAIN; SILVA, 2010).

Em janeiro de 2008, o campus recebeu a visita do governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner. Na ocasião, o reitor da UFBA, Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, entregou ao governador o Projeto de Desmembramento do ICADS para a criação da Universidade Federal do Oeste Baiano. O governador se mostrou favorável à implantação dessa nova universidade.

⁵ UFBA em Números 2014 (ano base 2013). Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA%20em%20numeros%202014%20ano%20base%202013%20%281%29.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

⁶ Relatório de Gestão UFOB 2014. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2014.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

⁷ Resolução 04/05 de criação do Campus Professor Edgard Santos em Barreiras. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resol_0405.pdf. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

⁸ Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

Ao passar dos anos, após a implantação da UFBA, em Barreiras, houve diversas discussões e articulações para futura implantação da UFOB. O aval para a implantação dessa nova universidade já aprovada pela UFBA, culminou em um processo de articulação dos poderes municipal, estadual, federal e da sociedade, para assim realizar a implantação dessa nova universidade no município de Barreiras-BA.

O campus iniciou suas atividades com 40 professores, tendo como diretora *pro tempore* a Profa Dra. Joana Angélica Guimarães da Luz. Para auxiliar nas atividades administrativas e acadêmicas, foram celebrados contratos de prestação de serviços para 3 pessoas, até a realização do concurso público para técnico-administrativo. Em 2007, realizou-se o concurso e a contratação de 15 técnicos-administrativos. As atividades iniciaram em 23 de outubro de 2006 com 6 cursos de graduação com 40 vagas anuais cada, a saber: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química.

Em julho de 2007, a Congregação do ICADS aprovou a criação do curso de graduação em Física e, em janeiro de 2008, foram aprovados os cursos de Engenharia Civil, Matemática e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia (BI&CT), sendo 40 vagas para os dois primeiros e 80 vagas para o BI&CT. Em 2009, foram aprovados os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFOB, 2022; TOUTAIN; SILVA, 2010).

Com relação à Pós-graduação, a UFBA/ICADS criou um projeto para implantar o mestrado em Ciências e Tecnologia, o qual foi aprovado pela respectiva Câmara, mas ainda não recomendado pela Capes. Após essa tentativa inicial, o projeto foi reformulado para atender as exigências da Capes, sendo submetido novamente em 2010. Na época houve dois projetos de pós-graduação *lato sensu*, sendo um em Gestão da Inovação Tecnológica e Social e o outro em Gestão Pública, ambos na área de Administração, aguardando a aprovação da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG).

Foram aprovados, em 2006, 2007 e 2008 projetos junto ao CT-INFRA/Finep para implementação de infraestrutura de pesquisa e pós-graduação. Ainda em novembro de 2010, foi implantado o Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais – PPGCA. O PPGCA tem propiciado uma sólida formação científica e estimulado a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas das áreas de conservação de recursos naturais através de uma sólida rede de pesquisadores que atuam em pesquisa teórica e experimental (UFOB, 2022; RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2014).

Em relação à sua estrutura física, vale lembrar que o ICADS foi implantado no Colégio Padre Vieira, espaço esse doado pela prefeitura municipal de Barreiras. A referida

escola possuía uma grande relevância no patrimônio histórico do município, sendo que a universidade manteve o Memorial do Colégio Pe. Vieira, um rico acervo com fotos de ex-alunos, professores e funcionários que contam um pouco da história de Barreiras e região. A implantação da estrutura definitiva do Campus tinha como projeto inicial a construção em etapas de vinte prédios. Na primeira etapa foram construídos o Prédio de Laboratórios, composto de 32 laboratórios e o Pavilhão de Aulas II, que abriga salas de aula, gabinetes de professores e um auditório para 100 pessoas. Na segunda etapa, foram entregues o Pavilhão de Aulas I, também com auditório para 100 pessoas, e o Prédio de Biblioteca (UFOB, 2022; TOUTAIN; SILVA, 2010).

Em 2007 foi criada a proposta de desmembramento do Campus, sendo aprovada, por unanimidade, pela Congregação do instituto e por aclamação pelos Conselhos Superiores da UFBA. O projeto visa a contribuir com o desenvolvimento econômico e principalmente possibilitar aos moradores do Oeste da Bahia o ingresso em uma universidade pública, visto que em um Estado com as dimensões territoriais da Bahia, hoje, há apenas duas universidades federais e ambas distantes dessa região, o que dificulta o acesso dos jovens daqui. O projeto foi encaminhado ao MEC; após análise, se for recomendado, seguirá para o Poder Legislativo que o tornará Projeto de Lei (TOUTAIN; SILVA, 2010, p. 189-190).

Após a análise do Relatório de Gestão da UFBA 2013, foi possível evidenciar no relatório diversos objetivos, metas e iniciativas que constavam no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016 ⁹e estavam sendo cumpridos, pois fazia parte Programa Temático 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão do Plano Plurianual (PPA) do governo federal, 2012 – 2015, em consonância com a proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020. Um dos eixos norteadores a expansão da oferta de vagas na educação superior, a garantia de qualidade na educação, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico (RELATÓRIO DE GESTÃO UFBA, 2013).

Considerando o objeto de estudo deste trabalho, pode-se destacar duas dimensões das diretrizes estratégicas definidas pela UFBA:

II. Dimensão das Ações Afirmativas

- a. Investir em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais que concretizem uma política de apoio ao corpo estudantil, pautada pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca;
- b. Consolidar e ampliar políticas de acesso e permanência de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- c. Orientar o conjunto das ações da universidade pelo princípio da inclusão plena de todos os seus membros na vida social e acadêmica, combatendo quaisquer preconceitos e práticas discriminatórias e assegurando condições requeridas por pessoas com necessidades especiais.

⁹ Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

III. Dimensão da Interiorização e Internacionalização

- a. Consolidar o novo modelo organizacional da UFBA, de interiorização de ações de ensino, pesquisa e extensão, com o estabelecimento de condições plenas de funcionamento do *campus* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista e demais *campi* que vierem a ser criados;
- b. Ampliar a internacionalização da UFBA, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade (RELATÓRIO DE GESTÃO UFBA, 2013, p. 25).

Essas dimensões visam ao atendimento dos Objetivos e Iniciativas do Programa 2032 do PPA e dos Objetivos Institucionais apresentados no PDI 2012 – 2016. Especialmente as dimensões trazem o cumprimento dos objetivos e das metas dos documentos oficiais, em seguida essas dimensões concretizam a criação da nova universidade no interior da Bahia, realizando a interiorização do ensino superior público e gratuito, em seguida influencia as novas universidades a implantação das ações afirmativas para o atendimento dos municípios do interior que possuem mais discentes em estado de vulnerabilidade social, principalmente pela falta de desenvolvimento econômico dos municípios, ocasionando a exclusão de estudantes da zona rural, comunidade indígenas e os com baixo poder econômico.

Pelo Relatório de Gestão UFBA 2013, ainda persistem desafios significativos decorrentes do extraordinário processo de expansão das universidades federais no Brasil a partir de 2008. É destaque o financiamento da rede federal de ensino superior, os investimentos na infraestrutura adequada, a reorganização do quadro docente, técnico-administrativo e a manutenção e a ampliação de políticas que garantam condições de acesso e de permanência no ensino superior, buscando garantir altos padrões contínuos de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Já na área de ações afirmativas e auxílio estudantil, pode-se dizer que a UFBA foi pioneira na viabilização do acesso com a implantação de uma política de cotas em 2004. No entanto, os principais desafios associados à vulnerabilidade socioeconômica continuam, sobretudo quando vistos de uma perspectiva que leva em consideração a extensão total dessas condições. No entanto, apesar de todas as dificuldades, existem alguns avanços significativos no desempenho de 2013 em relação a esse tema, sendo o principal deles alcançar estudantes nunca atendidos no interior da Bahia e, dessa forma, garantir a entrada e permanência deles no ensino superior via políticas de assistência estudantil.

O Relatório ainda descreve, que o PDI 2012 – 2016 da UFBA contempla a expansão universitária e a interiorização da UFBA e sua participação no processo de criação das novas universidades na Bahia, a definição dos objetivos e estratégias que possam ampliar a oferta e democratizar o acesso e permanência dos alunos; a melhoria da qualidade acadêmica e dos

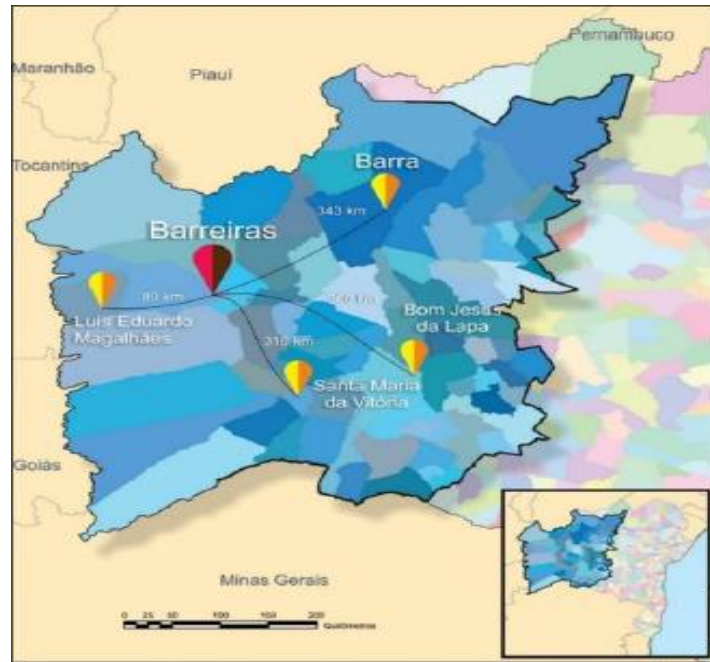
recursos humanos (cultivando pessoal qualificado de nível superior), fortalecendo o sistema educacional nacional, promovendo a melhoria da educação básica; fortalecendo a promoção das universidades e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para alcançar o desenvolvimento sustentável do país.

O projeto da UFBA para a criação da UFOB visava facilitar o desenvolvimento econômico da região e, principalmente, proporcionar aos moradores da região oeste da Bahia a oportunidade de ingressar em uma universidade pública. Vale recordar que, na época, havia apenas duas universidades federais na Bahia, ambas distantes e que dificultavam o ingresso dos jovens da região.

Em 5 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que criou a UFOB, Lei nº 12.825. A assinatura oficial dos documentos ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília, na presença de diversas autoridades, entre elas o governador da Bahia, Jaques Wagner, e a reitora da Universidade Federal da Bahia, Profa Dra. Dora Leal Rosa, pois a UFBA é a mentora no processo de implantação da UFOB. O campus principal da Universidade é em Barreiras, com *campi* satélites nas cidades de Bom Jesus da Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães.

A UFOB se localiza na região oeste da Bahia, numa região pertencente ao bioma cerrado, que possui alta concentração de diversidade biológica em sua maior porção, com vestígios dos biomas Mata Atlântica e Caatinga nas zonas de transição. A região faz parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que tem elevada contribuição histórica e econômica. Por estar inserida nas áreas de relevância ambiental, a UFOB assume seu compromisso socioambiental para com a região. As atividades acadêmicas são desenvolvidas nos cinco *campi*, que estão situados nos municípios de Barra, Barreiras (sede), Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Cada *campus* conta com uma unidade acadêmica, denominada Centro Multidisciplinar. A sede, em Barreiras, agrupa três unidades acadêmicas – Centro das Humanidades, Centro das Ciências Biológicas e da Saúde, Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias. Conforme a figura, abaixo, pode-se perceber a localização dos *campi* multidisciplinar da UFOB distribuídos pelos 80 municípios do oeste da Bahia.

Figura 8 – Região oeste da Bahia com localização dos *campi* da UFOB



Fonte Relatório de Gestão UFOB 2019.

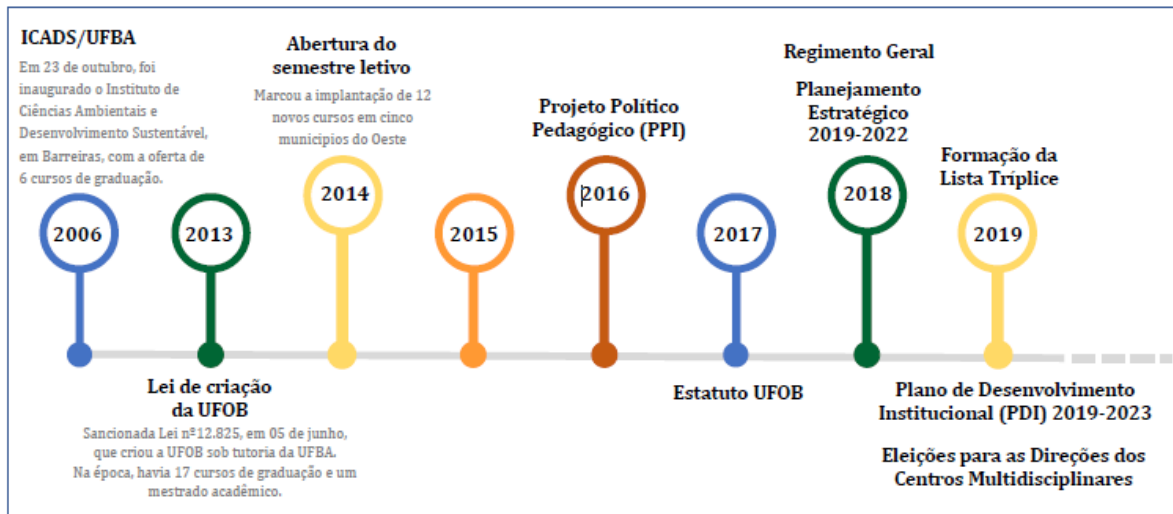
Outro fato significativo a ser notado na figura 8 acima, é que a região oeste do estado da Bahia faz fronteira com quatro estados (Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Piauí). Muitos estudantes desses estados também são beneficiados com acesso gratuito ao ensino superior no nível federal, demonstrando que o alcance da UFOB vai muito além de seus limites territorial na Bahia, pois atende também a alunos do interior desses estados que fazem fronteira com o estado da Bahia.

Logo após sua criação, a Profa Dra. Iracema Santos Veloso¹⁰ foi nomeada reitora *pro tempore* da UFOB em 1º de julho de 2013, pelo Ministro da Educação, Aloísio Mercadante. A inauguração oficial da UFOB ocorreu no dia 18 de julho, durante reunião da congregação que receberam a professora Iracema Veloso, o Prof. Dr. Jacques Antônio de Miranda, antigo diretor do ICADS, foi escolhido como vice-reitor para trabalhar ao lado da nova reitora.

No exercício de 2013, a UFOB, mesmo depois da sua inauguração e nomeados seus gestores, permanece sob a tutela da UFBA, sendo sua gestão realizada pela universidade tutora. Todavia, a nova universidade no exercício de 2014 começa a gerenciar a maior parte de sua administração e gradualmente se desvincula de sua tutora. Para entender o processo de construção da UFOB, ao longo dos anos, a figura 9, a seguir, resume essa linha do tempo.

¹⁰ Professora da Escola de Nutrição da UFBA e Pesquisadora do Programa Integrado em Saúde Ambiental e do Trabalhador, Iracema Veloso é graduada em Nutrição com mestrado e doutorado em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Atuou como Diretora do Departamento de Nutrição e foi Pró-Reitora de Planejamento UFBA.

Figura 9 – Linha do tempo UFOB



Fonte Relatório de Gestão UFOB 2019.

Com base na Figura 9, pode-se constatar que a UFOB teve origem no campus da UFBA em Barreiras, que foi fundado em 2006 e oficializado em 2013. A partir daí, iniciou-se a construção de uma nova universidade, com foco na criação de documentos institucionais de natureza probatória que atestem a existência, o funcionamento e os atos da instituição, cuja preservação está prevista na Constituição Federal.

Até 2013, a UFOB permaneceu com seus 17 cursos de graduação e 1 mestrado. No entanto, a partir do ano seguinte começou a se planejar e organizar um processo de ampliação de sua interiorização com a abertura de seus *campi* em cidades no oeste da Bahia. A partir deste momento, a recém-criada universidade começa a se estruturar e consolidar como uma nova universidade federal, que veio para atender as demandas dos territórios de identidade do oeste da Bahia, trazendo para sua construção características peculiares desta região.

Segundo o Relatório de Gestão 2014 UFOB¹¹, para cumprir sua missão institucional de promover a educação, a produção e a difusão do conhecimento, a UFOB iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2014 em quatro novos *campi* (Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.). Oito novos cursos de graduação foram ofertados nos 4 *campi* e mais quatro se somaram aos 17 já oferecidos no campus de Barreiras, para um total de 29 curso de graduação à disposição da comunidade de cerca de 1800 alunos.

¹¹ Relatório de Gestão 2014 UFOB. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2014.pdf> Acesso em: 15 de dez. de 2022.

Como parte de sua responsabilidade social, a UFOB ampliou de 25% para 50 % o número de vagas para alunos egressos do ensino médio público, possibilitando que pessoas dos diversos municípios que compõem a região, principalmente da zona rural, possam se matricular na rede federal de ensino superior (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2014).

Nesta conjuntura, a política de Ações Afirmativas exerce um papel fundante no acesso, na permanência com aprendizagem, visando à diplomação dos estudantes e, conseqüentemente, inserção no desenvolvimento social, cultural, científico, político e econômico da região. Para tanto foram investidos recursos na ordem de 2.2 milhões de reais em auxílios financeiros a estudantes tanto para realização de aulas de campo como para os diversos auxílios de moradia, alimentação, participação em eventos científicos, bem como fornecimento de refeições, dentre outros (RELATÓRIO DE GESTÃO 2014 UFOB, p. 2).

A fim de enfrentar o debate sobre o marco regulatório, o ano de 2014 evidenciou desafios significativos para a implementação da UFOB. Como resultado, a Administração Central designou uma comissão especial para desenvolver uma proposta de documentos oficiais que regeriam a universidade. Além disso, vale destacar que a UFOB iniciou suas atividades com a sua inserção na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, conquistando independência financeira para prover um orçamento de pouco mais de R\$ 47 milhões, contando ainda com o apoio da universidade tutora para execução.

Alinhada aos princípios democráticos que norteiam a administração pública, a UFOB se estabelece como uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, voltada à excelência acadêmica, fortemente comprometida com o desenvolvimento sustentável da região oeste da Bahia, buscando superar as desigualdades socioeconômicas e culturais em busca do bem-estar de suas populações.

Em 2015, a UFOB, de acordo o seu Relatório de Gestão 2015¹², disponibilizou 1.010 vagas pelo sistema Seleção Unificada (SISu) para os 29 cursos de graduação espalhados pelos seus cinco *campi*. Os estudantes dos diversos municípios que compõem a região passam a ter o ensino superior federal em sua região, principalmente os da zona rural, graças a uma política de cotas que destinou 50% das vagas para alunos egressos do ensino médio público. Ademais, ressalta-se que a universidade alcançou o índice de 87,52% das vagas ofertadas no SISu.

Dos 12 novos cursos implantados em 2014, 12,3 % dos alunos formados em 2015 eram de outros estados brasileiros. Nos 29 cursos de graduação oferecidos, 46,9% dos candidatos ingressantes, ou menos da metade, são da região oeste ou do estado do Bahia. Como

¹² Relatório de Gestão 2015 UFOB. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2015.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

forma de aumentar esse indicador, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFOB aprovou a Resolução 009/2015¹³, que estabeleceu o critério de inclusão regional para o ano letivo de 2016. Isso permitiu aos alunos que moram na área territorial de atendimento da universidade terem mais acesso ao ensino superior. Esse critério é válido para os alunos que concluíram todo o ensino médio em um dos 80 municípios que compõem a região atendida pela UFOB; o critério oferece bonificação de 20% na nota do Enem.

Nesse contexto, a política de ações afirmativas tem papel fundamental no acesso, na continuidade do aprendizado e na integração dos alunos ao desenvolvimento social, cultural, científico, político e econômico da região. O desenvolvimento dos programas de ações afirmativas e de assistência estudantil liderados pela Pró-reitoria de graduação e ações afirmativas (Prograf) está pautado no acesso e, principalmente, na continuidade do aprendizado.

Registra-se, também, avanços na Pós-graduação, passando de um para quatro programas *stricto sensu* e um programa *lato sensu*. Além disso, a Capes recomendou a criação do mestrado em Química pura e aplicada, bem como as duas propostas de doutorado interinstitucional (DINTER) em Geologia e Genética em colaboração com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Brasília, respectivamente. Esses novos cursos são conquistas significativas para a comunidade acadêmica da UFOB e do oeste da Bahia, pois são os únicos programas de pós-graduação *stricto sensu* disponíveis na região.

As atividades acadêmicas da UFOB, de natureza *multicampi*, são desenvolvidas em 7 centros multidisciplinares, localizados no *campus* Reitor Edgard Santos (Barreiras/BA), *campus* de Luís Eduardo Magalhães, *campus* de Barra (Barra/BA), *campus* de Bom Jesus da Lapa e *campus* de Santa Maria da Vitória. Nesses *campi* continuam o processo de consolidação da nova universidade, atendendo às demandas locais da região com seu perfil multidisciplinar. Assim, a UFOB, em 2016, no *campus* Reitor Edgard Santos, mantém dois programas de Pós-graduação em nível de mestrado, a saber, o Programa de Pós-graduação em ciências ambientais (PPGCA), constituído em 2011, e o Programa de química pura e aplicada (Posquipa), iniciado no exercício de 2016. O PPGCA e Posquipa têm atraído um público considerável de estudantes, muitos deles egressos dos cursos de graduação da própria instituição. Os resultados das ações de pós-graduação da UFOB podem ser aferidos pelo crescente ingresso de egressos no mercado de trabalho e em cursos de doutorado em outras IES. Os dados do ano-base 2016 totalizam 30 mestres titulados e 40 alunos matriculados. Já o Posquipa, iniciado em 2016, está em pleno

¹³ Resolução 009/2015. Disponível em: https://ufob.edu.br/sisu/base-legal/resolucao_conepe_n009_de_23-11-2015.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

funcionamento e teve ingresso de nove estudantes no exercício (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2016).

Em 2016, foi também iniciado o primeiro curso de Pós-graduação *lato sensu* da UFOB, a “Especialização em Artes e Ação Cultural”, sediada no Centro Multidisciplinar do Campus de Santa Maria da Vitória, com 25 vagas. Outros dois projetos de pós-graduação *lato sensu* foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepe), a “Especialização em Geografia - Análise territorial e Ensino de Geografia”, e a “Especialização em Gestão da Inovação Tecnológica e Social”, ambas do Centro das Humanidades e com início programado para junho de 2017.

Nesse mesmo ano, a Proposta Político-Pedagógica Institucional (PPI) foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepe) e Conselho Universitário (Consuni), estabelecendo as políticas e diretrizes teórico-metodológicas balizadoras do fazer acadêmico institucional. A proposta foi resultado de diversas reuniões coordenadas por uma equipe constituída para este fim, ao longo dos últimos anos. As políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, elencadas no PPI, norteiam, por sua vez, o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, que ora se encontram em fase final de revisão e cujas demandas subsidiarão o Plano de Desenvolvimento Institucional (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2016¹⁴).

Adiante, em 2017, o ingresso de estudantes continua sendo realizado pelo SISu, tais que as vagas são distribuídas por curso e turno nos termos da política nacional de reserva de vagas, Lei nº. 12.711/2012¹⁵. Além da política nacional de reserva de vagas, a UFOB possui uma ação afirmativa própria, instituída e regulamentada pela Resolução Conepe nº. 004/2016¹⁶, o Critério de Inclusão Regional, que reserva 75 % das vagas destinadas ao processo seletivo do SISu para candidatos que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou particulares localizados em cidades baianas de até 150 quilômetros de qualquer um dos *campi* da UFOB. Foram ofertadas no total 1130 vagas, sendo que destas, matricularam-se 999 estudantes nos

¹⁴ Relatório de Gestão 2016 UFOB. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2016.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

¹⁵ Lei nº. 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

¹⁶ Resolução CONEPE nº. 004/2016. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/resolucoes/2016/conepe/resolucao-conepe-004-2016-altera-criterio-de-inclusao-regional-da-resolucao-conepe-009-2015-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

trinta cursos de graduação, bacharelado e licenciatura, em diversas áreas do conhecimento, nos diferentes processos seletivos (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2017¹⁷).

Em relação à Pós-graduação, em 2017, foram iniciados três novos cursos - Especialização de Produção Audiovisual, nos *campi* Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, a Especialização em Geografia: Análise territorial e Ensino de Geografia e Especialização em Gestão da Inovação Tecnológica e Social, estes últimos ofertados pelo CEHU em Barreiras/BA, assegurando a oferta de 75 novas vagas.

Em 2018, a UFOB completou 5 anos de sua implantação, continuando sob a gestão *pro tempore*. Durante seus primeiros cinco anos de funcionamento, a instituição avançou no desenvolvimento de marcos fundamentais que tomaram forma e geraram discussões sobre seu futuro. Uma das discussões mais importantes foi o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ainda em construção. Este documento cumpre o papel de ferramenta para a gestão universitária e o instrumento de maior abrangência temporal, parametrizando as direções propostas para a instituição. Ao longo desses cinco anos de projeção e expectativa para a realização da UFOB, o PDI projetou o plano de médio prazo, a missão institucional, bem como seus indicadores e metas a serem cumpridas (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2018¹⁸).

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) é o principal documento que orienta o desenvolvimento do ciclo 2019-2023. Nesse documento, a universidade declara os seus objetivos e os seus compromissos com a região, bem como seus princípios norteadores, estrutura organizacional para atividades didáticas pedagógicas e políticas das diretrizes institucionais. Com a retomada do desenvolvimento do PDI, em 2018, as discussões sobre temas institucionais foram ampliadas e avançadas, dando início formal ao desenvolvimento do PDI, ciclo 2019–2023. Em última análise, este ano foi desafiador e rendeu resultados significativos. Um dos resultados mais significativos veio dele quando os alunos iniciais dos cursos nos *campi* criados com o estabelecimento da universidade se formaram. Houve também importantes marcos legais desenvolvidos pelos Conselhos Superiores, que foram discutidos e aprovados após levar em conta as sugestões da comunidade. Destacamos entre eles os Regulamento Geral e o Regulamento da Graduação e Pós-graduação.

Em 2019, a UFOB completou seis anos de existência e contribuição para a educação e o desenvolvimento do oeste da Bahia. Desde sua fundação, concedeu diplomas a 632

¹⁷ Relatório de Gestão 2017 UFOB. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2017.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

¹⁸ Relatório de Gestão 2018 UFOB. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2018.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

graduados e 82 alunos de pós-graduação em diversas áreas. Essa comunidade contribuiu com uma ampla produção acadêmica, servindo como ponto de referência nacional e regional, e proporcionou avanço institucional para o avanço do ensino superior em sua vasta área geográfica de influência. É importante destacar a transição da sua gestão *pro tempore* para a liderança eleita pela lista tríplice, ocorrida em setembro de 2019 (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2019¹⁹).

O Quadro 2 demonstra a variedade de cursos de graduação oferecidos pela UFOB, em 2019. Esses cursos, quando foram implantados nos *campi*, consideraram as demandas regionais, buscando atender às necessidades sociais, econômicas, culturais e profissionais das comunidades onde foram implementados.

Quadro 2 – Cursos oferecidos pela UFOB por campus

Campus	Centros multidisciplinares	Cursos de Graduação
Barra	Centro multidisciplinar	Agronomia
		Medicina veterinária
Reitor Edgard Santos Barreiras	Centro das ciências biológicas e da saúde	Ciências biológicas (Bacharelado e Licenciatura)
		Farmácia
		Medicina
		Nutrição
	Centro das ciências exatas e das tecnologias	Bacharelado interdisciplinar em ciências e tecnologia
		Engenharia civil
		Engenharia sanitária e ambiental
		Física (Bacharelado e Licenciatura)
		Geologia
		Matemática (Bacharelado e Licenciatura)
	Centro de humanidades	Química (Bacharelado e Licenciatura)
		Administração
		Bacharelado interdisciplinar em humanidades
		Direito
		Geografia (Bacharelado e Licenciatura)
Bom Jesus da Lapa	Centro multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa	História (Bacharelado e Licenciatura)
		Engenharia elétrica
Luís Eduardo Magalhães	Centro multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães	Engenharia mecânica
		Engenharia de biotecnologia
Santa Maria da Vitória	Centro multidisciplinar de Santa Maria da Vitória	Engenharia de produção
		Artes visuais (Licenciatura)
		Publicidade e propaganda

Fonte: Relatório de Gestão UFOB 2019.

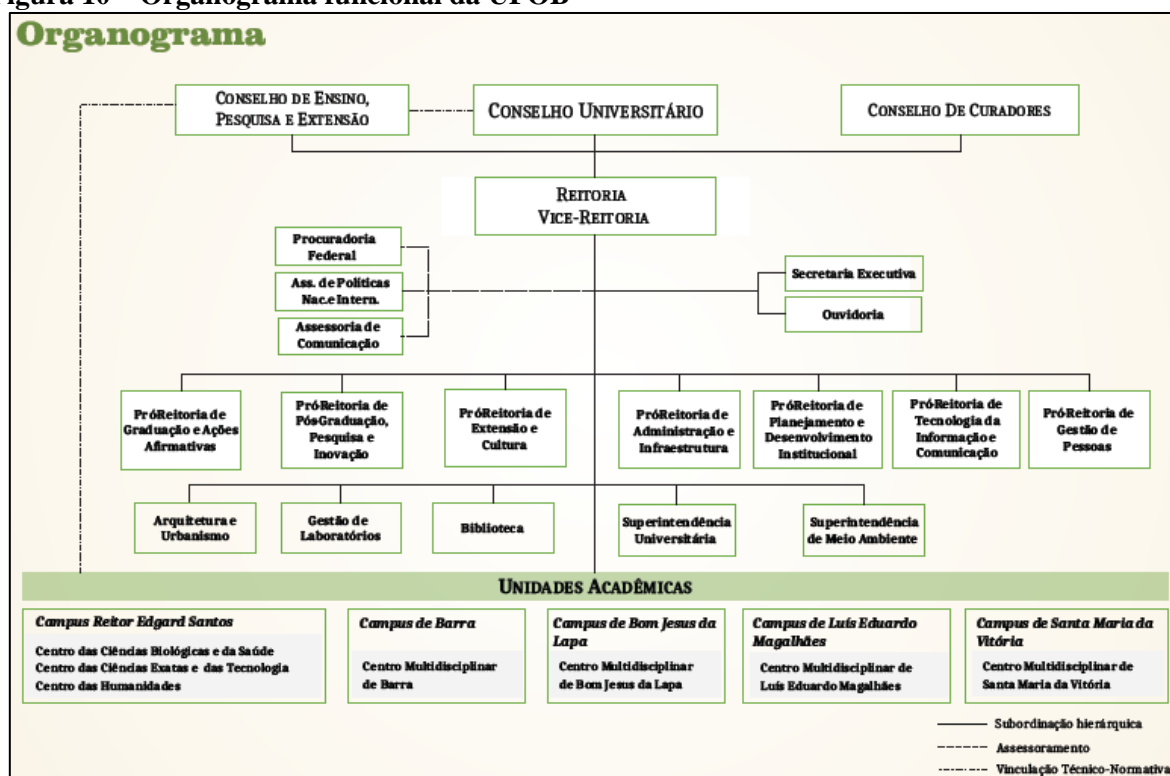
Em relação aos cursos de pós-graduação ao nível de mestrado foram implantados mais cursos, sendo eles: Programa de Pós-graduação em patologia investigativa (PPGPI) e o Programa de pós-graduação em ensino (PPGE). Esses dois novos mestrados se somam com os

¹⁹ Relatório de Gestão 2018 UFOB. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2019.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

já implantados que são: Programa de Pós-graduação em ciências ambientais (PPGCA); Programa de Pós-graduação em química pura e aplicada (POSQUIPA); Programa de pós-graduação em ciências humanas e sociais (PPGCHS); mestrado profissional em matemática em rede nacional (PROFMAT) e o Programa de pós-graduação em propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a inovação (PROFNIT).

Outros fatos significativos, além de sua construção histórica ao longo dos anos, incluem a descrição de como a UFOB evoluiu ao longo do tempo, principalmente em relação ao processo de desenvolvimento institucional. A Figura 10 permite uma visão detalhada da estrutura organizacional de todos os departamentos e unidades que compõem a universidade. Por meio desta organização poderemos fazer uma análise mais aprofundada do esporte universitário. Mas para isso devemos ter um conhecimento aprofundado das contribuições dos diversos setores e de algumas definições elaboradas nos documentos oficiais institucionais.

Figura 10 – Organograma funcional da UFOB



Fonte: Relatório de Gestão UFOB 2018.

A UFOB tem como objetivos essenciais e princípios institucionais a indissociabilidade do Ensino, a Pesquisa e a Extensão, nomeadamente ofertando ensino superior público, gratuito e de qualidade. Visto que é uma instituição social pública e autônoma,

deve ter sua atuação comprometida com a ética e observar os princípios da diversidade, da igualdade, da inclusão, da responsabilidade social e da gestão democrática (PDI, 2019-2023²⁰).

Assim, conforme seu Estatuto, a UFOB coloca suas finalidades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão da seguinte forma:

Art. 9º O ensino na graduação e na pós-graduação da UFOB consiste em processo de trabalho acadêmico-científico, histórico, artístico e cultural resultante da produção da unidade teoria e prática, voltado para a formação acadêmica e profissional, inicial e continuada, cujos princípios estimulam o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico-reflexivo.

Art. 10. A pesquisa na UFOB é uma atividade essencial voltada para a construção de novos conhecimentos e técnicas como recurso de educação destinado ao estímulo da atitude científica indispensável ao processo formativo, comprometida com o desenvolvimento e bem-estar da humanidade, com atenção voltada para a solução de problemas locais, regionais e nacionais.

Art. 11. A extensão na UFOB é uma atividade responsável pelo estabelecimento de uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, à mútua difusão de saberes e conhecimentos tradicionais, técnico-científicos e artístico-culturais, bem como ao fomento a resolução de problemas de relevante interesse social, em indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Através do seu Planejamento Estratégico, elaborado em 2018, a UFOB define sua missão, visão e valores:

- Missão – Defender e respeitar os princípios de gratuidade e excelência do ensino, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, universalidade do conhecimento e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias.
- Visão – Ser conhecida e reconhecida nos municípios que compõem o Território UFOB como universidade pública, gratuita e de qualidade.
- Valores – Democracia, autonomia e liberdade; Diversidade, cidadania e respeito; Inclusão; Justiça; Sociabilidade; Qualidade; Ética.

A Missão reflete a razão de existência, do propósito institucional e do compromisso assumido com a sociedade. Assim, acredita-se na capacidade transformadora a partir do processo de educação e cidadania.

A Visão institucional remete à perspectiva futura numa perspectiva de médio e longo prazos, assumindo o compromisso com a região Oeste da Bahia e vislumbrando sua inserção nos diferentes municípios de abrangência, denominado Território UFOB, que é composto por 80 (oitenta) municípios do Estado da Bahia, em um raio de até 150 km de qualquer um dos *campi* da UFOB.

Os Valores estão alinhados aos princípios que regem a Administração Pública - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e norteiam as diretrizes, políticas e ações, atuando, prioritariamente, na promoção de uma educação

²⁰ Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/planos-e-projetos/plano_de_desenvolvimento_institucional_ufob.pdf. Acesso em: 08 de dez de 2022.

superior com qualidade e relevância social para o desenvolvimento local e regional, ofertando melhores condições para a permanência dos cidadãos na região por meio do acesso ao ensino superior, que é o fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas, sociais e ambientais da área de influência, assumindo o compromisso da inclusão social e de um ensino crítico, plural e científico (PDI 2019-2023, p. 21).

A comunidade universitária da UFOB é constituída pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo em educação. A Universidade estabelece políticas para maior integração da comunidade universitária, bem como membros aposentados e egressos. Os docentes são servidores integrantes da carreira do magistério superior, professores visitantes, substitutos e temporários. Já o corpo técnico-administrativo inclui servidores nomeados na forma da legislação pertinente, que exercem atividades de apoio ao desenvolvimento do ensino, e aquelas inerentes à pesquisa, à extensão universitária e à gestão. O corpo discente da UFOB compreende estudantes dos cursos de graduação, residência, mestrado e doutorado.

A Universidade, conforme seu Estatuto e Regimento Geral da UFOB²¹, possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, dentre outras atividades e prerrogativas asseguradas pela legislação vigente. A organização administrativa e acadêmica da UFOB é composta pelos seguintes Órgãos: Órgãos Superiores de Deliberação (Conselho Universitário e Assembleia Universitária), Órgãos da Administração Central (Reitoria e Outros órgãos), Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão (Unidades Universitárias e Órgãos complementares) e Órgãos Consultivos.

Sobre os Órgãos Superiores de Deliberação, o Conselho Universitário (Consuni), é a instância máxima deliberativa, consultiva e normativa sobre matérias de ensino, pesquisa, extensão e administração. O Consuni é constituído por suas Câmaras Assessoras Permanentes (Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura, Câmara de Gestão Administrativa e Governança, Câmara de Normas e Recursos). Já a Assembleia Universitária vai ser constituída por representantes das três categorias que compõem a comunidade universitária (Discentes, Docentes e Técnico-administrativos), bem como a participação dos dirigentes institucionais.

Os Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão serão constituídos pelas Unidades Universitárias, denominadas “Centros”. O Centro, mantida sua natureza multidisciplinar, será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização didático-científica, administrativa e de lotação de pessoal.

²¹ Regimento Geral da UFOB. Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/Regimento_Geral_UFOB.pdf. Acesso em: 05 de dez. de 2022.

Os Órgãos da Administração Central possuem seus órgãos como a Reitoria, um órgão executivo máximo da administração superior, incumbida da administração, da coordenação, da fiscalização e da superintendência das atividades, incluindo: Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, Administração Geral, Gestão de Pessoas, Assistência Estudantil, Ações Afirmativas, Manutenção Patrimonial e Infraestrutura, Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Tecnologia da Informação e Comunicação e Avaliação Institucional. Essas atividades serão exercidas por Pró-reitorias e órgãos específicos.

A Proposta de Regimento Interno da Reitoria²² apresenta a organização, atribuição e o funcionamento do gabinete, secretaria, assessorias e órgãos de apoio ligados à Reitoria. Especificamente a Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias, Superintendências, Coordenadorias e Assessorias.

- A Reitoria é um órgão executivo superior, ao qual compete dirigir, administrar, planejar, coordenar, estabelecer parcerias e fiscalizar as atividades da universidade.
- As Pró-reitorias são como órgãos auxiliares da direção superior incumbidos de funções de assessoramento, supervisão, coordenação e fomento de atividades estratégicas específicas.
- As Secretarias como órgãos executivos com atuação setorial e específica, dirigidos a fomentar, coordenar, articular e apoiar atividades fins da universidade.
- As Diretorias são órgãos executivos com atuação setorial e específica, responsáveis pela coordenação de atividades ou sistemas afins, podendo constituir-se em unidade diretamente ligada ao Gabinete da Reitoria ou a uma Pró-reitoria.
- As Superintendências são unidades de gerenciamento intermediário, dirigidas à articulação e coordenação de atividades ou sistemas afins, com vistas a fomentar e prestar apoio técnico-operacional às atividades finalísticas da universidade.
- As Coordenadorias são órgãos responsáveis pela coordenação e orientação das atividades finalísticas, proporcionando-lhes apoio técnico operacional, tendo função executiva e atuação setorial ou específica, subordina-se a uma Pró-reitoria, diretoria, secretaria ou ainda a uma superintendência.

²² A Proposta de Regimento Interno está em fase de aprovação pelo Conselho Universitário da UFOB, mas as atribuições aos órgãos da instituição já são executadas e atribuídas. Disponível em: <https://ufob.edu.br/ufob/instrumentos-normativos/em-discussao/processo-23520-000228-2022-40-proposta-regimento-interno-da-reitoria-ufob.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

- As Assessorias são unidade consultiva ou cargo de assessoramento, não desempenha função executiva, assessora o superior imediato (reitor(a), vice-reitor(a) e pró-reitor(a)) nos assuntos de sua competência.

A estrutura organizacional da UFOB é formada pelas Pró-reitorias: Pró-reitoria de Administração (PROAD), Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP), Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) e Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROAE).

Convém destacar que a Pró-reitoria de Graduação e Ações Afirmativas (PROGRAF), em 2019, se desmembra para criar a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e Secretaria de Assuntos Estudantil, posteriormente essa Secretaria se transforma na Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROAE). Essas informações são de suma importância, pois nosso objeto de estudo, o esporte universitário, está vinculado à PROGRAF e à PROEC. A criação dessas Pró-reitorias já constava na proposta de Regimento Interno da Reitoria.

A Pró-reitoria de Administração (PROAD) tem como função orientar, coordenar, administrar e executar as ações relacionadas à contabilidade, finanças, compras, licitações, contratos administrativos, apoio operacional, gestão de materiais e patrimônio. Dessa forma, dentre as atividades inclui a elaboração e o planejamento de políticas de gestão e de aprimoramento das ações administrativas para a submissão e a avaliação do Conselho Universitário, bem como realizar toda a gestão e a execução das atividades administrativas da Pró-reitoria. Além disso, a fiscaliza os contratos administrativos e coordena as atividades relativas à gestão; coordena o patrimônio assim como a parte Financeira e Contábil também são atividades destinadas à PROAD.

A Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGP) é um órgão responsável por planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as políticas de Pós-graduação e pesquisa científica, tecnológica e internacionalização. Sendo assim, é competência da PROPGP, no âmbito da Diretoria de Ensino e Ensino, coordenar a implementação da Política de Pós-Graduação na UFOB em consonância com o Plano Nacional de Pós-graduação, em conjunto com as Unidades Universitárias e Cursos e Programas de Pós-graduação da UFOB, bem como orientar a elaboração de novas propostas de Programas e Cursos de Pós-Graduação e na

reestruturação dos Programas já existentes e realizar o acompanhamento dos processos seletivos dos Programas de Pós-graduação.

O acompanhamento, a orientação e o auxílio às coordenações dos Programas de Pós-graduação constituem atividades do órgão, visando ao bom desempenho, à execução e à performance da Pós-graduação, além de assessorar o Diretor de Ensino e Pesquisa, bem como o Pró-Reitor, na elaboração de projetos estratégicos voltados para a Pós-graduação.

Já em relação à Coordenadoria de Pesquisa e Iniciação Científica, é dever do PROPGP: gerir o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa de Iniciação Científica voluntária e programas similares que vierem a ser propostos; gerir o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), em articulação direta com a Superintendência de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Regional; e controlar e executar os recursos remetidos à PROPGP para fomento à pesquisa, cumprindo as etapas para realização da despesa. Com isso, a prospecção de oportunidades relacionadas ao financiamento de pesquisas, apoiar, induzir e acompanhar o desenvolvimento de pesquisas, elaboração de editais voltados aos programas dentre outros é parte das atribuições do órgão supracitado.

Pela Diretoria de Relações Internacionais, também faz parte das atribuições da PROPGP a prospecção, a formalização e o acompanhamento de convênios e acordos de impacto internacional; auxiliar na orientação de estudantes estrangeiros que chegam à UFOB via programas de mobilidade internacional, em articulação com os demais órgãos envolvidos; orientar estudantes da UFOB, de graduação e pós-graduação, na busca por oportunidades de intercâmbio e mobilidade internacional.

Deve-se também estimular parcerias internacionais para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na UFOB, em articulação com as demais Pró-reitorias acadêmicas; e assessorar o Pró-Reitor no planejamento e execução de políticas e atividades referentes à internacionalização.

A Pró-reitoria de Graduação (Prograd) é o órgão responsável pelo planejamento, pela coordenação, pela orientação, pelo acompanhamento e pela avaliação das políticas de seleção, ingresso e de ensino de graduação. É competência da Prograd, por meio da Coordenadoria de Ensino e Graduação: planejar, coordenar, organizar, orientar, apoiar e avaliar as políticas de ensino de graduação, com base no Projeto Pedagógico Institucional, no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, no Plano de Gestão e nos planos de trabalho das Unidades Universitárias; planejar, discutir e elaborar políticas de ensino de graduação para submissão ao Conselho Universitário.

Além disso, o apoio à gestão do colegiado do curso de graduação na promoção do planejamento e do desenvolvimento do plano de ação do colegiado, tomando como referência os indicadores da graduação (externos) e os índices acadêmicos (internos) e o acompanhamento e desenvolvimento das políticas e das atividades didáticas visando à implementação de melhorias também são umas das suas atribuições. Deve também assessorar o Pró-reitor na elaboração dos pareceres dos processos relacionados aos programas/projetos especiais de ensino de graduação discutidos na Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e no Conselho Universitário e colaborar com a Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis no acompanhamento dos estudantes do ensino de graduação, visando sua permanência com qualidade e sucesso acadêmico.

Destarte, por meio da Coordenadoria de Programas Especiais, é seu dever, dentre outros, planejar, discutir e elaborar políticas para implantação e implementação de novos projetos especiais voltados para a formação integral do estudante e pedagógica do docente; e coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas e projetos especiais fomentados por agências externas e pela UFOB.

Já em relação à Coordenadoria de Processos Seletivos, a Prograd deve planejar, coordenar e avaliar as políticas de seleção e de ingresso de estudantes de graduação; orientar os colegiados de curso sobre admissão estudantil via Transferência *Ex-Officio*; coordenar as demandas de processos seletivos de estudantes de graduação da UFOB bem como a elaboração e divulgação de editais dos processos seletivos estudantis para graduação; e coordenar a análise das demandas das Unidades Universitárias por docentes efetivos e por tempo determinado.

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) deve, como propósito, promover a plena integração entre Universidade e Sociedade, por meio de uma relação transformadora balizada na produção, socialização, registro e difusão de saberes e práticas de cunho social, cultural, científico, esportivo, ambiental e tecnológico. À vista disso, a estrutura da PROEC foi pensada com o intuito de atender, através das distintas coordenações, as diversas atribuições relacionadas às ações extensionistas, às atividades artísticas e culturais, bem como à prática esportiva no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

A PROEC é o órgão responsável pelo planejamento, pela supervisão, pela coordenação e pelo controle das atividades de extensão, de cultura e de comunicação. Sua competência, no âmbito da Coordenadoria de Programas e Projeto, é principalmente minutar pareceres, relatórios e normas operacionais relativos à extensão universitária, bem como realizar o seu planejamento, sua coordenação e sua avaliação da política de extensão universitária. Ao supervisionar a UFOB na execução das ações orçamentárias destinadas às

ações de extensão, envolvendo compras, bolsas, diárias e passagens e as ações relativas aos cursos, eventos, programas e projeto de extensão universitária.

A PROEC deve ainda propor estratégias para a articulação do ensino e da pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os diversos segmentos da sociedade e estimular as parcerias interinstitucionais, com vistas à ampliação e ao fortalecimento das atividades de extensão. É de sua responsabilidade também a gestão do Programa Institucional de Iniciação à Extensão e programas similares que vierem a ser propostos e elaboração de editais voltados aos programas sob sua incumbência.

No que diz respeito à Coordenadoria de Arte e Cultura, deve planejar, coordenar e avaliar a política cultural da universidade; implementar a política cultural, articulando ações nos campos da divulgação científica, da produção artística, das atividades museológicas e afins em interação com diversos segmentos da sociedade; estimular as parcerias interinstitucionais, com vistas à ampliação e ao fortalecimento das atividades culturais e também coordenar ações que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura nos municípios onde a UFOB está inserida.

Compete também viabilizar o acesso da comunidade às ações culturais da universidade, estimulando o compartilhamento dos espaços e a participação efetiva da população nas atividades artístico-culturais promovidas pela UFOB; planejar, organizar e supervisionar atividades e eventos em parceria com os diversos segmentos da sociedade, bem como promover a integração e a articulação entre extensão e cultura; estimular a realização de atividades que incentivem o respeito à diversidade cultural, aos direitos humanos e aos saberes locais; e assessorar o Pró-Reitor nos assuntos de sua competência.

A PROEC, por meio da Diretoria de Comunicação Institucional e Científica, deve divulgar os assuntos da universidade para a comunidade interna e para a sociedade em geral, via diferentes meios de comunicação, de alcance local, regional, nacional e internacional; responsabilizar-se pela intermediação de matérias e entrevistas, sugestão de pautas e coordenação dos contatos da mídia com o(a) Reitor(a); manter o(a) Reitor(a) informado(a) sobre o noticiário referente às atividades universitárias e assessorá-lo(a), quando solicitado.

Desenvolver articulações permanentes com áreas de comunicação de outras instituições de ensino superior e planejar, coordenar e executar a divulgação de ações administrativas, eventos ou outras matérias de interesse da Reitoria, seja no âmbito interno ou externo.

A Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), como área de suporte à gestão, é responsável pela elaboração e pela gestão do Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) e do planejamento estratégico da Universidade, do planejamento orçamentário e da infraestrutura física, da gestão ambiental e dos convênios e dos contratos acadêmicos e da modernização administrativa da UFOB, por meio da gestão por processos e gestão de projetos, em consonância com os princípios e as estratégias organizacionais, visando dar suporte às áreas finalísticas e de apoio.

Segundo o site oficial da UFOB, como parte dos seus objetivos, a PROPLAN deve:

- Coordenar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico da Universidade;
- Elaborar e acompanhar a proposta orçamentária;
- Elaborar e coordenar o planejamento de infraestrutura física;
- Elaborar e gerir o Plano de Logística Sustentável - PLS;
- Promover a melhoria da eficiência organizacional, por meio da gestão por processos, em parceria com demais áreas da Universidade, visando ao alcance da eficácia;
- Realizar a gestão dos convênios e contratos acadêmicos;
- Promover a transparência pública e prestação de contas, por meio de Relatório de Gestão, painéis de transparência
- Colaborar com as demais instâncias institucionais no desenvolvimento de projetos, programas e ações relacionados às atividades inerentes às áreas de competência;
- Atender as demandas dos órgãos de fiscalização e de controle.

A Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional é o órgão responsável pelo planejamento institucional, com foco na gestão da estratégia, do orçamento, da modernização administrativa, da infraestrutura física, da gestão ambiental e das parcerias institucionais de natureza acadêmica.

Pela Diretoria de Estudos Estratégicos, por meio da Coordenadoria de Gestão Estratégica, compete à PROPLAN assessorar o Diretor de Estudos Estratégicos e o Pró-Reitor na elaboração dos estudos e pareceres referentes aos processos em tramitação no Conselho Universitário e Câmaras Assessoras; Coordenar a elaboração, execução, monitoramento e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Planejamento Estratégico; e planejar, discutir e elaborar políticas de desenvolvimento institucional para submissão ao Conselho Universitário.

Além disso, deve elaborar, analisar e monitorar convênios e contratos acadêmicos da universidade; elaborar a prestação de contas de convênios e de contratos acadêmicos celebrados pela universidade, em matéria de sua competência; prestar contas das informações

da universidade, por meio do Relatório de Gestão, aos órgãos de controle, assessorar e orientar as unidades da universidade sobre os métodos e técnicas de planejamento e gestão.

Em relação à Coordenadoria de Planejamento Orçamentário, compete acompanhar a implementação e solicitar alteração, quando necessária, as diretrizes e as taxas relativas à prestação de serviços realizados pela universidade, observada a legislação vigente e assessorar o Diretor de Estudos Estratégicos e o Pró-Reitor na elaboração dos estudos e dos pareceres referentes aos processos em tramitação no Conselho Universitário e Câmaras Assessoras.

Também deve realizar a elaboração das previsões orçamentárias da Instituição, no que tange ao dimensionamento das necessidades de custeio e investimento, elaborar propostas referentes ao planejamento anual, diretrizes orçamentárias e Relatório de Gestão e monitorar a execução orçamentária, sugerindo adequação quando necessário.

No que diz respeito à Diretoria de Desenvolvimento Físico, por meio da Coordenadoria de Projetos e Meio Ambiente, compete à PROPLAN planejar, coordenar, organizar, orientar, apoiar e avaliar a política ambiental da universidade, incluindo ações relativas à gestão de resíduos, eficiência energética, uso das águas, ocupação do espaço físico e conservação da biodiversidade em seus campi e realizar diagnósticos que subsidiem a sustentabilidade ambiental da universidade.

É de sua responsabilidade a criação de ações que promovam a sustentabilidade ambiental da universidade; elaborar manual de procedimentos para as ações relacionadas à conservação e manutenção das áreas verdes e coordenar a gestão institucional de resíduos.

A Coordenadoria de Planejamento Físico da PROPLAN compete planejar, monitorar e avaliar a infraestrutura física da universidade, propondo as adequações, quando necessário. Além disso, deve elaborar projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo; elaborar planejamentos e orçamentos de obras e serviços de infraestrutura; elaborar inspeções, pareceres e laudos técnicos. Assim, deve apoiar a implantação dos planos diretores da universidade e promover a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de obras e serviços de infraestrutura.

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é o órgão responsável por orientar, supervisionar, coordenar, administrar e executar as ações relacionadas à gestão de pessoas. O órgão foi criado em 8 de dezembro de 2016, a partir da Portaria 583/2016 do Gabinete da Reitoria da UFOB, como um órgão vinculado diretamente à Reitoria. Dentre as principais atribuições do órgão estão o desenvolvimento das políticas de gestão de pessoas, gerenciamento e execução da folha de pagamento de pessoal, provimento de novos cargos, orientações aos

servidores, além de planejamento de ações de desenvolvimento e qualidade de vida aos servidores.

A PROGEP responde institucionalmente como órgão seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). Dentre suas atribuições, podemos citar: coordenar e implementar ações que possibilitem o registro e acompanhamento da vida funcional dos servidores; planejar, discutir e elaborar políticas de pessoal para submissão ao Conselho Universitário; coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas a contratos de trabalho; propor e elaborar atos e examinar processos e procedimentos relacionados à aplicação e ao cumprimento da legislação de pessoal vigente; além de elaborar relatórios gerenciais sobre o quadro de pessoal e gerir, orientar e atestar a emissão de certificados digitais.

Já em relação à Coordenadoria de Normas e Desenvolvimento, compete orientar e assessorar dirigentes e chefias na gestão de pessoas nas questões relacionadas à atuação da coordenadoria, realizar estudos e diagnósticos acerca da necessidade de capacitação de integrantes do quadro de servidores; propor e examinar contratos e convênios com entidades públicas e privadas para fins de capacitação de servidores e implementar políticas e aplicar métodos e instrumentos de gestão e avaliação de desempenho, acompanhamento funcional e desenvolvimento de carreira.

Compete, por meio da Coordenadoria de Benefícios e Qualidade de Vida, coordenar a elaboração, monitorar a execução e revisar, quando necessário, a política institucional de qualidade de vida; realizar e coordenar diagnósticos que subsidiem o aprimoramento da gestão de pessoas; orientar dirigentes, chefias e servidores em licenças por motivo de saúde e acompanhamento de pessoa da família em tratamento de saúde.

Também é de responsabilidade elaborar e executar programas que contribuam para a promoção do bem-estar e satisfação dos servidores, observada a política institucional de qualidade de vida e gerenciar convênios e contratos de administradoras de benefícios, planos de saúde e fomentar práticas de prevenção e controle dos agravos à saúde do trabalhador.

Quanto à Coordenadoria de Recrutamento e Seleção, a PROGEP deve executar a política de recursos humanos no que se refere às áreas de recrutamento, seleção, alocação e movimentação de pessoal; gerir a realização de concursos públicos de provas e títulos da carreira Técnico Administrativo em Educação – TAE; executar contratação de pessoal efetivo.

Perfazem a contratação de pessoal temporário, conforme disposto na legislação federal, como também administra a lista dos candidatos aprovados em concursos públicos na UFOB, bem como orienta os servidores no que diz respeito aos atos de nomeação e seus direitos e deveres.

Por meio da Coordenadoria de Controle de Pagamento de Pessoal, suas atribuições são elaborar cálculos, lançar valores e controlar os registros de rendimentos e descontos remuneratórios nos sistemas informatizados, disponibilizados pelos Ministérios e pela UFOB, relativos a progressões, promoções e incentivos, substituição eventual de ocupantes de cargos e funções, provimentos e encerramentos de vínculo, remuneração retroativa referente aos servidores ativos do quadro efetivo, temporário e bolsas de estagiários, conforme o caso; enviar, nos prazos legais, a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) relativa aos contratos de professores substitutos e ocupantes de cargos de direção em vínculo com a UFOB; dar publicidade mensal ao cronograma da folha de pagamento da UFOB.

Também calcula e envia as solicitações de ressarcimento das remunerações pagas pela UFOB por cessão de servidores a outros órgãos ou entidades, acompanham a homologação da folha de pagamento da UFOB e enviam anualmente, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF).

A Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) é o órgão responsável pelo planejamento, pelo desenvolvimento, pela aquisição, pela manutenção e pelo controle de recursos, de bens e serviços de tecnologia da informação e da comunicação da universidade. Através da Coordenadoria de Governança e Atendimento, deve gerir a implementação das atividades de tecnologia da informação e comunicação, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no PDTIC; realizar diagnósticos visando identificar as áreas estratégicas institucionais de negócios que podem ser beneficiadas com soluções de tecnologia da informação e comunicação.

Além de orientar e implementar boas práticas de gerenciamento de projetos, desenvolvimento e controle de metodologias e padrões de gestão envolvendo o uso de tecnologias de informação e comunicação; deve também orientar os setores quanto à adoção de tecnologias de informação e comunicação no planejamento e realização de metas, programas e projetos.

Deve propor normas, procedimentos e padrões para a utilização dos recursos computacionais, promovendo ações de divulgação da disponibilidade de serviços, de utilização de recursos, de orientações de uso e de suas políticas de atendimento; e planejar, executar e avaliar, com o apoio das demais coordenadorias, atividades de capacitação para os usuários de tecnologia da informação e comunicação.

Quanto à Coordenadoria de Infraestrutura e Segurança, compete gerenciar a infraestrutura de redes de dados e sistemas de comunicação, compreendendo as atividades de prospecção, planejamento, projeto, administração, auditoria, supervisão do funcionamento e

manutenção bem como o gerenciamento também dos equipamentos de armazenamento e processamento de dados, compreendendo atividades de projeto, de planejamento, de coordenação e de supervisão do funcionamento e da eficiência dos equipamentos.

A PROTIC deve planejar e administrar o serviço de cópia de segurança (*backup*) dos dados e dos sistemas institucionais; supervisionar o cumprimento da política de segurança da informação; e gerenciar riscos e responder aos incidentes de segurança da informação no contexto das redes de dados e sistemas de comunicação.

Por meio da Coordenadoria de Sistemas de Informação deve definir, aprimorar, planejar, coordenar, executar, avaliar e implementar as diretrizes e as metodologias de desenvolvimento de sistemas de informação. Gestão das políticas de uso e de armazenamento dos dados institucionais, garantindo seu controle, sua segurança e sua integração entre os diversos sistemas e proceder a manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas de informação.

A Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROAE) é o órgão responsável por planejar, fomentar, coordenar e avaliar as Políticas de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis, em articulação com os demais setores e Unidades Universitárias da universidade. À PROAE compete, pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis por meio da Coordenadoria de Políticas de Assistência Estudantil: elaborar ações voltadas para a melhoria da qualidade da permanência dos estudantes na universidade, com vistas ao êxito acadêmico e alcance da diplomação, propor critérios para concessão e renovação de auxílios e bolsas nos processos seletivos que envolvam análise e avaliação de situação socioeconômica e acadêmica dos estudantes, em consonância com a política institucional de permanência e a legislação vigente e gerir o cadastro dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Sendo assim, deve implementar estratégias de apoio à permanência do estudante em condição de vulnerabilidade socioeconômica, com o intuito de reduzir os índices de retenção e de evasão; acompanhar a trajetória acadêmica dos estudantes atendidos pelos programas, projetos e ações da Assistência Estudantil por meio de seus núcleos gestores. Deve ainda, propor estratégias voltadas à ampliação das possibilidades de participação dos estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão, coordenar a execução de projetos e ações voltados para o acompanhamento pedagógico, social, psicológico, no âmbito da Assistência Estudantil da UFOB e também promover o acolhimento aos estudantes ingressantes em articulação com os demais setores da universidade.

Também é de sua responsabilidade promover a otimização no uso de recursos alocados na Assistência Estudantil, gerenciar a aplicação dos recursos destinados aos

programas, projetos e ações voltados para a Política de Assistência Estudantil e coordenar processos de seleção para ingresso nos programas de permanência estudantil.

Já no que diz respeito à sua competência, por meio da Coordenadoria de Políticas de Ação Afirmativa, deve: subsidiar a Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis com estudos e relatórios que viabilizem a articulação com os demais órgãos de gestão na elaboração de projetos voltados para a promoção de ações afirmativas; colaborar com os *campi* na elaboração de projetos voltados para a promoção do bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes.

Dessa forma, deve promover e apoiar, em articulação com os demais setores institucionais, projetos e ações culturais e promover ações regulares de combate às discriminações étnicas, raciais, religiosas, socioeconômicas, de orientação sexual, gênero e discriminação a pessoas com deficiência.

Importa ressaltar que é de sua atribuição fomentar o reconhecimento da identidade regional e cultural de grupos minoritários e sua participação no processo político e educacional; e acolher e incentivar a realização de programas, projetos para promoção de uma ambiência acadêmica de valorização e respeito à diversidade cultural das comunidades tradicionais da região oeste da Bahia, como as ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas entre outras.

Compete ainda elaborar, coordenar e apoiar a implementação de programas de inclusão e de acessibilidade de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e redução de mobilidade; e desenvolver, coordenar e/ou apoiar projetos e ações que possibilitem e ampliem as condições de participação de estudantes com deficiência nas atividades culturais, esportivas e de lazer em articulação com o Núcleo de Acessibilidade e inclusão.

Portanto, deve ainda avaliar a efetividade das políticas de ação afirmativa que tratam de ingresso e permanência de estudantes dentro de uma perspectiva de equidade, bem como favorecer condições de incentivo e apoio para o desenvolvimento de programas de estudo, pesquisa e extensão que adotem políticas de ação afirmativa.

Finalmente, podemos encerrar a explicação de todos os detalhes organizacionais da UFOB observando que eventos significativos, incluindo a conclusão do PDI 2019–2023, ocorreram em 2019. Outro evento significativo foi a escolha pela comunidade da UFOB de seu primeiro Reitorado, que de acordo com os requisitos legais (Lei nº 9393/1996 e Decreto nº 1916/1996) substituiu à gestão *pro tempore* (2013-2019). A formação da lista tríplice ocorreu no mês de junho no nível do conselho universitário. O Professor Jacques Antônio de Miranda foi nomeado pela Presidência da República Federativa do Brasil, por meio do Ministério da

Educação, para exercer o cargo de Reitor da Universidade por um período de quatro anos (Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado em 18 de setembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União). O professor Jacques Antônio de Miranda nomeou o professor Antônio Oliveira de Souza como seu vice-reitor em 1º de outubro de 2019 (Portaria 217/2019).

Convém enfatizar que este estudo utilizou, para sua análise, o recorte temporal 2013-2019, abrangendo desde a criação da UFOB até o final da primeira gestão (*pro tempore*), que ocorre com a eleição de um novo Reitor. Como resultado, a análise usou esse período para examinar o esporte universitário dentro do desenvolvimento administrativo e organizacional dessa nova universidade em processo de construção.

4.2 O esporte universitário na UFOB

Para construir e implantar uma nova universidade no interior da Bahia, é preciso estabelecer prioridades, mas também abranger uma ampla gama de temas. Por isso, é fundamental que a comunidade universitária assuma a criação de várias políticas que irão refletir em todas as universidades. Dentre essas políticas universitárias, está a preocupação com o esporte no âmbito acadêmico desde a fundação da instituição. Diante disso, o campus de Barreiras da UFBA já vinha desenvolvendo práticas de esportes organizadas pelos discentes sob a gestão da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE da UFBA. Dessa forma, pode-se dizer que a UFBA influenciou a universidade por ela tutelada a criar uma política esportiva universitária para toda a comunidade, uma vez que essas práticas esportivas foram inicialmente implementadas por discentes, que continuaram a desenvolvê-las, mas agora como UFOB.

A UFOB tem uma nova proposta de estrutura e gestão que inova sua estrutura institucional ao levar em consideração o contexto do oeste da Bahia, identifica seus indicadores socioeconômicos e educacionais e visa comprovar a responsabilidade desta universidade como força motriz por trás da transformação da região. Isso permite que a instituição se enraíze na realidade social existente na área em que atua, permitindo-lhe reconhecer a importância das ações afirmativas para os estudantes do interior do estado. Muitos desses alunos nunca tiveram a oportunidade de entrar em uma universidade, e os poucos que ingressam não conseguem permanecer, porque as universidades federais, historicamente, só se localizavam nas grandes cidades, excluindo assim os alunos do interior, principalmente os das zonas rurais, quilombolas e indígenas.

Isso resulta em uma construção contínua da universidade de 2013 a 2019, principalmente em termos de acesso e expansão, ao mesmo tempo, em que dá mais ênfase à

implementação de políticas de ações afirmativas com abrangência mais ampla, principalmente por meio do uso de recursos do PNAES, para aumentar as condições para a permanência dos discentes. Em suma, a UFOB se institui alinhada com os objetivos do PNAES²³, os quais são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Todos esses objetivos elencados são visíveis nos documentos oficiais construídos ao longo da gestão *pro tempore* da UFOB. Esses documentos trazem princípios das ações desenvolvidas por toda a gestão, por esse motivo que se destaca como diferencial. Outro fato importante a se evidenciar, já estabelecido na criação das Pró-reitorias, foi a incumbência do desenvolvimento das políticas esportivas, atribuída à PROEC, com o apoio da PROGRAF. Partindo desse princípio e atribuição, podemos focar a atenção no esporte da UFOB, que, a despeito dos percalços constituintes, vislumbra a garantia do acesso ao esporte e lazer à comunidade universitária.

4.2.1 A incorporação do esporte universitário na estruturação da UFOB

Como já mencionado, o esporte na UFOB inicialmente é herdado das ações construídas pela UFBA em seu Campus em Barreiras. É possível afirmar que essas práticas esportivas hereditárias da UFBA vieram de uma política esportiva universitária já consolidada que usava recursos próprios e do PNAES. No entanto, a UFOB iniciou os primeiros passos para pensar e planejar a incorporação deste tema à sua organização diante dos desafios que compõem o ambiente de uma nova universidade.

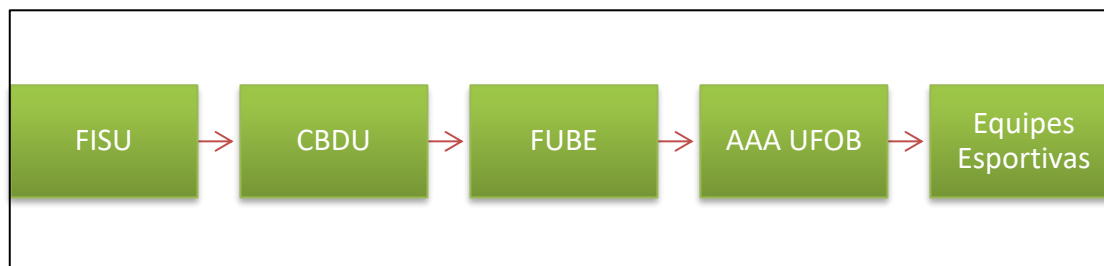
Outro fator elogiável a ser destacado é que o corpo discente advindo da UFBA contribuiu para a manutenção da cultura esportiva dentro da UFOB. Essas ações estudantis vão ao encontro do desenvolvimento do esporte universitário ao longo da história. Segundo Barbosa (2017) e Starepravo (2006), alunos que representavam a sociedade desenvolviam o esporte universitário em universidades em todo o mundo.

Com base nessas primeiras contribuições, observa-se que o esporte na UFOB utiliza como parâmetro o formato do sistema nacional de esporte universitário. Nota-se o compartilhamento da mesma estrutura organizacional de outros esportes representativos,

²³ Os objetivos estão disponíveis no Decreto N° 7.234 de 19 de jul. de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

inicialmente organizado pelo Estado e, posteriormente, atribuído às entidades representantes do esporte de rendimento, que passam a organizá-lo e realizar sua gestão.

Figura 11 – Estrutura do esporte de representação na UFOB



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 11 evidencia a existência de uma hierarquização da estrutura do esporte de representação/rendimento no sistema organizacional da UFOB. Tendo a Federação Internacional de Esporte Universitário – FISU como representante mundial, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU a nível nacional, a Federação Universitária Baiana de Esportes – FUBE como representante estadual, as Associações Atlética Acadêmica da Universidade Federal do Oeste da Bahia – AAAUFOB ou Atlética da UFOB e as Equipes Esportivas, representadas por cada modalidade esportiva.

É preciso recordar que a gestão da UFOB, em 2013, estava sob a tutela da UFBA, sendo que a PROAE/UFBA realizou todas as ações de esporte e lazer neste ano, em todos os *campi* da UFBA. Neste mesmo ano, houve a participação do campus de Barreiras da UFBA nos Jogos Universitário da Bahia – JUBA, evento no qual foram registrados resultados vitoriosos de algumas equipes esportivas. Todavia, conforme apresentado anteriormente, em agosto de 2013 a UFOB é implantada, logo após é realiza a criação da PROEC, que recebe a atribuição e a responsabilidade de gerir as atividades relacionadas ao esporte na universidade. A PROEC é criada no ato de nomeação de seu gestor, através da Portaria n.º 22, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU página 21, seção 2 de 08/10/2013. Essa Pró-reitoria com seu primeiro gestor terá a missão de colaborar com a sua própria implantação e organização.

Nesse processo de transição, ainda com recursos financeiros e apoio da gestão da UFBA, os atletas do campus de Barreiras foram vitoriosos no JUBA, onde se classificaram para os Jogos Universitários Brasileiros – JUBS de 2013, nas modalidades de vôlei de areia masculino e baquete feminino, participaram do JUBS representando o estado da Bahia e a recém-criada universidade, a UFOB. A Figura 12 mostra atletas do basquete feminino da UFOB

no pódio, recebendo as medalhas da conquista do 3º lugar nos JUBS em 2013 na cidade de Goiânia.

Figura 12 – Equipe de basquete feminino UFOB – JUBS 2013



Fonte: PROEC/UFOB

Após essa conquista, em 2013, a UFOB, em 2014, passa a realizar sua gestão pela PROEC, levando sempre em consideração a ajuda de sua universidade tutora. Por essas informações é possível compreender que a configuração da PROEC foi estabelecida pela organização dos órgãos gestores recém-criados, que estabeleceram suas responsabilidades e atribuições, mas sem nenhum documento oficial constituindo suas diretrizes, bem diferente da sua universidade tutora, que alocava na assistência estudantil a pasta de esporte. As responsabilidades e atribuições da PROEC podem ser observadas através do posicionamento dos gestores:

(1)²⁴ As responsabilidades e atribuições são viabilizar as políticas de Extensão e Cultura, no caso da UFOB também de esporte, na universidade, mas também na relação com as comunidades. Então o trabalho era basicamente fazer com que a Extensão, a Cultura e o Esporte, acontecessem internamente, mas também na relação com as comunidades do entorno da universidade, considerando que a nossa universidade é *multicampi*. (Gestor B).

(2) A PROEC realizava o desenvolvimento de projetos e atividades voltados para a comunidade, tanto no âmbito da cultura, como no âmbito do esporte, no âmbito da saúde. Então, alguns projetos são interessantes, como a Universidade da Maturidade, a gente teve a possibilidade de trazer elementos como atividade física, esportes,

²⁴ As entrevistas foram numeradas com vistas a facilitar sua localização e seu conteúdo. Os gestores foram divididos em A, B, C e D para preservar a identidade dos entrevistados.

alongamento e a importância do estilo de vida ativo. A gente também pôde fomentar, junto aos estudantes, a participação em jogos e eventos federados da Confederação Brasileira de Desporto Universitário, como foi os Jogos Universitários da Bahia, que aconteceu em 2019, e os Jogos Universitários Brasileiros, também, que aconteceu em 2019, sediado aqui na Bahia, ambos sediados aqui na Bahia. (Gestor D).

Baseado nos relatos dos gestores, podemos depreender quais atribuições e responsabilidades foram estipuladas para a PROEC, em 2013, e sua correspondência com as competências de atuação, conforme os documentos oficiais analisados. Contudo, cabe ressaltar que esses documentos foram construídos ao longo dos anos da gestão *pro tempore*. O trabalho dessa Pró-reitoria foi estabelecido, inicialmente, pela Reitoria da universidade, pois na data de sua criação não existiam diretrizes que regulamentavam sua atuação e abrangência, motivo pelo qual observa-se certa autonomia na gestão do Pró-reitor, que dentre outras competências, assumiu o gerenciamento do esporte universitário.

Dentre outras atividades e conforme citações dos gestores acima, existiram as atividades de esporte e lazer para comunidade através de projetos de extensão, como, por exemplo, a Universidade da Maturidade. Dessa maneira, compete à PROEC promover, coordenar e fomentar a prática esportiva da universidade, por meio de programas, projetos, cursos e eventos, além da prestação de outros serviços.

Para além dessas ações, ocorreram também participações dos discentes no JUBA e no JUBS com apoio da instituição e com a organização da PROEC. Por essas ações pode se perceber que o esporte na UFOB foi inserido em mais de uma dimensão no meio universitário, levando em consideração as dimensões esportivas propostas por Tubino (2010) e a Lei Pelé (esporte educacional, esporte de rendimento e esporte de participação). Observa-se o atendimento destas manifestações, por exemplo, no esporte de representação dos jogos estudantis oficiais, bem como no ensinamento de modalidades esportivas e nas práticas de esporte como forma de lazer em projetos de extensão.

As participações discentes no JUBA e JUBS com apoio institucional ocorreram graças à organização do PROEC. A partir deste exemplo, percebe-se que a dimensão dos esportes representativos, que incluía a participação de alunos/atletas em competições oficiais, foi a que predominou e recebeu maior atenção. Essa ênfase na prioridade guarda paralelos com o financiamento público da política esportiva nacional, que tem priorizado o investimento no esporte de alto rendimento e na participação e na realização de eventos esportivos (MASCARENHAS, 2016; ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015; TEIXEIRA *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva é preciso lembrar que a PROEC tem, como propósito, promover a plena integração entre a universidade e a sociedade, por meio de uma relação transformadora balizada na produção, socialização, registro e difusão de saberes e práticas de cunho social, cultural, científico, esportivo, ambiental e tecnológico (Relatório de Gestão UFOB 2016). A estrutura da PROEC foi pensada com o intuito de atender, através das distintas coordenações, as diversas atribuições relacionadas às ações extensionistas, às atividades artísticas e culturais, bem como à prática esportiva (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2015). É através dessa Pró-reitoria que existe o contato com as entidades do sistema esportivo universitário de representação, para que os estudantes possam representar a universidade em jogos oficiais dessas entidades.

Como gestora do desporto na UFOB, “a PROEC desenvolve ações em três eixos: extensão universitária, cultura e desporto” (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2017, p. 175). Além disso, é também responsável pelas ações de gestão administrativa financeira, no que se refere a abertura de editais de financiamento, de projetos e de concessão de bolsas. Estruturalmente é constituída pelas coordenações: Coordenação de Programas e Projetos; Coordenação de Cultura e Arte; Coordenação de Registro, Memória e Avaliação. No tocante ao esporte, as atividades são desenvolvidas pela Coordenação de Programas e Projetos e Coordenação de Registro, Memória e Avaliação (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2015).

A estrutura organizacional responsável pelo esporte na PROEC circunscreve o esporte a uma secretaria, após os gestores não conseguirem profissionais da área de educação física para assumir a Coordenação de Esporte, quando foi criada a Pró-reitoria. Isso é mencionado nas entrevistas por alguns dos gestores, uma vez indagados sobre a estrutura organizacional da PROEC.

(3) Na estrutura organizacional da Pró-reitoria, existia a figura do pró-reitor, e mais quatro coordenações, essas coordenações, cada uma delas voltadas para uma área, uma de Extensão, uma de Cultura, uma de Esporte e uma quarta que era para viabilizar programas e projetos. E numa reforma que fizemos, a coordenadoria de Esporte foi extinta, porque a gente não conseguiu preencher a vaga, não tínhamos profissional, que acabou chegando depois, eu não sei se eu vou ter a oportunidade de falar um pouco dessa história, mas enfim, não tínhamos esse profissional e a gente agregou o esporte em uma coordenação na forma de uma espécie de secretaria, eu não me lembro o nome na época, mas era uma espécie de secretaria. (Gestor B).

(4) Então, existia ali uma coordenadoria de registro, de projetos de extensão, que trabalhava com todos os projetos de extensão, e uma coordenadoria de cultura, que trazia toda essa questão dos eventos. E o profissional técnico esportivo, como ele chegou em 2018 a 2019, ele ficava mais diretamente ligado à própria Pró-reitoria, para o desenvolvimento de ações. Então, conseguiu movimentar bem, como campeonato de xadrez, que aconteceu em Barreiras e região. A tentávamos fazer muito essa interlocução, Pró-reitoria e município, Pró-reitoria e outros campi, e envolvendo principalmente as representações estudantis. Então, era uma gestão muito próxima da

Pró-reitoria, porque não existia ainda essa estrutura de cargos voltado para a área esportiva. Na verdade, a gente veio avançar muito agora, em 2022, com a aprovação da política, a política de assistência estudantil, a política de permanência, que traz alguns elementos importantes, inclusive a previsão de um programa voltado para atividade física, esporte e lazer. E isso já foi um avanço muito grande, porque agora, institucionalmente, a gente tem uma resolução que prevê um programa voltado especificamente para esporte e lazer. (Gestor D).

Segundo a administração, a falta de profissionais constituía um grande entrave para o desenvolvimento da política esportiva institucional, pois, apesar de existir a coordenação, não havia ninguém da área funcional da instituição que pudesse ajudar na construção da política. Mais tarde, em 2018 ou 2019, entra um profissional de educação física para gerir e desenvolver a política esportiva da universidade. Com sua chegada, percebeu-se o maior desenvolvimento nas atividades de manifestação do esporte universitário, tais como as de rendimento, de participação e de educação, sendo na maior parte exercidas e organizadas pelos discentes. Logo, há uma notável expansão das ações de esporte na comunidade universitária e para a sociedade civil local.

A estruturação da gestão dos serviços públicos federais de educação apresenta diversos desafios, principalmente quando se trata da criação de uma nova universidade, que, na construção dessa administração, deve considerar as especificidades e as particularidades locais e regionais que são diagnosticadas antes da implantação, para que a nova instituição de ensino atenda de forma eficiente e produtiva seu território.

Isso se faz necessário porque, no caso específico deste estudo, a UFOB, estamos falando de uma universidade construída a partir de um campus da UFBA, instituição já consolidada. Pensar em um plano estratégico futuro e, ao mesmo tempo, gerenciar o que foi implementado é essencial. Portanto, além de trazer novas características e especificidades regionais, é sempre bom levar em consideração as características de gestão da universidade tutora. Isso ocorre principalmente porque os administradores, os professores e os técnicos que compõem a nova universidade também são ex-funcionários da instituição tutora, que trouxeram consigo suas experiências profissionais e as contribuições significativas para a universidade tutelada.

Preliminarmente, pode-se inferir da análise dos documentos oficiais da UFOB, que alguns processos de gestão da UFBA foram absorvidos, notadamente pela reitora *pro tempore* ser dar instituição. No entanto, durante a análise, descobriu-se que o contexto regional e o perfil institucional da UFOB tiveram impacto na forma como se organizou e como foram realizados os seus processos de gestão, principalmente por se tratar de uma universidade *multicampi* com diversidade de contextos sociais, econômicos e culturais.

Para desenvolver uma política de nível universitário, que atenda a um território, é essencial levar em conta uma variedade de fatores, incluindo a localização geográfica da região, situação socioeconômica e diversidade cultural. Esses fatores, por si só, deram à administração e à política da universidade características institucionais distintas que influenciaram a formulação de seus documentos oficiais, bem como sua missão, visão e valores.

Na época de sua criação, a UFOB já estava inserida no interior do estado e ainda mais interiorizada por seus quatro *campi*. Essa característica foi peculiar ao processo de criação de novas universidades admitidas pelo Reuni, que atingiu os objetivos do programa. A UFOB, por si só, é a concretização dos objetivos traçados pelo Reuni, juntamente com outras universidades fundadas com o intuito de se localizarem no interior dos estados. Outro diferencial dessas universidades, que as diferenciam de suas universidades mentoras, é sua estrutura *multicampi*. Somente em 2006, após mais de 60 anos de sua fundação, a UFBA deu uma contribuição para o fortalecimento do ensino superior público no interior da Bahia, ao estabelecer dois *campi* universitários: o Campus Anísio Teixeira em Vitória da Conquista e o Campus Reitor Edgard Santos em Barreiras (RELATÓRIO DE GESTÃO UFBA, 2006²⁵).

A construção da UFOB com estrutura *multicampi*, possuiu inúmeros desafios que foram sendo conquistados ao longo do tempo. A decisão de criar uma universidade *multicampi* foi inédita para o estado e trouxe consigo novas demandas e desafios, mas, ao mesmo tempo, possibilitou uma integração institucional alinhada aos objetivos traçados para esse novo tipo de universidade (SANTOS, 2017).

Aos poucos, a forma *multicampi*, além de apresentar-se como a melhor para atendimento aos objetivos propostos pelo governo, coaduna-se com as circunstâncias estaduais, permitindo a economia de meios. Sem o modelo *multicampi*, tem-se uma duplicação de serviços com várias reitorias ou a não aconselhável faculdade isolada (BOAVENTURA, 2009, p. 55).

Os desafios da UFOB são imensos, porque a universidade já foi criada com expansão *multicampi* e ainda esses *campi* não estão localizados perto da sede da Reitoria. Assim, a gestão evolui para um complicado processo de expansão universitária por áreas, que vai atender 80 municípios. Como resultado, foi construída uma gestão para supervisionar e contratar todo o corpo técnico, acadêmico e de pesquisa necessários para essas cinco áreas de expansão, bem como para elaborar os documentos oficiais de competências e atribuições da

²⁵ Relatório de Gestão UFBA 2006. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202006.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

gestão, de ensino, pesquisa e extensão. É importante mencionar que vários desses processos ocorreram concomitantemente durante todo o período da gestão *pro tempore*.

Em meio a todos esses processos, nosso objetivo é, primeiramente, compreender como o esporte foi incorporado às políticas institucionais da UFOB, conforme descrito no tópico anterior. Em seguida, realizamos uma análise de gestão e financiamento a partir de documentos produzidos entre 2013 e 2019. Em particular, utilizamos como fontes primárias de informação os relatórios de gestão e as entrevistas com os gestores. Por meio dessas análises, podemos determinar como a política da universidade sobre assistência estudantil interagiu com o esporte universitário.

Inicialmente é preciso lembrar que a UFOB é uma instituição educacional pública federal, por esse motivo recebe investimento do governo federal, e especificamente é advinda do programa Reuni. Por ser uma instituição pública ela utiliza dos Relatório de Gestão como forma transparência das ações desenvolvidas. Esse documento constitui em um importante instrumento do processo de prestação de contas a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988, que visa apresentar aos órgãos de controle, à comunidade universitária e à sociedade a aplicação dos recursos públicos recebidos para o seu desenvolvimento (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2017).

Pudemos conhecer alguns dos avanços que a UFOB tem promovido na aplicação de recursos públicos com a política esportiva universitária, colocados à disposição da comunidade universitária e da sociedade. Para uma melhor abordagem e compreensão das análises, saiba que os relatórios contêm ações referentes a cada ano, em particular, será realizada uma análise dos relatórios de gestão da UFOB de 2014 a 2019 e da UFBA de 2013.

Para iniciarmos a discussão, é válido entendermos como o esporte se apresenta na implantação da UFOB, bem como foi pensado sua promoção e como os administradores viam esse tema em seus processos gerenciais. Na fala dos gestores pode ser ver como foi modelado na sua implantação:

(5) Então, aí a gente não tem, de fato, uma definição direta do setor. Posso te falar, por exemplo, com relação à reitoria em si. Como a gente chama de implantação ou *pro tempore*, por aí, o que ela demarca? Você não tem a definição da estrutura organizacional ainda em gestão. Então, um dos papéis da gestão *pro tempore*, por aí, é elaborar a proposta do estatuto e do regimento geral da universidade. Estes vão regulamentar a estrutura organizacional, mas não do ponto de vista da política, das políticas institucionais. Então no caso, por exemplo, da UFOB, houve uma preocupação desde o início para que a gente pudesse, de certa forma, prestigiar o desenvolvimento de atividades de desporto. Então, associada à pró-reitoria de extensão, foi estabelecido uma relação direta de que nós poderíamos ali, naquele setor, tanto incentivar quanto implementar ações que pudessem estar associadas às práticas esportivas. Da mesma forma, havia a possibilidade de ter a previsão de políticas voltadas para o esporte vinculadas ao PNAES. A grande diferença é que, quando ela é vinculada ao PNAES, ela só pode atingir estudantes que façam parte daquele recorte

institucional que apresenta uma vulnerabilidade socioeconômica vinculada às questões de renda. Então no caso, especificamente, a UFOB, não houve uma separação. Hoje, por exemplo, a gente já começa a pensar na construção da política. Até 2019, você não tem política institucional instituída. A política institucional só foi aprovada, nós fizemos a proposta agora, mais recente, então ela só surge no ano de 2022, que é quando a gente trata a política de assistência estudantil para além do PNAES. Então a gente a tem como um dos programas, o PNAES é um dos programas, e dentro a gente institui também outras políticas. A gente tem a política de suporte hoje definida, mas ela é uma política bem recente, foi aprovada já agora na gestão eleita, não fez parte da construção da gestão *pro tempore*. (Gestor C).

(6) A Pró-reitoria em si, ela enxergava o esporte como um elemento essencial. Para a integração do estudante, para a vivência universitária, para o aspecto de saúde: saúde emocional, saúde física. Então, assim, eu percebia muito isso por parte da Pró-reitoria. A gestão como um todo. Não sei se por conta de outras prioridades, isso não era muito perceptível, a gente não tem uma infraestrutura, para a prática esportiva na Universidade. Não foi prioridade uma criação de espaços, de equipamentos esportivos, então a gente ainda tem muito essa limitação. Mas aqui na Universidade tem uma coisa que eu acho muito interessante, que é a movimentação estudantil. Os estudantes, eles são muito engajados na área do esporte. Eles se auto-organizam, por meio das representações, das atléticas e isso acaba ressoando muito forte. Então, pensando ao nível de gestão, e considerando esse período de 2013 a 2019, eu vejo muita carência. Assim, a área esportiva, ela precisava ser melhor fomentada. Muito embora existia uma boa vontade da Pró-reitoria, um interesse. Mas a gestão como um todo, eu ainda acho que não entrou como prioridade. Mas havia um movimento muito forte, que vinha por meio das organizações estudantis. As associações atléticas, a própria representação discente, que movimentavam o esporte. Eles faziam movimentos na cidade, na Universidade, realizavam Jogos intercurso, jogos inter-instituições. E isso acabava fomentando o esporte e mostrando, de fato, uma presença muito grande do esporte na Universidade. Mas não há princípio partindo da gestão. Partindo muito do interesse dos próprios estudantes. (Gestor D).

(7) Nós contamos com a iniciativa estudantil da criação das atléticas, isso ajudou demais, porque os estudantes tinham a iniciativa dos projetos e na medida do possível a gente apoiava, mas como não havia recursos que eram destinados especificamente para o desenvolvimento da política de esporte, a gente em geral não conseguia alcançar as metas mínimas para o desenvolvimento do esporte. Para que a gente agia? Muito mais a partir de uma demanda que era criada pela comunidade, primeiro a comunidade externa, ela demandava muito a aproximação com a universidade e a demanda estudantil. Infelizmente a gente não conseguiu desenvolver uma política de esporte porque a gente não tinha espaço para o desenvolvimento da prática esportiva, a gente não tinha recurso para o desenvolvimento da prática esportiva e a gente não tinha pessoal qualificado para desenvolver a política de esporte. Então era muito assim de forma espontânea, a gente ia reagindo às demandas externas que nos eram trazidas. De alguma maneira a gente não conseguiu priorizar o esporte por conta da necessidade de fomentar a extensão principalmente, enfim, era o carro-chefe da Pró-reitoria, então numa primeira gestão você tem que estruturar, você tem que criar as condições e nesse aspecto o esporte infelizmente foi ficando despostigado. Focalizado. Então, a chegada desse profissional, houve uma melhora no processo de sistematização das atividades, mas infelizmente a falta de recursos fez com que a gente se mantivesse no problema de não conseguir atingir as metas. Aí o que a gente fazia? A gente fomentava as atividades através da aquisição de material esportivo, aquisição de medalhas, de troféus, a gente tentou loucamente conseguir uniformes para criar seleções. O profissional de educação física treinou alguns grupos de handball, não me lembro se vôlei, mas enfim, alguns esportes ele treinou para formação de seleções e no final a gente acabava sempre criando a demanda para as atléticas. Forneçam os atletas para a gente, porque infelizmente a gente não conseguiu sistematizar a contento. Mas algumas coisas aconteceram. (Gestor B).

De uma forma geral, pelos relatos dos gestores, nota-se o desenvolvimento da universidade uma preocupação com o processo de estruturação para o seu funcionamento, logo depois que se vai pensar no esporte, mas como componente crucial da saúde, uma vez que à administração *pro tempore* cabe especificamente a construção do estatuto e do regimento geral. Assim, as políticas institucionais não se enquadram diretamente nessa gestão temporária. As atividades esportivas, portanto, sempre foram uma pauta importante para a administração, e isso foi visto na fundação da universidade.

Como resultado, apesar de todo o processo de implantação, havia uma preocupação com o esporte, atribuída ao PROEC. Embora existisse a possibilidade de planejar e realizar o esporte dentro do PNAES, apenas os participantes do programa que possuem vulnerabilidade social específica podem ser atendidos. No caso específico da UFOB, não houve distinção entre a aplicação de recursos na área esportiva e nas demais áreas, e assim foi realizada. Isso porque, até 2019, não havia uma política estabelecida, em vez disso, foi desenvolvido um diálogo com a comunidade universitária e, após esse período, uma política formal foi estabelecida em 2022. Segundo o Gestor C, pode haver um processo de construção de uma política esportiva na universidade que se desenvolveu e se solidificou em outra gestão, mas também é possível perceber que o esporte fez parte da política de assistência estudantil financiada pelo PNAES, mesmo embora ainda não tenha sido formalizado e instruído uma política.

Assim como a maioria das instituições de ensino superior, a UFOB inicialmente segue as políticas gerais de esportes institucionais das universidades brasileiras. Segundo Marin *et al.*, (2009), essa política vincula as atividades esportivas da instituição e iniciativas correlatas aos planos de ação extensionistas ou aos programas de assistência estudantil.

Fato importante o que foi exposto pelos gestores, que é a participação estudantil, que teve como fator primordial nas ações desenvolvidas pelo gestores durante a gestão, como já descrito, os estudantes tiveram a iniciativa de construir as primeiras ações e fomentar as práticas, mas se percebeu que o esporte não era uma prioridade inicial da gestão, que precisava de uma base de ensino, pesquisa e extensão para funcionar a Universidade, ficando a cargo dos estudantes as práticas esportivas, que conforme os gestores tinha uma presença muito forte nas ações desenvolvidas. Principalmente pelos movimentos estudantil e pelas atléticas, sendo que as atléticas se mostraram uma forte parceria discente com a gestão, para aumentar mais ainda a prática de esporte dentro da universidade e na comunidade externa. Existia ainda pela parte das atléticas a ajuda para fornecer os atletas para representar nas modalidades esportivas da universidade.

Um fator fundamental que os gestores expuseram foi o envolvimento dos alunos, que tiveram decisivo nas ações desenvolvidas ao longo da gestão. Como mencionado antes, os alunos tiveram a iniciativa de construir as primeiras ações e estimular a prática, mas os gestores logo perceberam que o esporte não era prioridade porque as universidades precisam de uma base sólida de ensino, pesquisa e extensão, então cabia aos alunos realizar essas atividades esportivas. Essas atividades foram desenvolvidas pelos movimentos estudantil e pelas atléticas. As atléticas se mostraram uma forte parceria da gestão, propiciou um aumento significativo das práticas de esporte na universidade e na comunidade externa, como também forneceu atletas para representação nas modalidades esportivas da universidade.

As atléticas, na UFOB, preencheram uma lacuna deixada pela gestão, que era a falta de práticas esportivas e eventos esportivos. Mesmo com suas ações independentes da administração da universidade, as AAA da UFOB conseguiram ajudar no fomento das práticas esportivas, e ainda treinaram os atletas, realizaram eventos e jogos de competição por toda região oeste da Bahia.

Paralelamente se observam, na gestão de esporte da UFOB, duas organizações do esporte, uma da própria instituição e a outra dos estudantes, que agem juntas em prol da universidade. Isso se assemelha o que é posto por Barbosa (2014), pois o esporte universitário no Brasil nos dá a oportunidade de pensar o significado da cooperação entre os dois tipos de dirigentes universitários existentes atualmente: o Gestor Discente (GD), formado pelos indivíduos responsáveis pelo planejamento e pela execução de ações específicas; e o Gestor Institucional (GI), um profissional de conhecimento especializado contratado pela instituição para supervisionar esse departamento. Esses dois gestores juntos conseguem construir e fomentar as práticas esportivas na universidade, ampliando cada vez mais sua abrangência, incluindo todas as suas dimensões. Isso é contemplado nas falas dos gestores:

(8) As atléticas foram um divisor de água. Assim, para o fomento do esporte, não só na UFOB, como até na cidade. Eu acho que assim, as atléticas organizada cria essa perspectiva da disputa, da disputa saudável, da sua marca, dos seus estudantes ali todos envolvidos. Então, hoje, a maioria dos cursos tem atlética formada e isso influenciou outras instituições, tanto particulares como públicas, como a UNEB, UNIFASB e UNIRB. Então, quando existiram diversas práticas esportivas na universidade, foi partido das atléticas que iniciaram todas as atividades esportivas também. O curso de medicina trouxe essa ideia que vem da região sul e quando a gente chegou aqui, quando eu cheguei aqui em 2018 para 2019, já estava muito bem organizado, cada um com a sua marca, com o seu símbolo, tirante, caneca, camisa, boné e suas equipes esportivas em treinamento, então é algo muito interessante uma gestão mesmo. Uma gestão muito interessante, uma administração muito interessante da área. (Gestor D).

(9) E isso se torna referência. Outra coisa, quando eu participo dos eventos, também eu levo, é a referência das atléticas que tem aqui. Porque assim, movimentou muito, não só o UFOB, mas a própria cidade. E é uma marca muito interessante. Hoje, você

vê a Venenosa que é medicina, por exemplo, é uma Família. Então, assim, fica muito caracterizado e traz muito essa questão mesmo da aproximação dos estudantes. Assim, a atlética é uma associação que envolve bastante. Então, quando você vê um estudante que chega, então a atlética já convida para eles iniciarem uma prática esportiva, e verificar qual a prática esportiva que eles gostam de desenvolver. E nisso já indicam os dias de treinamento. Então, é muito interessante o papel que as atléticas desenvolvem, e ajudam demais no fomento do esporte. Você acredita que isso das atléticas se deu uma melhorada. Inclusive, eu acho que as atléticas deveriam ser mais incentivadas na universidade. Porque elas assumem um papel importantíssimo, elas têm um nível de organização que é um negócio louco. Na época, era muito maior que o nosso, por exemplo, no desenvolvimento esportivo, era muito maior que o nosso. Então ajudava muito, ajudava demais ao desenvolvimento da prática esportiva. E por isso eu acho que deveria ter um papel mais bem amarrado dentro da estrutura da universidade. Eu confesso que eu não fazia nem ideia do que era a atlética, porque não é da nossa cultura, aqui das universidades nordestinas. Os meninos de medicina que vieram, principalmente medicina, que vieram do sul e sudeste, eles aí contaminaram positivamente os colegas e aí começaram a surgir, um atrás da outra. E a gente, naquela ideia, a gente sentou com eles para criar estatuto, um estatuto geral, não sei como é que está hoje. Não dá atlética A, B ou C, mas criar uma gestão das atléticas dentro da universidade. Então, desde 2018 e 2019, as atléticas ajudaram na gestão, deram o maior apoio. Aí as demandas espontâneas que os estudantes apresentavam tentávamos viabilizar. Mas especificamente até os editais de conseguiu fomentar pela falta de recurso para área. (Gestor B).

É relevante trazemos para a discussão as contribuições de Mendonça (2003), Baroni (2010) e Palma (2015) (*apud* Moreira, Garcia e Lobato 2020); segundo os quais, apesar do grande potencial, o desenvolvimento dos atletas no Brasil não é auxiliado pelas IES brasileiras. Mesmo com seu rico cenário histórico, o esporte não é priorizado, ao contrário, sua gestão fica a cargo das organizações estudantis, comprometendo iniciativas mais estratégicas de investimento e de promoção do esporte. Esse contexto apresentado pelos autores é visto dentro da maioria das universidades públicas brasileiras, no caso específico desse estudo, a UFOB.

Baseado nessas contribuições e nas respostas dos gestores, pode-se perceber a importância das AAA na UFOB, pois diversas atividades esportivas ficam a cargo delas. Dessa forma podemos ver os dois modos de administração do esporte na UFOB, baseado em Da Cunha *et al.*, (2010), existem nas IES as AAA responsável pela prática esportiva, como também os centros acadêmicos e os departamentos de educação física ou departamentos de esporte.

Especificamente na UFOB, pode-se observar as duas formas de organização do esporte universitário brasileiro, tal qual descrito por Da Costa (2006), no que se refere à administração do esporte nas universidades, os departamentos de esporte e AAA podem ser encontrados. São eles os responsáveis pelo planejamento dos eventos esportivos das IES brasileiras, com ou sem liderança estudantil. Algumas IES institucionalizaram o esporte e o incluíram em seus planos estratégicos, assumindo a representação em competições oficiais. Há, no entanto, IES que carecem dessa institucionalização e abdicam da responsabilidade pela organização do esporte, passando a responsabilidade para o movimento estudantil, representado pelas AAA.

Os projetos e os programas que foram desenvolvidos na UFOB durante a gestão, bem como os impactos que tiveram em toda a comunidade universitária e externa, também devem ser colocados em discussão. É possível ter uma compreensão geral dessas contribuições por meio dos depoimentos dos gestores.

(10) Se a gente pensa em uma formação integral e na preocupação até com o bem-estar do estudante, a política de esporte tem um papel fundamental no equilíbrio, na socialização, no convívio dentro da universidade. Então, basicamente, ela deve fazer parte de uma política institucional, sobretudo aquela voltada para o maior público nosso, que é o estudante. Então, durante esse período, nós não fomos capazes de implementar, de fato, uma ação efetiva. Os projetos, alguns foram realizados, mas eram ações mais pontuais, elas não eram ações sistêmicas que pudessem assegurar uma continuidade, uma avaliação dos impactos. Então, isso não foi possível averiguar. Foram ações isoladas e foi relevante para aquele período, mas não foi suficiente. (Gestor C).

(11) Então, assim, eu acho que o esporte acaba sendo um processo de democratização no espaço da universidade. E ele acaba possibilitando o envolvimento de estudantes dos diversos cursos. Então, assim, além dessa interação que o esporte promove, o bem-estar, a alegria da participação, é uma coisa muito marcante. Então, quando eu coloco, assim, a participação nos eventos, eu trago muitas memórias boas dessa participação. Porque muitos estudantes não conheciam, inclusive, a praia, então, tiveram a oportunidade de, pela primeira vez, estar na praia. Muitos não se conheciam, e aí, uma fala que eu guardo muito para mim é de um estudante de nutrição, ele jogador de basquete, aquele cara mais alto, assim, sisudo e tal. E na volta da viagem ele falou: professor, a gente foi para essa viagem como desconhecidos, e hoje, a gente volta todo mundo como irmão. Então, eu acho que é uma perspectiva interessante quando a gente traz isso aí do esporte. Essa possibilidade de unir, de integrar, de interagir, e inclusive, possibilitar a filiação do próprio estudante na universidade. Então, eu acho que o esporte é de extrema importância, e esses são alguns projetos que foram desenvolvidos naquela época, mesmo sem recursos e sem estrutura. Mas com muita boa vontade, com apoio, inclusive, dos estudantes que assumia as equipes esportivas de representação. Por fim, foi relevante as ações, mas não foi suficiente. Mas acho que poderia ser melhor. (Gestor D).

(12) Foi fomentado, fomentado pela procura, e foi na medida do possível, mas foi. No geral, se tem algo que a gente possa lamentar dessa primeira gestão que eu estive também à frente, foi a política de esporte. A gente, na medida do possível, a gente conseguiu fomentar algumas coisas, a gente conseguiu fazer algumas parcerias. E quando esse profissional chegou, ele sistematizou as ações, ele realizou várias. E assim, a gente pensa como um processo essa primeira gestão, ela, na verdade, ela tinha que criar alguma coisa. Não foram suficientes as ações, mas foi relevante. Para pensar as ações. (Gestor B)

A falta de uma política esportiva fez com que uma série de projetos propostos não se concretizassem, como evidenciado pela resposta dos dirigentes. Como resultado, apenas um pequeno número de projetos frágeis foi executado pela administração, mas eles deixaram claro que, na época, esses projetos significaram muito e foram importantes porque serviram de base para uma futura construção de uma política.

Só que para os gestores essa política esportiva acarreta um papel fundamental no equilíbrio, na socialização e no convívio dentro da universidade, conforme se depreende do

relato do gestor D: “o esporte acaba sendo um processo de democratização no espaço da universidade”. Essa definição nos leva a pensar o esporte como um direito do cidadão, estabelecido pela Constituição Federal, pois remete a materialização de um direito.

Segundo os gestores, essa política esportiva desempenha um papel crucial para manter a harmonia, a socialização e o convívio dentro da universidade. Em especial, o gestor D afirma que “o esporte acaba sendo um processo de democratização no espaço da universidade”. Esta declaração reitera que o acesso às atividades esportivas deve estar disponível a todas as pessoas, independentemente de suas circunstâncias. Por isso, a democratização do esporte é fundamental para garantir a proteção desse direito.

Junto a isso, também estão incluídos os processos socioculturais e lúdicos que o esporte oferece aos alunos, bem como os processos de integração e de socialização da comunidade, os quais desempenham um papel crucial nas relações interpessoais das vivências dos locais onde eles participaram dos eventos e das competições esportivas. É fundamental ter em mente que muitos desses alunos-atletas são beneficiários do PNAES, que só têm acesso e envolvimento com o esporte em suas universidades, principalmente na participação em competições. Por fim, parte significativa desses projetos foi viabilizada por meio de parcerias com a comunidade externa, principalmente no que diz respeito à infraestrutura para a prática esportiva.

Assim, a viabilização de uma infraestrutura adequada é outro fator capital no contexto de garantir o apoio ao esporte na universidade. Desse modo, é fundamental entender como ocorreu a construção e manutenção desses espaços. Para esclarecer isso, vamos aos depoimentos dos gestores:

(13) A gente tem, por exemplo, em alguns dos campi, nós temos espaço específico. Então, nos espaços que nós tínhamos por sessão, eles acabavam também tendo espaços para a prática esportiva. Então, os campos de Barra, Santa Maria da Vitória e Bônus da Susta Lampa, eles contavam com um quadro esportivo na estrutura. Já os campos de Luiz Eduardo Magalhães e Barreiras, eles não contam com essa estrutura. Então, para atender, por exemplo, as demandas de Barreiras, a única via que nós tínhamos era a realização de convênios com equipamentos públicos disponíveis no município ou de outras instituições para que pudéssemos compartilhar dentro de espaços que fossem permitidos, pudéssemos compartilhar esses espaços. E uma ação que nós fizemos, mas ela não era específica para a prática do esporte e do esporte coletivo, foram adquiridos alguns equipamentos menores. Então, nesses locais onde nós tínhamos, por exemplo, as esquadras e tudo mais, foram disponibilizadas redes, bolas, para que pudessem ser realizadas algumas atividades. E a aquisição de algumas mesas para os espaços de convivência. Então, equipamento, por exemplo, para xadrez, ping pong, então esses foram, tênis de mesa, então esses foram disponibilizados para todos os campos. Cada campo recebeu a sua infraestrutura mínima. (Gestor C).

(14) Aqui na sede não existe, a gente depende muito da parceria interinstitucional. Então, parceria com a prefeitura e IFBA. Estamos até fechando um termo de cooperação técnica com a IFBA, para poder usar a sua estrutura esportiva, piscina,

quadra, ginásio. Então, é um caminho que a gente tem buscado na dificuldade orçamentária para a gente construir e realizar as parcerias. E nos campi tem, mas não são adequados, os campi de Santa Maria da Vitória tem uma quadra, é coberta, mas é uma quadra relativamente pequena. Então, assim, já é um avanço em relação aos outros campi, mas ainda é uma estrutura que poderia ser melhor. O Campi de Barra também tem um espaço, mas seguindo a mesma linha de Santa Maria da Vitória, também é um espaço pequeno. E a gente tem Bom Jesus da Lapa, que não tem, só tem um vão central para as pessoas desenvolverem a prática de basquete e mais algumas atividades, mas não é espaço adequado. E Luiz Eduardo Magalhães e Barreiras não tem. Então, assim, a gente carece muito de equipamentos esportivos, e aí o que a gente vem tentando fazer é essa aproximação de fato com as prefeituras, com os institutos, tentando estabelecer parcerias para que a gente tenha um local para desenvolver a prática esportiva, treinamento, e possibilitar que os estudantes e as atléticas possam de fato estar inseridas nas diversas modalidades esportivas. (Gestor D).

(15) Então, tinha uma quadra, uma quadra céu aberto, com iluminação para a prática noturna. A gente fez parceria, tanto com os estudantes, como com a comunidade externa, a gente brigava muito para manter essas atividades. O material, a gente comprou bastante bola, comprou rede, comprou cartões, enfim, uma série de materiais que a gente sempre fazia a cessão quando era pedido. E aí a gente adquiriu também bastante material, esse material foi distribuído para os campi. Aí, assim, tem que lembrar dos campi, porque a gente fala e acaba ficando sempre com Barreiras. Em Santa Maria da Vitória tinha uma estrutura boa, relativamente boas, porque a escola onde nós abrigamos o campo já tinha uma quadra, essa quadra foi reformada, mas ela tinha usos múltiplos, então ela era quadra e era também auditório, porque tinha um espaço para atividades, então era para usos múltiplos. Mas lá tinha um servidor que fomentava o voleibol, então ele nos procurou, assumiu a responsabilidade para ficar à frente, recebeu o material esportivo, organizava as atividades. Em Bom Jesus da Lapa também tinha uma quadra no campus que nos foi cedido também. Essa quadra não sofreu uma intervenção mais qualificada em termos de reforma, mas sofreu alguma intervenção e também era otimizada. Em Luís Eduardo Magalhães não tinha nenhuma estrutura para prática esportiva, e em Barra tinha uma quadra, mas ela estava em estado bem precário e ela não foi reformada. Então nos campi também, entrando nessa parte dos campi que a gente focou muito aqui nos institutos, existiam algumas práticas, mas práticas isoladas, voluntárias, trazidas para os servidores, para os estudantes, que eram feitas nesses locais que tinham estrutura. (Gestor B).

(16) É relevante informar sobre a infraestrutura da universidade, que houve uma reunião pautada no Ministério da Educação para conseguir o recurso, que era muito difícil para infraestrutura. Então, o primeiro recurso que veio, investiu-se na infraestrutura física para adaptar essas escolas públicas onde funcionariam os campi. Mas era uma ação pensada pela gestão para implantar a universidade. Então se você pegar o croqui com setor de arquitetura, você vai ver que tem um complexo esportivo, porque tinha espaço para construir na UFOB. (Gestor A).

No que diz respeito à infraestrutura da universidade, é possível perceber pelas respostas dos gestores que, a partir do momento em que a UFOB foi implantada, planejou-se um complexo esportivo para sua estrutura, tal que o Ministério da Educação disponibilizaria os recursos. No entanto, como mostra o exame dos Relatórios de Gestão, esse objetivo não foi alcançado.

Para além dessa proposta não cumprida, especialmente os *campi* de Barreiras, Santa Maria Vitoria, Bom Jesus da Lapa, havia práticas esportivas isoladas fomentadas pelos servidores e pelos discentes, pois nesses *campi* existem quadras de esportes, algumas em bom

estado e outras até reformadas. Os *campi* foram implantados em escolas públicas cedidas pelos municípios; não existia uma estrutura adequada no geral, sendo que a maioria foi reformada parcialmente, mas apenas o campus de Santa Maria da Vitória recebeu a reforma completa da quadra.

A colaboração com instituições de ensino que tivessem quadra para desenvolver os projetos constituiu uma alternativa para o desenvolvimento dos projetos esportivos da gestão. Numa perspectiva ampla, verifica-se que a universidade está em processo de desenvolvimento de todos os seus departamentos e de suas componentes estruturais, não tendo os espaços de prática desportiva beneficiado, particularmente com este processo.

Numa visão mais crítica do acesso ao esporte, é fundamental que a administração da universidade assegure que os participantes tenham o mínimo de segurança e estrutura em suas áreas recreativas ou de prática esportiva. Infelizmente, esta necessidade não foi levada em consideração naquele momento. Portanto, além de uma forte estrutura organizacional para o esporte na sociedade, é preciso haver condições adequadas de treinamento nas esferas psicológica, social e econômica, a fim de criar um ambiente propício ao desenvolvimento do esporte de rendimento (MEIRA; BASTOS; BOHME, 2012).

A vinda deste profissional capacitado é um momento marcante, pois sua chegada foi resultado de lutas constante e de comprovação da necessidade de conhecimento específico, para qualificar o planejamento, gestão e execução da política esportiva. De acordo com sua lei nº 12825²⁶ de criação, a UFOB não incluiu código de vaga para contratação para essa função. Por esse motivo realizou-se uma articulação para adquirir o código de profissional de educação física, articulação que aparece nas explicações dos gestores:

(17) Na UFOB existiu dois momentos sobre as tratativas sobre o esporte, um primeiro momento antes da chegada do profissional de Educação Física, e outra após sua chegada. Só para a chegada dele foi uma luta tremenda. Uma luta tremenda para que a que gente tivesse um ou mais profissionais na área, para criar uma equipe que pudesse trabalhar exclusivamente em cima da política de esportes na universidade. Então até a chegada desses profissionais a gente ficava tateando, como eu lhe disse, a gente ficava tentando, a gente observava o que o MEC demandava, a gente sempre fazia as leituras do que o MEC demandava ou do antigo Ministério dos Esportes, para que a gente pudesse de alguma maneira tentar participar. Mas era um trabalho assistemático, infelizmente não era sistemático, porque não tinha ninguém na equipe que tivesse conhecimento para conduzir os trabalhos na forma de convergir para o ambiente político. (Gestor B).

(18) Uma medida que foi adotada, também de natureza administrativa, foi a contratação de pessoal especializado. Então nós conseguimos a liberação por parte

²⁶ A Lei nº 12825, de 05 de junho de 2013, lei que cria a UFOB estabelece o quadro de pessoal efetivo. Especificamente o cargo de Técnico Desportivo não consta neste quadro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12825.htm. Acesso 02 de fev. de 2023.

do Ministério da Educação de uma vaga específica para um educador físico. No caso, a contratação via o plano de carreira técnico esportivo. Então houve a contratação de uma pessoa específica, mas isso também já muito próximo do ano final da gestão pró-temporal. (Gestor C).

(19) Porque o MEC não liberou a vaga de educador físico para concurso na UFOB. Então, a universidade não tinha um educador físico para desenvolver qualquer política esportiva, e como nenhum colega nosso, psicólogo, assistente social, pedagogo tinha capacidade de desenvolvê-la. O MEC não liberou vaga simplesmente. Se você olhar, na lei de criação da UFOB não existe código de vaga para contratar um educador físico. Esse foi algo que eu acho que é muito importante destacar, porque não é por falta de vontade, nem por falta de querer, nem daquela gestão, nem de quem está hoje, sabe. Por que, como você vai desenhar uma política esportiva? Hoje você está fazendo uma estrada em educação física, é um educador físico, como alguém que tem uma outra formação vai pensar e articular uma política para um estudante sem ter a formação técnica? Nós não tínhamos ninguém. Houve uma mobilização para pensar em contratação, mas não podia fazer, porque técnico não pode ser contratado, como professor substituto, e não existe técnico substituto. Depois, a gente não pode fazer uma política com colaborador, chamar uma pessoa para colaborar, dizer, olha, eu vou pedir uma pessoa externa para vir aqui colaborar, para assumir a coordenação, para idealizar uma política para a universidade. Quem é que ia assinar? Então, nós não tínhamos ninguém. Com muito custo, eu não me lembro se foi a Universidade Federal do Oeste do Pará, ou foi uma outra Federal, conseguiu, pela mediação e insistência da professora Iracema Veloso, trocar um código de vaga de um outro cargo técnico com ele, e ele mandou um código de educador físico para a UFOB. Isso não foi uma conversa, foi mais de um ano para o MEC, primeiro para achar alguém que tivesse um código de educador físico. Se você fizer uma pesquisa, ou alguém do programa fizer uma pesquisa para ver os cargos de educador físico e vaga para técnico nas universidades federais para educação física, praticamente não tem. Após encontrar a instituição, para a instituição conseguir ceder, fazer permuta desse cargo demorou muito. Depois para o MEC aceitar, porque o MEC é quem acordava entre os Reitores, e o MEC tem que dar anuência e publicar a troca de código em diário oficial. Então, não pode dizer que tem 10 códigos de técnico vagos, a gente escolhe qual é o técnico, não é assim. Então, isso foi uma grande barreira. Tanto é que o servidor hoje, que é o único educador físico da universidade, chegou em 2019. Então, você tem uma ideia das lutas. O Profissional chegou de 2018 a 2019, especificamente no final da gestão pro-tempore. Essa vaga só chegou também por uma luta das duas Pró-reitorias, PROGRAF e PROEC (Gestor A).

A partir dos relatos dos dirigentes, podemos contextualizar tudo o que foi feito para a construção da universidade e constatar o quanto ela foi importante para a organização e o desenvolvimento das políticas esportivas. A luta pelo esporte universitário foi uma das muitas batalhas travadas, começando com a criação de departamentos administrativos e de gestão, bem como a contratação de profissionais do departamento de esporte para ajudar a criar uma política que fosse forte e convincente para a nova universidade. Por meio dessas arguições, é possível compreender os inúmeros desafios enfrentados na construção de uma nova universidade e como o esporte se localiza dentro deste itinerário.

Nota-se que as lutas para construção da política esportiva na UFOB representam uma soma de diversos órgãos da instituição, que após anos conseguem algumas vitórias, por exemplo, a contratação de um profissional, conforme pontuado anteriormente. Contudo, pode ser dito, também, que a luta pelo esporte não fica a cargo apenas dos gestores, uma vez que a

luta pelo direito ao esporte na universidade registra uma participação importante das representações estudantis. Assim como é descrito na fala de um gestor:

(20) Essa demanda de vaga para o Profissional e Educação Física chegou para as duas Pró-reitorias. Especificamente essas demandas foram trazidas aos Pró-reitores. Os estudantes traziam as demandas, e nos levávamos para Reitoria e para a PROEC, e eles ficavam sempre sabendo dessa demanda, porque a gente tinha reuniões de equipe com a Reitoria toda semana. Aí dizer como é que esses meninos, professor, não tem atividade físico orientada, não tem uma política, eles querem, eles precisam, eles estão pedindo. A gente levava essas demandas e mostrávamos. Mas existiam práticas esportivas voluntárias, mas não uma política esportiva fixada, simplesmente por não existir um profissional para acompanhar e conduzir. (Gestor A).

Nessa luta pelos direitos dos alunos ao esporte da nova universidade, é possível traçar paralelos com as realizadas em nível nacional, baseado em Borges e Boucara (2007), que afirmam que as lutas pela criação da política esportiva universitária no Brasil foram impulsionadas pela coordenação dos movimentos estudantis, pelo incentivo à criação de entidades representativas dos estudantes para o esporte universitário, como a CBDU. Não obstante as contradições políticas e sociais que marcam a relação entre o movimento estudantil e a expansão do esporte no âmbito universitário, é possível afirmar que as ações e as articulações dos alunos da UFOB em prol do esporte espelham o que ocorreu no desenvolvimento do esporte universitário no Brasil e no mundo; os alunos iniciaram todo o processo de desenvolvimento e de construção da política esportiva universitária.

Por fim, pode-se concluir que a preocupação da direção com as questões esportivas foi o primeiro fator que levou à progressão do esporte na UFOB. No entanto, devido a entraves burocráticos e a uma forma inédita de gestão do esporte na universidade, não adotada por sua universidade mantenedora, a PROEC não foi totalmente construída e fortalecida ao longo da execução dessa atribuição. Ocorreu também a ausência de uma mão de obra qualificada para garantir e exercer essa atribuição.

Todos esses desafios podem ser vistos como parte necessária do desenvolvimento da administração de uma universidade nova que precisa começar do zero. No que diz respeito ao esporte universitário, percebe-se que a alta administração da instituição apoiou sua inclusão, mas devido à falta de infraestrutura, que se estende a apenas um campus de uma universidade federal, houve uma série de obstáculos a serem superados. Como já mencionado antes, isso incentivou o desenvolvimento de diversas vitórias ao longo da gestão, o que, sem dúvida, trouxe uma contribuição positiva para atual gestão, e trará para as futuras.

4.2.2 Gestão e administração do esporte universitário na UFOB

A estruturação da gestão dos serviços públicos federais de educação apresenta diversos desafios, principalmente quando se trata da criação de uma nova universidade, que, na construção dessa administração, deve considerar as especificidades e as particularidades locais e regionais, que são diagnosticadas antes da implantação, para que a nova instituição de ensino atenda de forma eficiente e produtiva seu território.

Cabe destacar que parte significativa desses projetos foi viabilizada por meio de parcerias com a comunidade externa, principalmente no que diz respeito à infraestrutura para a prática esportiva. Assim, a viabilização de uma estrutura adequada é outro fator crucial no contexto de garantir o apoio ao esporte na universidade. À vista disso, é fundamental entender como ocorreu a construção e manutenção desses espaços.

A colaboração com instituições de ensino, que tivessem quadra para desenvolver os projetos esportivos, foi uma alternativa encontrada pela gestão. Numa perspectiva ampla, verificamos que a universidade está em processo de desenvolvimento de todos os seus departamentos e componentes estruturais, embora os espaços de prática esportiva não tenham se beneficiado particularmente desta implementação.

Numa visão mais crítica do acesso ao esporte, é fundamental que a administração da universidade assegure que os participantes tenham o mínimo de segurança e estrutura em suas áreas recreativas ou esportivas. Infelizmente, esta necessidade não foi levada em consideração naquele momento em que a gestão consolidava sua estrutura física, que em sua maioria advindas de escolas públicas.

No processo de base de organização da universidade e planejamento futuros, diversos documentos são de suma importância para que isso ocorra de forma organizada e ordenada, para que isso aconteça é importante construir um PDI, que considera todo seu processo histórico vivido até aquele marco da gestão e os documentos já constituído. Os documentos que levam como base são: o planejamento estratégico, estatuto e regimento geral. No caso da UFOB percebemos pelo Relatório de Gestão de 2018 e 2019, que houve articulação para construção do PDI 2019-2023, que traça e planeja ações estratégicas para o desenvolvimento instrucional.

Por mais que identifiquemos a representação significativa do esporte no meio universitário liderado pelos estudantes, atléticas e com o apoio da comunidade externa, as instituições não têm demonstrado preocupação em incluir questões acerca do esporte e lazer em seus Planos de Desenvolvimento Institucional. Este fato leva-nos a compreender que o lazer e o esporte foram desvalorizados no quadro global das necessidades básicas e perderam o seu potencial de desenvolvimento humano (RIBEIRO, 2010). No caso da UFOB, após análise de

seu PDI 2019-2023, notamos a não inclusão do esporte coerente com sua representação e significado no meio universitário e para a sociedade, dessa forma vemos um alinhamento com os argumentos da autora acima

Quadro 3 – Objetivos estratégicos da UFOB para o esporte

Projeto desportivo e de lazer	Etapas
Interação de estudantes e servidores por meio de atividades físicas, jogos e esportes	Implementar o esporte e o lazer como política de inclusão e de afirmação, segundo os direitos do cidadão previstos na Constituição Federal (1988).
	Estabelecer convênios de cooperação técnica para a utilização de equipamentos esportivos (ginásio, quadras, dentre outros) da rede pública e/ou privada para desenvolvimento de atividades físicas e desportivas.
	Captar recursos (emenda de bancadas, editais, dentre outros) para construção e/ou reforma de equipamentos esportivos próprios.
	Desenvolver estratégias para possibilitar a participação dos estudantes dos 5 <i>campi</i> em eventos esportivos vinculados à Confederação Brasileira de Desportos Universitários – CBDU (Jogos Universitários)

Fonte: PDI 2019-2023

Por último, dentro dos “Projetos Associados”, a UFOB coloca apontamentos que surgiram no decorrer das discussões da construção do PDI e na vivência da gestão até 2019, conforme o Quadro 3, que passam a ser um ponto de partida importante para a implantação e execução do PDI a partir de 2019.

No Quadro 3 se vê como é colocado no PDI um dos Projetos Associados: “Projeto de Extensão, Tecnologias Sociais, Internacionalização e Inovação”, que se alinha com o Plano Estratégico da Instituição, especificamente visa fomentar as pesquisas e ações extensionistas priorizando temáticas estratégicas, com alinhamento de implementar programa para desenvolvimento de produtos relevante ao interesse social (tecnologias sociais).

Considerando o Quadro 3, de notar o diálogo com o esporte no interior da instituição. Isso se dá nas etapas estratégicas de construção desta configuração, desenvolvidas de forma não institucionalizada e voluntárias pelos servidores, professores e discentes durante a gestão *pro tempore*. É através desse documento que enxergamos a concretização de muito do que foi executado e vivenciado sem essa previsão. Pode-se predizer a possibilidade de garantir, nesse novo ciclo de gestão, tudo o que não foi certamente garantido por uma política institucionalizada e fixada pela gestão da UFOB.

Resumidamente pode se dizer que tudo isso foi vivido, mas não foi institucionalizado por uma política na UFOB, então o que se planeja para um novo ciclo, com

algumas ampliações, foi um espelho do que se foi vivido anteriormente de forma não sistematizada. Esse documento instituído trouxe algumas prerrogativas para o esporte que já é uma conquista de toda a comunidade acadêmica ao longo da primeira gestão, que construiu como muita luta ações de esporte, que serviram como base para construção do PDI, tendo especificamente como base sólida a vivência na instituição.

4.2.3 Financiamento do esporte universitário na UFOB

Para falar de financiamento é imprescindível entendermos quais são as fontes de recursos na linguagem orçamentária, para isso recorreremos às contribuições de Carneiro *et al.*, (2019), que descrevem os três tipos de fontes²⁷ de financiamento público para esporte no Brasil: orçamentárias, extraorçamentárias e gastos tributários.

No caso específico da análise do financiamento do esporte universitário de que trata este estudo, o Ministério da Educação atua como fonte de financiamento, com seus recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA). Isso se explica pelo fato de o esporte universitário se caracterizar como esporte educacional, como tal, têm como dimensão a formação do indivíduo com vista ao seu desenvolvimento integral bem como a sua preparação para a prática da cidadania e lazer.

Para analisar o financiamento do esporte na UFOB, examinamos os relatórios de gestão e documentos disponibilizados pelo repositório de Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN). Verificamos para os documentos da UFOB de 2014 a 2019, pelo fato de terem iniciado suas atividades em 2014 com sua inserção na Lei Orçamentária Anual (LOA), alcançando sua independência financeira para produzir um orçamento operacional de pouco mais de R\$ 47 milhões, enquanto ainda contava com o apoio da universidade tutora (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2014).

Todas as medidas adotadas pela UFOB em 2013 foram financiadas com recursos da UFBA, uma vez que a universidade não tinha previsão financeira ou total autonomia sobre sua gestão. Naquele ano, conforme mencionado anteriormente, foram usados recursos para

²⁷ Conforme Carneiro *et al.*, (2019), as fontes de financiamento do esporte são definidas da seguinte forma: a) Orçamentário - são os recursos ordinários para a função “Desporto e Lazer”, as contribuições sobre concursos, prognósticos e loterias para função “Desporto e Lazer”, outros recursos orçamentários para a função “Desporto e Lazer”, e recursos ordinários e de outras fontes de recursos do orçamento federal de distintas funções para as subfunções vinculadas ao esporte. b) Extraorçamentárias: são recursos que não transitam pelo orçamento federal e não são gastos tributários. Abarcam esta fonte: os repasses sobre concursos, prognósticos e loterias para entidades esportivas, os patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais e a contribuição sobre salários e transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria. c) Gastos Tributários - são de maneira geral desonerações tributárias e isenções fiscais que estão relacionadas a um conjunto de medidas legais de financiamento público não orçamentário das políticas públicas.

permitir que os alunos participassem das competições universitárias estaduais e nacionais. A utilização dos recursos foi viabilizada pelos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e de recursos próprios, que eram geridos pela Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE para esses fins. Esses fundos cobriram o custo de equipamentos esportivos, viagens e treinadores para que os estudantes pudessem competir em nome de sua universidade.

No Relatório de Gestão UFBA 2013, descreve-se que a PROAE concedeu auxílio financeiro de incentivo ao esporte a 214 estudantes, sendo o total de estudantes assistidos de 6.160, considerando todos os projetos divididos por área. Dessa forma, a PROAE atingiu quase na íntegra a meta anual prevista para 2013, com 97,4% de execução, tendo como recursos para aplicar nas ações afirmativas e na assistência estudantil o montante de R\$ 5.761.265,32 oriundos do orçamento da UFBA e R\$ 16.609.314,00 do PNAES (RELATÓRIO DE GESTÃO UFBA, 2013).

O resultado supracitado se deve a uma política agressiva, desenvolvida em 2013, na UFBA, de apoio aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Neste sentido, os fatores que contribuíram para ultrapassar a meta indicada se deve, não só à ampliação significativa do número de bolsas, seja, moradia, Projeto Permanecer ou esporte e cultura e outros auxílios, mas também às novas formas de atendimento, com a implantação de “bolsa Acolhimento” e “bolsa Incluir” (pessoas com deficiência) (RELATÓRIO DE GESTÃO UFBA, 2013, p. 34).

Assim, é importante destacar que houve entraves para a execução das ações afirmativas e de assistência estudantil, pois os recursos orçamentários do PNAES foram insuficientes para atender às demandas internas. No entanto, a universidade se esforçou para disponibilizar em seu orçamento o pagamento dos auxílios e das bolsas pendentes, o que prejudicou o orçamento final da instituição, que viu o encerramento do ano com muita dificuldade.

Em 2014, com o orçamento previsto pela LOA, a UFOB transita para a gestão de recursos próprios, mas ainda conta com a assessoria das diretorias de execução da UFBA. Isso marca o início da independência orçamentária da UFOB. Devido ao complicado processo de reestruturação institucional decorrente da instalação dos *campi*, o financiamento estrutural e básico para as atividades de ensino, a pesquisa e a extensão tornaram-se uma preocupação cada vez mais premente, ao passo que outras atividades e serviços à comunidade universitária ficaram em segundo plano.

A afirmação acima é confirmada quando analisamos o “Relatório de Gestão da UFOB 2014”, que descreve apenas de forma resumida, sem detalhamento as ações de áreas do PNAES, incluindo as esportivas, com uma execução custeada em R\$ 1.824.375,00, descrito

apenas como auxílios estudantis, conforme o documento esses recursos contribuíram para a permanência estudantil.

De 2015 a 2019, a UFOB passa a ter sua autonomia de gestão e financeira para execução de seus recursos previsto na LOA, desvinculando-se completamente do apoio de sua universidade tutora. Nesse recorte temporal, apenas em 2016 são executados recursos na infraestrutura destinada ao esporte, onde ocorreu a cobertura da quadra de esportes do Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória, com o custo de R\$ 334.681,67 (RELATÓRIO DE GESTÃO UFOB, 2016).

Mas, além de ser utilizada para práticas esportivas, essa quadra coberta conseguia ser utilizada também para outros fins, como auditórios, salas de reunião, dentre outras utilidades. A cobertura da quadra para práticas esportivas é vista como uma vitória para a comunidade universitária, mas também ficou provado que serviu a outros propósitos, divergindo do objetivo e do propósito pretendido principal. Não está claro se a reforma foi motivada pelo incentivo do uso polivalente ou para prática de esportes. Isso é visto na fala do Gestor B:

(21) Em Santa Maria da Vitória tinha uma estrutura boa, relativamente boas, porque a escola onde nós abrigamos o campo já tinha uma quadra, essa quadra foi reformada, mas ela tinha usos múltiplos, então ela era quadra e era também auditório, porque tinha um espaço para atividades, enfim, tipo um palco, exatamente. Então era para usos múltiplos. (Gestor B).

Assim, vamos aproveitar as respostas às perguntas da entrevista que fizemos aos gestores sobre este tema para entender melhor como a UFOB financia o esporte, particularmente nas lacunas deixadas pelos Relatórios de Gestão, que não levaram em conta as despesas e os investimentos em algumas das áreas em que este estudo se concentra. Particularmente usaremos as repostas dos administradores da universidade que descrevem suas fontes de recursos.

(22) A fonte de recurso principal é a LOA, a Lei Orçamentária Anual e qualquer recurso extraorçamentário, ele demandava de qual era a vinculação que estava associada, se era emenda parlamentar ou se era um termo que a gente tem também de descentralização, que é chamado de TED. Então, esse já é também específico, mas em geral são esses. E fontes de arrecadação por meio de editais, a fomento da pesquisa, da extensão. Essas são as principais fontes. E, especificamente no caso da UFOB, durante o período pro tempore, nós não tínhamos um fracionamento do orçamento, não. Ele era levantado de acordo com os projetos que eram apresentados. Então, dentro da nossa estrutura administrativa, nós pegávamos as atividades fins da universidade, mas os contratos que não dão suporte ao desenvolvimento das atividades vêm, e então era feito o planejamento de distribuição dos recursos sem vinculação de um percentual. Ele vinha atendendo, de fato, as demandas que existiam. Então, não há uma definição de fracionamento. Hoje é que a gente já começa a trabalhar um pouco com essa perspectiva de fracionamento, mas até 2019 não havia nenhuma forma de fracionamento. Algumas rubricas que vêm definidas na LOA, essas a gente já tem destinação específica. Por exemplo, uma rubrica que tem uma destinação específica dentro do nosso orçamento e com uma representação

significativa, que era representar um torno de 20% do orçamento, era destinada a um programa nacional de assistência estudantil. Essa tem uma vinculação já prévia estabelecida em emenda, na lei orçamentária. E outras que são fracionamentos para a destinação de folha de pagamento, algum programa também que exista na captação específica. Nessa época já existia, por exemplo, um programa incluir. Então, esse programa era destinado a atender a política de inclusão dentro das universidades, então, tem um aspecto voltado para acessibilidade. Nós tínhamos também programas específicos na parte do funcionamento das universidades, então essa é uma rubrica também que já vem com recursos de custeio para o funcionamento e mais aquelas que vêm destinadas para investimentos na forma de repouso de capital. (Gestor C).

(23) Como já mencionado a fonte recurso principal da UFOB é a LOA, mas podendo ser recebidos recursos extraorçamentários, advinda de emenda parlamentar, destinado a ações específicas. Existindo também outras fontes de captação, por meio de editais de fomento à pesquisa. Todos esses recursos podem ser recebidos e aplicados na universidade, só que se tratando de recursos próprios não se existia o fracionamento dos recursos para destinar a uma área específica. Então os recursos eram utilizados para as demandas necessárias de acordo aos projetos e programas que era demanda no processo de implantação, tendo como prioridade algumas ações em específico.

Em específico, existiam algumas destinações de percentual já pré-estabelecida, como, por exemplo, os 20% do orçamento destinados ao PNAES. Esses recursos já vinham com propósito específico, diferentemente do que era feito com os outros 80%, utilizados de acordo com as necessidades da universidade.

Esses aspectos descritos pelos gestores confirmam a importância da assistência estudantil dentro da universidade e a preocupação com as garantias necessárias ao acesso e à manutenção dos discentes no âmbito da UFOB, sobretudo aqueles em condições de maior vulnerabilidade.

Depreendemos que os recursos destinados para a assistência estudantil possuíam áreas pré-definidas e, por equivalência, podemos dizer que existiria um percentual destinado às práticas esportivas. No entanto, pela falta de uma política estruturada não se destinava para essa área específica, comprometendo assim o direito ao esporte dos alunos, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Outra discussão que é de suma importância, é saber se existem recursos específicos para o esporte na UFOB. Para saber mais sobre isso precisamos recorrer aos depoimentos dos gestores, que informam:

(24) Hoje, por exemplo, a gente pensar em recursos suficientes, de fato, um dos elementos principais é a instituição da política. Então, acho que ela é o que acaba sendo o termômetro para a gente estabelecer qual é a condição para a universidade vir a apresentar qualquer proposta de financiamento. A gente tem visto um declínio em tempo de financiamento. Então, até hoje, fazer assim uma estimativa de qual seria o montante, seria um pouco difícil, mas a gente já consegue perceber que pela necessidade de atendimento às demandas, o correto fomento, a construção dos equipamentos também, os recursos atualmente são insuficientes. (Gestor C).

(25) Não, não existia um recurso específico. Geralmente, assim, no orçamento da UFOB, a gente para o ano posterior, a gente vai precisar adquirir isso, alguma coisa,

a gente fazia a lista das aquisições, mandava para o setor e muitas chegaram, material esportiva, por exemplo, chegou um caminhão de coisas, com bola, com não sei o que é tal. Outras que a gente tentou adquirir, a gente não conseguiu. Por exemplo, aquelas tabelas móveis de basquete que a gente queria para levar para todos os campos, para, enfim, para fomentar basquete 3 contra 3 e tal. A gente não conseguiu, porque não tinha um orçamento específico. Entrava assim, teve grana, foi possível, compra. (Gestor B).

(26) Não, não tinha uma fonte de recurso específica. Sempre saía do custeio quando tinha alguma colaboração. Geralmente era para aquisição de materiais ou apoio em viagens. Era o que de fato era garantido. Como o PNAES, que é o Programa Nacional de Assistência Estudantil, ele prevê entre uma das dez metas que haja o atendimento do esporte, a nossa luta hoje é que uma vez aprovada a política, e havendo o programa de esporte e lazer, que seja direcionado algum recurso. Muito embora a política não direcione o percentual, mas a gente entende que existe a demanda para ser atendida. Mas durante esse período não houve, não tinha um direcionamento. Era muito a partir dessa pressão mesmo da comunidade estudantil, da comunidade universitária e a sensibilização do gestor, da gestora à época. (Gestor D).

Segundo os gestores, para existir uma destinação dos recursos na UFOB para o esporte, primeiramente teria que existir uma política de esporte implantada na universidade. Assim, diante de tantas demandas, o esporte naquele momento não foi priorizado como deveria ser, sendo que a falta de recursos foi também determinante para o direcionamento para outras áreas mais necessitadas, especificamente a área de infraestrutura e da contratação de pessoal.

Outra argumentação descrita pelos gestores foi que para conseguir algum material esportivo para fomento da prática esportiva, era preciso provisionar para o ano seguinte, a fim de tentar a possibilidade de aquisição. Assim houve a aquisição de diversos materiais distribuídos nos *campi* para a prática esportiva. Isso se configurou também com uma ação de financiamento do esporte; mesmo sem uma organização adequada, esses materiais foram entregues aos alunos, aos servidores e aos voluntários que desenvolviam as atividades esportivas.

Conforme descrito nas palavras do gestor D, embora soubesse do atendimento do esporte nas áreas do PNAES, a gestão da UFOB não conseguiu viabilizar a destinação do recurso para esse fim, seja por uma ausência de orientação política do PNAES nesta direção, seja por uma organização não adequada naquele momento.

Após análise do financiamento do esporte na UFOB, notamos que ele ocorreu de duas maneiras: a primeira, através de recursos próprios de custeio que fomentaram algumas práticas esportivas; pela análise dos documentos e entrevista percebemos que não foram registrados de uma forma detalhada e compreensível. A segunda forma é com recursos da assistência estudantil, principalmente advindos do PNAES, que dentre suas áreas de atuação possui o esporte, apesar dos registros documentais não detalharem este uso de forma muito clara.

Outro fator de relevância a ser considerado nessa análise é a não vinculação direta das áreas dos recursos da assistência estudantil. Em outras palavras, os recursos eram repassados por meio de bolsas para o estudante, que decidia em qual área aplicaria. Pelos relatos dos gestores é possível visualizar isso.

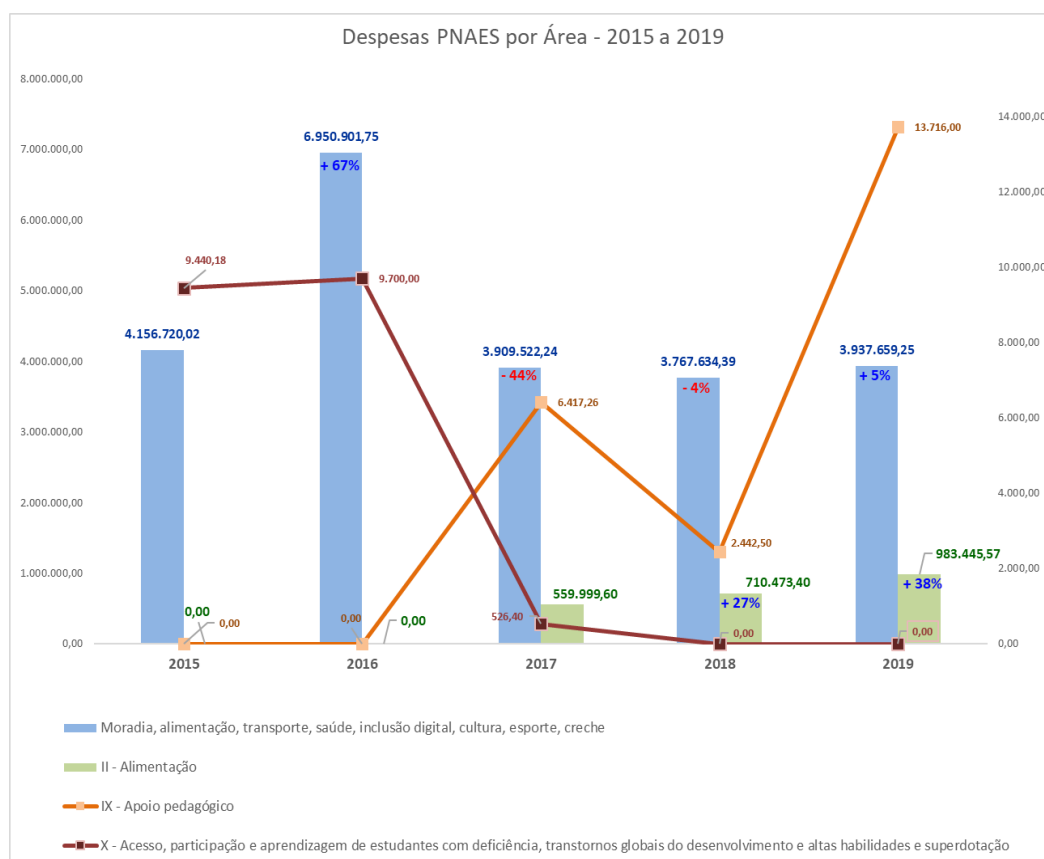
(27) Não teve. Todo recurso da assistência estudantil, ele era aplicado sempre para concessão de pecúnias, na forma de bolsas. Não havia uma separação de qual era a destinação. No momento em que nós realizamos algumas ações, essas ações vinham dessas demandas que surgiam, que eram levadas a conhecimento da pró-reitoria, principalmente de pró-reitoria de extensão, onde estava a pasta do esporte. Então, era a partir desse levantamento prévio que foram feitos os primeiros investimentos. Com relação, por exemplo, à demanda que a própria comunidade, em geral, levantava, essas demandas eram apresentadas, mas na grande maioria dos casos havia uma limitação pelo fato de você já ter realizado a destinação do orçamento antes do surgimento daquela demanda. Então, às vezes a demanda chegava no ano, mas como orçamento era definido no início do ano, você já tinha destinado aqueles recursos para os contratos, para os pregões, então você ficava com o orçamento engessado. Por isso que se partia muito para a necessidade de buscar alguma outra forma de apoio por meio de outra instituição, até de apoio também de arrecadação, para que pudesse atender aquela demanda que foi apresentada por diversos grupos de representação (Gestor C).

(28) Então o recurso que era utilizado era de custeio, da universidade, através de projetos. Mas dentro do PNAES existe uma área que também não era dividida, o estudante que tomava a decisão, o estudante que era beneficiado tomava a decisão se ia utilizar na política esportiva. Isso, na verdade assim, são dez metas, mas dada a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos nossos estudantes, geralmente a maior parte desse recurso era gasto com alimentação. Alimentação, esporte não era, na verdade. Houve, mas entre comer e praticar, para ter prática esportiva, era se alimentar. Então não era dividido, não era estruturado como vocês pretendem em 2019 colocar no PDI, você contribuiu também para isso, subdividir. Então não existia recurso direto e o montante também que tinha era de custeio ou então da política nacional de assistência estudantil ou que era o estudante que decidia (Gestor D).

O repasse na forma de pecúnia aos estudantes justifica parcialmente a não descrição nos documentos oficiais do financiamento de atividades esportivas discentes. Simplesmente, as repostas dos gestores nos levam a concluir que as diversas ações de esporte e lazer materializadas na UFOB tiveram sua maior parte desenvolvidas graças à mobilização estudantil, principalmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, envolvidos em um processo complicado de implantação de uma nova universidade em fase de consolidação.

O que foi descrito anteriormente pode ser visto através da análise do Gráfico 1, que mostra os recursos do PNAES gerenciado pela UFOB de 2015 a 2019, mas sem uma divisão por área.

Gráfico 1 – Despesas PNAES por Área – 2015 a 2019



Fonte: Elaboração própria

Os recursos utilizados pelo PNAES de 2015 a 2019 estão apresentados no Gráfico 1, a partir dos dados disponibilizados pela PROPLAN. Esse recurso revela uma tendência de democratização e mitigação de imperfeições na rede federal de ensino superior. Como resultado, constatamos que os recursos do PNAES foram utilizados nas 10 áreas²⁸ de abrangência do programa. Especificamente as áreas de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação e apoio pedagógico, foram descritos de forma específica através do uso de linhas do gráfico que demonstram a variação de sua tendência de aplicação dos recursos durante os anos de 2015 a 2019.

O Gráfico 1 também mostra uma barra verde que são os recursos específicos usados para fins alimentares a cada ano, de 2017 a 2019. Esta barra é negativa em 2015 e 2016, por não existir ainda o Restaurante Universitário no campus de Barreiras; assim o gráfico expressa

²⁸ De acordo com o Decreto de nº 7.234, de 19 de julho de 2010, em seu Art.3 §1, informa que as 10 áreas para as ações de assistência estudantil do PNAES são as seguintes: I- moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV- atenção à saúde; V- inclusão digital; VI- cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

sua porcentagem negativa, positivando a partir de 2017. Essa barra específica do gráfico mostra a utilização dos recursos de alimentação do PNAES em relação às refeições no Restaurante Universitário, que uma empresa terceirizada instalou na instituição em 2017. Esses recursos ajudaram a garantir que os alunos que frequentavam o campus de Barreiras, onde funcionava o Restaurante Universitário, tivessem acesso à alimentação.

Nessa mesma perspectiva é importante justificar a aparição da área de alimentação na barra azul e verde. Na barra verde constam os recursos destinados a pagamento das refeições dos estudantes em vulnerabilidade em Barreiras. Na barra azul temos a pecúnia das bolsas para alimentação nos campi de Barra, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães, locais esses que não possuem restaurante universitário implantado. Então a gestão, como forma de democratizar e ter equidade, paga em bolsa para os estudantes desses outros *campi*.

É preciso também explicar que os recursos descritos na barra azul abrangem as 8 áreas do PNAES (moradia, estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e creche) não detalhados por valor no gráfico, pois esses recursos eram pagos em forma de bolsas, exceto a alimentação no campus de Barreiras, como explicado anteriormente. Conforme já mencionado, o estudante decidia qual área dessas 8 eles usariam os recursos. Para ratificar essa informação na entrevista o Gestor C a detalha:

(29) Porque na UFOB houve a opção, naquele momento, de não fazer a separação do recurso do PNAES para atender cada um daquelas áreas. Como ele coloca o seguinte, olha, ele coloca no que o PNAES, ele faz assim, o recurso PNAES deve ser desenvolvido nestas áreas. A opção, então, foi permitir que o estudante, ao receber a pecúnia, ele decidisse a forma como ele ia aplicar. Mas você não fazia a avaliação, você usou para esporte, usou para moradia, para alimentação, nada disso. Ele era livre para poder receber a pecúnia de acordo com o grau de vulnerabilidade dele, ele fazer a utilização. E isso também serviu para o aprendizado, para a UFOB, tanto é que a gente tentou, chamou bastante atenção em adotar algumas medidas um pouco mais diretas (Gestor C).

Pela fala do gestor podemos compreender de forma mais compressível, o porquê de os recursos não serem detalhados nos documentos oficiais, dificultando assim uma análise mais precisa dos investimentos do esporte na universidade, que é o principal objeto desse estudo.

Por fim, em se tratando da área do esporte percebemos dentro da UFOB, que houve a utilização desses recursos no formato de bolsa com a possibilidade de utilizá-la para a prática de diversas atividades esportivas, garantido assim o direito constitucional de acesso ao esporte. No entanto, não podemos esquecer que esses estudantes estão em vulnerabilidade social e esses recursos também poderiam ser aplicados a outras áreas de abrangência do PNAES, igualmente importância para sua permanência na universidade.

Pela escolha dos discentes investirem no esporte, chegamos à conclusão, mais uma vez, de que eles tiveram um papel fundamental em tudo que foi desenvolvido nas ações deste setor na UFOB de 2013 a 2019, pois a maioria das iniciativas tiveram o protagonismo do corpo discente, confirmando características presentes na história do esporte universitário brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o papel do Estado em relação ao esporte e como ele molda as políticas públicas, foi necessário discutir esse tema desde o início deste estudo. Uma revisão da literatura foi então apresentada para mostrar onde o esporte universitário se encaixa dentro do sistema esportivo nacional. Além disso, foi apresentada a história do esporte universitário no Brasil e no mundo. Logo após foi contextualizada a inclusão das políticas universitárias implementadas pelos governos Lula e Dilma no Brasil, que incluíram a criação de universidades e o programa Reuni, que aumentou o número de vagas no ensino superior. A expansão das políticas públicas de ações afirmativas e de assistência estudantil ocorreu concomitantemente e tem o mérito de garantir a permanência dos alunos em vulnerabilidade social no ensino superior público federal. Seguindo o caminho traçado por todo o conteúdo citado, podemos chegar ao nosso objetivo de estudo e no campo de estudo, analisar o esporte universitário na assistência estudantil na UFOB, no recorte temporal de 2013 a 2019.

Após esta extensa pesquisa teórica para explicar como surgiu nosso campo de estudo e discutir o foco do nosso estudo, o esporte universitário em uma nova universidade, buscamos entender também as três dimensões do esporte: o esporte de participação, esporte de rendimento e esporte educacional. Com base na legislação desportiva brasileira, que nos deu a compreensão das dimensões esportivas, verificamos as ocorrências esportivas ocorridas na comunidade universitária da UFOB.

A programação esportiva da UFOB começa de forma organizada, englobando todos os aspectos. Mesmo após sua fundação em 2013, a UFOB continuou atuando sob a orientação da UFBA, estendendo seu apoio até 2014, e assim continua a apoiar todas as suas atividades. Desde a sua fundação, a UFOB deu ao PROEC o controle da gestão das práticas esportiva, alterando completamente a gestão do esporte que era realizada por sua universidade mentora, que colocou o esporte na Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROAE.

A partir de então, notou-se uma gestão totalmente diferente daquilo que os estudantes estavam acostumados, pois, em 2013 as ações foram gerenciadas pela PROAE/UFBA com recursos advindos da assistência estudantil e próprios. Com a mudança, a UFOB passa a configurar uma nova gestão por uma intersetorialidade entre duas Pró-reitorias, a PROEC e a PROGRAF. A PROEC fica responsável pela construção e execução da política de esporte na universidade, já a PROGRAF fica responsável pela assistência estudantil com a gestão dos recursos.

Nas entrevistas e nos documentos oficiais, pode-se evidenciar que a PROEC tem como objetivo promover a plena integração entre universidade e sociedade, por meio de uma relação transformadora balizada na produção, na socialização, no registro e na difusão de saberes e práticas de cunho social, cultural, científico, esportivo, ambiental e tecnológico. Com efeito, a estrutura da PROEC foi pensada com o intuito de atender, através das distintas coordenações, as diversas atribuições relacionadas às ações extensionistas, às atividades artísticas e culturais, bem como à prática esportiva no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Então, dentro da PROEC havia três atribuições de área de atuação, a cultura, o esporte e a extensão. Cada atribuição refletia uma coordenadoria, isso inicialmente, mas pelo fato de não ter um profissional adequado para a coordenadoria de esporte e lazer, essa coordenadoria é desfeita, e se acumula essa atribuição a uma secretaria em outra coordenação. A partir dessa ação, passamos a compreender os problemas organizacionais e de estrutura que a universidade vivia naquele momento.

Após se estabelecer em sistemas *multicampi*, a universidade foca especificamente na organização administrativa, na organização da infraestrutura e nos elementos fundamentais de ensino, pesquisa e extensão para atender a um território bem considerável composto por 80 municípios. Por esses motivos, parece haver uma desconexão e falta de prestígio por parte da administração em relação às atividades esportivas.

Contudo, o movimento estudantil, representado pelas atléticas e pelos discentes voluntários, continuam a desenvolver atividades esportivas em todo recorte temporal de 2013 a 2019. Embarcando diversas conquistas e vitórias no que tange à disseminação das práticas esportivas em toda a UFOB. Por esse motivo se percebe a importância da organização estudantil para fomento do esporte na UFOB. Segundo os gestores entrevistados, os estudantes foram essenciais para criação e consolidação das práticas esportivas na universidade.

A gestão da PROEC por não ter um profissional até 2018 acaba realizando ações pontuais sobre o esporte. Com a chegada do profissional de educação física, ocorre uma mudança no quadro de realização das atividades esportivas, que passa a ter uma abordagem técnica e assistencial para os estudantes, que já vinha desenvolvendo diversas ações. Mas o desenvolvimento do esporte na UFOB pela gestão *pro tempore* é barrado pela falta de recursos e uma falta de infraestrutura para ampliar os atendimentos e as práticas nos diversos *campi*, antes e depois do profissional. Continuando assim a ser desenvolvidas as práticas por parcerias e fomento de servidores e estudantes.

Sobre o financiamento do esporte via recursos próprios, ocorre a execução de recursos em infraestrutura para cobertura de uma quadra, aquisição de materiais esportivo e

algumas ações isoladas. Já no que se refere aos recursos do PNAES, foram usados pela autonomia de escolhe discente, que investiram na área que acharam mais adequada. Nesse contexto, foi utilizado no desenvolvimento das práticas esportivas na universidade, em competições estaduais e até nacional. Todas essas conclusões acerca do uso de recursos, foram averiguadas e constadas através dos métodos científicos de investigação, documentos oficiais e entrevistas com os gestores.

Tais exposições sobre o esporte universitário na UFOB nos indicam a concluir que as mazelas ocorridas no esporte universitário dessa instituição ficaram a cargo: da falta de recursos, mão de obra qualificada para construir a política de esporte, o processo de estruturação da universidade e a construção de uma Política de Esporte Universitária que dialogasse com a Política de Assistência Estudantil. Neste último tópico, precisaria haver uma gestão compartilhada, bem como a captação de recursos das duas fontes das Pró-reitorias. Dentro desse contexto emaranhado da política esportiva na UFOB, ainda existiu uma descomunal manifestação do esporte na universidade, liderada pelos estudantes. Com isso fica claro que na universidade, nesse período da gestão, inexistia uma política universitária esportiva, apenas ações esportivas foram realizadas.

Assim, para que uma administração esportiva de nível universitário seja eficaz, é necessário um planejamento bem pensado que antecipe todas as iniciativas esportivas para o público-alvo e sua dimensão esportiva específica, bem como conduza a avaliação dos atletas e as atividades esportivas planejadas. É necessário que todos os processos envolvidos neste procedimento estejam implementados, incluindo os de liderança, gestão de pessoas, gestão de riscos e gestão de todos os outros processos.

O desígnio de buscar analisar o esporte na UFOB, no interior da política de assistência estudantil em uma gestão *pro tempore* de 2013 a 2019, objetivou contribuir nas pesquisas que analisam as políticas públicas esportivas estruturadas em novas universidades públicas criadas pelo programa Reuni. Declaramos que a limitação de informações mais detalhadas da gestão *pro tempore* da UFOB nos desencadeou mais de uma metodologia de análise para obtenção dos dados científicos que cumprisse o êxito dos nossos objetivos, informamos que nosso objetivo foi cumprido nessa pesquisa. Mas constatamos a necessidade de mais abrangência e minúcia dos estudos relativos a esse tema, para que esse estudo sirva como base na configuração da política universitária das universidades federais do programa Reuni que são *multicampi*. Principalmente, pelo clima político atual que enfatiza ainda mais a importância da capacidade deste estudo de nos mostrar as maneiras pelas quais podemos esperar avanços na

continuidade, de criação de novas universidades e maior expansão e interiorização do sistema de ensino superior gratuito financiado pelo governo federal.

Em síntese, esse estudo é de caráter exploratório com poucos registros de pesquisa anteriores com o mesmo objeto de estudo e tema, conseqüentemente, a partir desse estudo, originam-se mais algumas possibilidades de novas pesquisas, pois a complexidade em torno da Política de Esporte Universitário a partir da Política de Assistência Estudantil em novas universidades advindas do Reuni, implica na necessidade de ampliar e aprofundar o conhecimento científico sobre esse tema, assim essa pesquisa favoreceu o encontro de algumas pistas para melhor compreender os processos dessas políticas.

Por se tratar de um estudo introdutório e de caráter exploratório sem referências anteriores, trago algumas hipóteses que foram levantadas por esse estudo, tais como: a) As atléticas tem um papel importante na construção da política universitária de esportes; b) Os recursos do PNAES são suficientes para atender as todas as necessidades dos estudantes, inclusive as do esporte; c) A UFOB tem a separação da gestão do esporte por duas Pró-reitorias que dificulta a intersecção do esporte na universidade, uma cuida dos recursos PNAES e outra da gestão do esporte; d) Os estudantes atletas beneficiados pelo PNAES na UFOB são os que fomentam o esporte na UFOB.

Enfim, essa pesquisa científica, com os resultados que ela teve invariavelmente apresentados, são premissas aos problemas de acesso ao esporte enfrentado pelos estudantes no ensino superior em universidades federais.

REFERÊNCIAS

- ABITANTE, A. L. R. O impacto da política pública de reserva de vagas sobre o desempenho acadêmico dos alunos em disciplina do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-1, 2017.
- AGATIPO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 32, p. 123-140, 2016.
- ALMEIDA, M. A. B. D. Discussão sobre as mudanças na legislação. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 111, n. 12, p. 1-19, 2007.
- ANTUNES, R. L. C. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R. L. C. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARAÚJO, J. D. O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.
- ARAÚJO, L. A.; NUNES, V. S. **Curso de Direito Constitucional**. 13^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 499 p.
- ARAÚJO, R. S. D. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Belém, 2011.
- ARROYO, M. **Diversidade**. In: CALDART, R.S. *et al.* (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ARROYO, M. O direito à educação e a nova segregação social e racial - tempos insatisfatórios? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15-47, 2015.
- ATHAYDE, P. F. A. **Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos**. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física - UnB. Brasília, 2009.
- ATHAYDE, P. F. A. O “lugar do social” na Política da esporte no Governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, 2011.
- ATHAYDE, P. F. A. **O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do Governo Lula e suas implicações sociais**. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília. Brasília, 2014.
- ATHAYDE, P. F. A. D. *et al.* O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 1-17, 2016.

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BARBANTI, V. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 1994.

BARBOSA, C. G. **Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) UNESP. Rio Claro, São Paulo, 2014.

BARBOSA, C. G. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) UNESP. Rio Claro, São Paulo, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, São Paulo, Edições 70, 2011.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: 8, 1990.

BARROS, R. P. D.; MENDONÇA, R. **O fluxo educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BASSO-POLETTI, D.; EFROM, C.; BEATRIZ-RODRIGUES, M. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare**, Costa Rica, v. 24, n. 1, p. 292-325, 2020.

BELATO, A. K. D. M. S. **Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília. Brasília, p. 130. 2018.

BELATO, A. K. D. M. S.; CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P.F. A. Análise do programa Bolsa Atleta universitária na Universidade de Brasília de 2011 a 2015. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 1-22, 2019.

BENITEZ, S. **O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para pesquisas sobre políticas públicas da educação**, Marília, p. 1-14, 25 abr. 2014. Disponível em:

https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_materialismo_silvio.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

BEZERRA, R. C. R. Indenização aos clubes formadores de jogadores de futebol face a Lei Pelé e as normativas da Fifa. **Revista Brasileira de Direito Desportivo**, São Paulo, v. 18, p. 188 – 235, 2010.

BITTENCOURT, M. F.; FERREIRA, P.; BRITO, M. J. D. Avaliação do processo de implementação de obras públicas em universidades federais: um estudo do programa Reuni. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 79-102, 2017.

BOAVENTURA, E. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência.** Salvador: EDUFBA, 2009.

BONAVIDES, P. **Ciência política.** 10ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BORGES, E. D. C.; BOUNICORE, A. C. **Memórias do esporte educacional brasileiro: Breve história dos Jogos Universitários e Escolares.** São Paulo: CEMJ, 2007.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.** Brasília: CFESS, 2009.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. D. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 705, de 25 de Julho de 1969.** Brasília. 1969.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo Universitário 2018,** Brasília, p. 1-21, 10 Julho 2019. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizes/2019_07_10_Diretrizes_PST_Universitario_2018.pdf. Acesso em: 10 ago 2022.

BRASIL. **Constituição.** 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília. 1996.

BRASIL. **Lei nº, 9.615/98, de 24 de março de 1998.** Brasília, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado.** Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano Brasília. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 20 de dezembro de 2010.** Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010a.

BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Brasília, 2010b.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Brasília, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2001 – 2010 (PNE)**. Brasília. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopse das Ações do Ministério da Educação – 2011**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2004-2007: projeto de lei**. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2012-2015**. Mensagem Presidencial. Brasília. 2011b.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CAMARGO, A. M. M. D.; ARAÚJO, I. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 40, n. 1, p. e37659, 2018.

CAMPOS, L. *et al.* Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de Negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, p. 27-42, 2016.

CARDOSO, L. D. C.; NETO, A. C. B. **Limites e Possibilidades do Esporte Universitário na Universidade do Estado do Paraná**, Belém, p. 1-18, Agosto 2019. Disponível em: https://www.google.com/search?q=LIMITES+E+POSSIBILIDADES+DO+ESPORTE+UNIVERSIT%C3%81RIO+NA+UNIVERSIDADE+DO+ESTADO+DO+PAR%C3%81&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR984BR984&oq=LIMITES+E+POSSIBILIDADES+DO+ESPORTE+UNIVERSIT%C3%81RIO+NA+UNIVERSIDADE+DO+ESTADO+DO+PAR%C3%81&aqs=. Acesso em: 10 ago. 2022.

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 86-102, 2019.

CARVALHO, C. H. A. D. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 209-244, 2014.

CARVALHO, C. H. A. D. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, p. 209-244, 2014.

CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

CARVALHO, G. D. N. **Programas de expansão e reestruturação das universidades federais: uma análise da UFPI no período de 2003 a 2016**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1994.

CASTELLANI FILHO, L. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. *In*: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G (org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alphrabbio, 2008. p. 129-144.

CASTELLANI FILHO, L. A política esportiva brasileira: de ‘política de estado’ ao ‘estado da política’. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1 - 18, 2019.

CASTRO, L. R. M. Apresentando o Direito Desportivo. **Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 7-13, 2014.

CASTRO, M. C. D.; RIOS, V. Escola e educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/187/172>. Acesso em: 10 out 2021.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. D. A reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. *In*: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P (org.) **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-135.

CBDU. Confederação Brasileira de Desporto Universitário. **Confederação Brasileira de Desporto Universitário**, 2022. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/institucional/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CHAVES, V. L. J et al. **Reforma da Educação Superior Brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior**. Brasília-DF. INEP. 2008.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Caderno temático do Programa de Governo: uma escola do tamanho do Brasil**. Comitê Lula Presidente. São Paulo. 2002.

CONAE. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, 2010.

CORBUCCI, P. R.; MARQUES, P. M. F. **Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior**: um estudo sobre a Universidade de Brasília. Brasília: IPEA, 2003.

COSTA, L. C. D. **Os impasses do estado capitalista**: uma análise sobre a Reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

COSTA, S. A. A Organização Esportiva Universitária: Um estudo de Caso da UFG. **7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Ouro Preto, Setembro 2016. 1-10.

COSTA, S. A.; NETO, L. Políticas públicas/estatais: contribuição para o estudo da relação. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 38, n. 2, p. 165-172, 2016.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003.

DINIZ, M. I. C. **Relatório de Consultoria (Período maio a outubro de 2009)**. Consolidação dos dados acadêmicos, orçamentários e de pessoal referentes aos acordos de metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades – REUNI. Brasília, 2009.

DINIZ, R. **Mecenato Esportivo: O trajeto da Lei Federal de Incentivo ao Esporte em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Estudo do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

ELOI, S. D. S. S. *et al.* O Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 106-129, 2019.

FERNANDES, F. Universidade e desenvolvimento. *In*: IANNI, O.; FERNANDES, F (org.). **Sociologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FINATTI, B.; ALVES, J. D. M.; SILVEIRA, R. D. J. Perfil Sócio, Econômico e Cultural dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL – Indicadores para Implantação de uma Política de Assistência Estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1-2, p. 246 - 264, 2006.

FIOCHI-MARQUES, M.; OLIVEIRA, M. C. D.; MELO-SILVA, L. Construção da carreira do universitário-atleta: percepções e expectativas na transição universidade-trabalho. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 679-706, 2018.

FISU. Federação Internacional de Esportes Universitários. **Federação Internacional de Esportes Universitários**, 2022. Disponível em: https://www.fisu.net/fisu/about-fisu/fisu_history. Acesso em: 13 ago 2022.

FLAUSINO, M. D. S. **Plano decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo.** (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física - UnB. Brasília, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCISCO, J. G. **A Universidade Federal Fluminense Pós Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** (Tese de Doutorado) – PPGEd – Políticas, Educação, Formação e Sociedade – UFF. Niterói. 2016.

FRANCO, M. E. D. P. et al. Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: tensões e desafios. **Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 30, p. 117-139, 2010.

FREITAS MARQUES, M.A. D. Políticas educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do ensino superior e profissional. **Revista de Psicologia (online)**, v. 12, n. 41, p. 661-676, 2018.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FAZENDA, I (org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989. p. 71-90.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FAZENDA, I (org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991. p. 71-90.

GAYA, A. **Ciências do movimento humano: Introdução à metodologia da pesquisa.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIARETA, P. F.; PFEIFER, M. **Expansão da educação superior no Brasil: Panorama e perspectiva para formação de professores.** Curitiba, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2019a.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social.** 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2019b.

GODOY, L. **O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis.** Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Federal do. Curitiba, 2013.

GOMES, A. B. **Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte Universitário e de Alto Rendimento no Brasil: Reflexões e Comparações.** Universidad del Norte. Puerto Colombia - Colombia. 2014.

GOMES, N. L. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. *In:* PEIXOTO, M. C. L (org.) **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

GONÇALVES, V. L. **Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa.** Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Educação Física). Viçosa, Minas Gerais, 2017.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, K. Público e Privado na Educação: O lucrativo mercado da educação superior. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 18-22, 2013.

HADDAD, F. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2008.

HATZIDAKIS, G. **Esporte universitário**. Rio de Janeiro: Atlas do Esporte no Brasil, 2006. 10 p. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/72.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JACOMINI, M. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-19, 2020.

JUNIOR, A. J. R.; BORIN, M. D. E. S. Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. **Revista de gestão e negócios do esporte (RGNE)**, Pinheiros, v. 2, n. 2, p. 154-172, 2017.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LIMA, A. B. D. **Qualidade da educação superior - o programa REUNI**. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2014.

LIMA, E. N. **Políticas públicas para a educação do campo no estado de São Paulo: impactos, contradições e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação). PPGE/UFSCar. São Carlos, 2014.

LIMA, K. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, P.G. Ações afirmativas e universidade no Brasil. **Revista HISTEDBR (online)**, v. 10, n. 39, p. 267-285, 2010.

LINHARES, M. A. **A Trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

LOPES, B.; AMARAL, J.; CALDAS, R. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

MACCIOCCHI, M. A. **A favor de Gramsci**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MACHADO, F. M.. Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 33, p. 231-253, 2017.

MACIEL, D. A. Simões. **Políticas públicas e democratização educacional: acesso e permanência no ensino superior através do Programa Reuni**. Dissertação de Mestrado – IHAC/PPGEISU- UFBA, Salvador, 2014.

MACIEL, R. Ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 189-214, 2012.

MALAGUTTI, J. P. M.; STAREPRAVO, F. A. **Esporte ou festa? O esporte universitário no Paraná**. Curitiba: CRV, 2020. 138 p.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio [1972]**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANHÃES, E. D. **Políticas de esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIN, E. C. Políticas de lazer nas instituições de ensino superior: Uma Discussão a partir da Práxis. XIX ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER. Florianópolis: [...] **Anais**, 2009.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B. D.; GUTIERREZ, G. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 225 - 242, 2007.

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-980, 2016.

MATIAS, W. B. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula**. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

MATIAS, W. B *et al.* A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.

MATIAS, W. B. **A economia política do futebol e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola. Tese (Doutorado em Educação física)**. Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

MAYORGA, C.; DE SOUZA, L. M. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. D. C. **Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Ícones Editora, 2012.

MEC. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

MEDEIROS, L. G. M. **O REUNI – Uma nova Regulação da Política de Expansão da Educação Superior: o caso da UFPA**. Tese (Doutorado). PPGED/ICE/UFPA. Belém, 2012.

MELO FILHO, A. **O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1995.

MELO FILHO, A. **Novo Ordenamento Jurídico-Desportivo**. Fortaleza: Ed. ABC Fortaleza, 2000.

MELO FILHO, A. **Direito desportivo: novos rumos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

MILBRADT, S. N. *et al.* **O Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Santa**. La Plata -Argentina: 10mo Congreso Argentino de Educación Física y, 2013. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.2991/ev.2991.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Avaliação de Governança da Rede Federal de Universidades. Exercício 2015**. Brasília: SESU, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=61491-relatorio-gestao-exercicio-2015-se-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 set. 2022.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, C. H. **Políticas de expansão e de regulação do ensino superior brasileiro e a otimização nas universidades federais: Reverberações na UFPEL**. Tese (Doutorado). PPGE/FaE/UFPEL. Pelotas, 2016.

MOREIRA, R.; GARCIA, R. M. P. D. C.; LOBATO, P. L. O Esporte Universitário na UFOP (2012 – 2018). **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, Porto - Portugal, v. 20, p. 1-15, Julho 2020. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=8474&path%5B%5D=4138>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MORENO, R.; MACHADO, A. A. Re-significando o esporte na educação física escolar: uma perspectiva crítica. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, v. 6, n. 8, p. 128 – 149, 2006.

MOROSINI, M. C. A expansão da educação superior no Brasil pós LDB/96: organização institucional e acadêmica. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 119-140, 2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, F. D. S.; HELAL, D. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do litoral norte da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 45-67, 2015.

NASCIMENTO, C. M. D. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 88-99, 2014.

NASCIMENTO, E. L. D. **Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?** (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física - UnB. Brasília, 2016.

NÉSPOLI, J. H. S. As contribuições de Gramsci à análise da política na sociedade contemporânea. **Opsis**, Goiânia, v. 12, p. 56-72, 2012.

NEVES, P. S.C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. **Ensaio: Avaliação e Políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 127-160, 2016.

NUNES, C. D. C.; CUNHA, G. S. V. T. D. Estado e as Políticas Públicas Esportivas: O contexto brasileiro. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 4-15, 2014.

OLIVEIRA, C. E. C. D.; ROCHA, S. J. D. S. Estado, políticas públicas e extensão. **RDE - Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 22, p. 121-129, 2010.

OLIVEIRA, M. M. D. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. *In*: ENRIQUE, S. E. E. F. **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, v. 2, 2006.

PARENTE, F. **Oferta e procura desportiva dos estudantes do ensino superior : estudo realizado com os alunos do 1º ano da Universidade do Minho**. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao povo brasileiro, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.pt.org.br>. Acesso em: 31 ago 2022.

PASSOS, F. B. **Análise do esporte na política de assistência social**. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física - UnB. Brasília, 2017.

PEREIRA, M. I.; ATHAYDE, P. Política de Esporte na Univerisdade de Brasília: Uma Análise da Concepção e Gestão 2012 a 2017. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 18, n. 4, p. 79-88, 2019.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questões**. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política pública como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I. et al. **Política social no capitalismo: tendência contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009b. p. 87-89.

PEREIRA, T.; SILVA, L. F. S. C. D. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, 2010.

PESSOA, L. F. V.; DIAS, C. História do esporte universitário no brasil (1933-1941). **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. 1-13, 2019.

PINTOS, A. *et al.* O Direito ao Esporte e ao Lazer no contexto Político Nacional do Esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 38-52, 2016.

PIRES, A. G. M. G. Breve reflexões sobre a relação esporte e políticas públicas. *In*: A. G. M. G., *et al.* **Representações sociais e imaginário no mundo esportivo**. Londrina: Lazer & Esporte, 2008.

POULANTZAS, N. As lutas políticas: O Estado, condensação de uma relação de forças. *In*: POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

PRONI, M. Megaeventos esportivos e acumulação de capital. *In*: CAPELA, P.; TAVARES, E (org.) **Megaeventos Esportivos: Suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 224.

RADAELLI, A. B. Estado e política educacional: Reuni e a expansão do ensino superior público durante o governo Lula. **Jornada do HISTEDBR**, São Paulo, v. 11, p. 27-40, 2013.

REIS, N. S. **Políticas de esporte educacional nos governos lula e dilma: avanços, limites e anacronismos**. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física - UnB. Brasília, 2015.

RIBEIRO, G.; MARIN, E. Universidades públicas e as políticas de Esporte e Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n.3, p. 1-39, 2012.

RIBEIRO, G. **Políticas de esporte e lazer: o papel da universidade em questão**. Dissertação (Mestrado em Educação Física)— Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

RIBEIRO, G. M. Políticas de Esporte e Lazer: O Papel da Universidade em Questão. V CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Itajaí, 25, 9, 2010. [...] **Anais**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/vcsbce/vcsbce/schedConf/presentations>. Acesso em: 8 jul. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, M. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2013.

SADER, E. **Dez anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo / FLACSO Brasil, 2013.

SALDANHA, M. F. Programa Segundo Tempo Universitário: Esporte e lazer na Universidade Federal de Santa Maria. **Repositório Institucional da UFSC**, Florianópolis, 29 Junho 2014. 1-7. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117366>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. *In*: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (org.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2a, ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SANTIAGO, D. P. **Jogos Mundiais Universitários de 1963: Repercussões no.** Dissertação (Mestrado), Escola e Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Almedina S.A. Coimbra. 2008.

SANTOS, P. H. L. D. A Expansão e Interiorização do Ensino Superior na Bahia: O caso da UFOB. XVII CONGRESSO FOMERCO 2017, Salvador, 09, 2017. 1-17. Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505927940_ARQUIVO_AExpansaoeInteriorizacaoedoEnsinoSuperiornaBahia,OcasodaUFOB.pdf. Acesso em: 26 out 2006.

SARAIVA, E. Introdução à teoria das políticas públicas. *In*: ENRIQUE S. E. E. F. **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2006.

SCHMIDT, J. P. Para Estudar Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

SEIFFERT, O. M. L. B.; HAJE, Salomão. **Políticas de Ações Afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade.** Coleção Inep 70 anos. Brasília-DF – INEP. 2008.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisas nas relações sociais.** São Paulo: Helder, 1967.

SIGOLI, M.; JUNIOR, D. D. R. A história do uso político. **R. bras. Ci e Mov.**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, 2004.

SILVA, A. F. D.; MARTINS, T. **O REUNI no contexto de expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012.** XIV COLÓQUI INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU: A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade. Florianópolis, Santa Catarina, p. 1-14. 2014.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

SMITH, A **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, C. E. D. **A política nacional de esporte no Brasil contemporâneo como estratégia para educar o consenso.** Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFJF. Juiz de Fora, 2011.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, L. C. D. L.; SILVA, M. M. E.; SILVA, J. V. P. D. Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino. **Motrivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-20, 2019a.

SOUZA, L. C. D. L.; SILVA, M. M. E.; SILVA, J. V. P. D. Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino superior de Mato Grosso do Sul. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-20, 2019b.

SPESSOTO, M. M. R. L.; LIMA, Simone E. D. Gramsci: conceitos básicos. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 3, n. 6, p. 104-120, 2016.

STAREPRAVO, F.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte no Brasil: uma leitura a partir da noção de (sub) campo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, p. 959-970, 2015.

STAREPRAVO, F.; MEZZADRI, F. **Reflexões sobre o esporte universitário paranaense na década de 1980**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. 1-9.

STAREPRAVO, F. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal Paraná. Curitiba, 2006.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, 2010.

TEIXEIRA, M. R. *et al.* O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, p. 92-109, 2017.

TOLEDO, R. **Gestão do esporte universitário**: uma importante estratégia de marketing para as universidades. São Paulo: Aleph, 2006.

TOUTAIN, L. M. B. B.; SILVA, R. R. G. D. **UFBA**: do século XIX ao século XXI. Salvador: EDUFBA, 2010.

TRAINA-CHACON, J.M.; CALDERÓN, A. I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista iberoamericana de educación superior**, Chile, v. 6, n. 14, p. 78-100, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2008.

TUBINO, M. **O esporte, a Educação e os Valores**: por uma ética nas atividades físicas e esportivas. [S.l.]: [S.n.], 2008.

TUBINO, M. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

UFOB. A UFOB. **ufob.edu**, 2021. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob>. Acesso em: 10 abril 2021.

VANALI, A. C.; SILVA, P. V. B. D. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 86-108, 2019.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, p. 599-615, 2010.

VELOSO, T. **Projecto de desenvolvimento do desporto universitário de competição, exemplo a Universidade de Porto**. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Porto-Portugal. 2005.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física-UNICAMP. Campinas, 2005.

VIOLIN, T. C. A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 3-14, 2006.

WESKA, A. R. **O programa REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

XAVIER, L. et al. Gestão do Esporte Universitário no Brasil e nos EUA. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 32-47, 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
ROTEIRO DA ENTREVISTA – SEMIESTRUTURADA

Roteiro de entrevista para os gestores da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB no recorte temporal da primeira gestão da universidade, a gestão *pro tempore*, que vai de 2013 a 2019.

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Qual o cargo que você exerceu na administração da UFOB entre 2013 a 2019 na gestão *pro tempore*? Você exerceu este cargo durante todo o mandato?
3. Quais são as principais atribuições e responsabilidades geridas da Pró-reitoria?
4. Qual é a estrutura organizacional disponível para a gestão da Pró - reitoria que você esteve à frente?
5. Qual(ais) é(eram) a(s) fonte(s) do(s) recurso(s) recebido(s) pela Pró-reitoria? Considerando o orçamento geral da UFOB, você saberia informar o percentual repassado à Pró-reitoria?
6. No geral, o esporte é um tema presente na implantação da UFOB? Há uma política institucional para a promoção do esporte na UFOB? E, em particular, como esse tema era tratado pela Pró-reitoria?
7. Foram implantados programas e projetos para a promoção do esporte dentro da UFOB na gestão de 2013 a 2019? Se sim, os impactos foram relevantes e suficientes, levando em consideração toda a comunidade universitária?
8. Há uma infraestrutura específica para a prática esportiva dentro da UFOB? Se sim, como é feita a gestão e manutenção desses espaços e equipamentos?
9. Existe algum espaço ou mecanismo de participação da comunidade universitária na gestão do esporte dentro da UFOB?
10. Existiram recursos (específicos) destinados para a política de esporte da UFOB? Se sim, quais são? O montante é suficiente para da demanda da comunidade universitária?
11. Como foi feito para garantir o acesso ao esporte na política de assistência estudantil para os estudantes entre 2013 a 2019? Existe outra forma de acesso ao esporte além dessa?
12. Como ocorreu o financiamento destinado ao esporte pela política de assistência estudantil de 2013 a 2019 na UFOB? Existiram outras fontes de financiamento para o esporte além dessa? Quais ações foram financiadas?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
APROVADO PELO CEP/FS/UNB**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa ANÁLISE DO ESPORTE NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOB (2013 – 2019), sob a responsabilidade do pesquisador Pablo Rogério da Silva Vieira.

O projeto tem o objetivo de analisar a gestão e o financiamento do esporte no interior da política universitária de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

A sua participação dar-se-á por meio de entrevista, em data, local e horário que mais se adéque à sua disponibilidade, evitando assim, qualquer tipo de incômodo. Para tal, estimamos a realização de um único encontro, com a duração de aproximadamente uma hora. Considerando a importância de dialogarmos a respeito das políticas de esporte universitária no âmbito política universitária de assistência estudantil, pretendemos analisar, através de 12 questões (que serão abordadas na entrevista), os diversos aspectos de estruturação da política esportiva.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá na pesquisa, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

Para evitar os riscos de identificação e constrangimento profissional ou político serão preservadas a identidade do(a) entrevistado(a) sua vinculação profissional. Além disso, as entrevistas não serão publicadas na íntegra e a ordem de exposição das respostas no relatório de pesquisa será aleatória.

Caso aceite participar, auxiliará na reflexão e discussão sobre como o esporte se configura na política universitária, bem como na análise das ações de esporte, promovidas pela política de assistência estudantil. Essa análise mostrará abrangência/atendimento das ações de esporte e o financiamento, promovidas pela política de assistência estudantil. Entretanto, cabe reforçar que teremos o cuidado em preservar a identidade do entrevistado, uma vez que seu nome não será informado no trabalho.

_____ Rubrica do participante _____ Rubrica do pesquisador

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder ou participar de qualquer procedimento/questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa

quando desejar, sem nenhum prejuízo. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (Brasil), podendo ser publicados posteriormente em periódicos nacionais e internacionais. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Em caso de dúvida em relação à pesquisa, por favor contatar o pesquisador Pablo Rogério da Silva Vieira pelo telefone: +5577981090594, ou via e-mail: pablovieiraedfisica@gmail.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-1947 ou e-mails: cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com, horário de atendimento de 10:00hs às 12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda a sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o(a) Senhor(a).

Nome e assinatura do Participante de Pesquisa

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável

Brasília, ____ de _____ de _____.